



LUSA

Agência
de Notícias
de Portugal, S. A.

Relatório e Contas 2019

Paulo Novais@Lusa

Aprovado em Assembleia Geral de 3 de junho de 2020

Índice

I.	Mensagem do Presidente	2
II.	A Agência	4
	Introdução	4
	Estratégia e Posicionamento	6
	Governo da sociedade.....	6
	Estrutura Orgânica	10
	Estrutura Acionista	12
III.	Relatório de Gestão.....	13
	Atividade desenvolvida	13
	▪ Institucional	13
	▪ Editorial.....	17
	▪ Produção	19
	▪ Agenda.....	22
	▪ Atividade comercial.....	22
	▪ Comunicação e Marketing.....	28
	▪ Inovação/modernização tecnológica	30
	Análise económica e financeira	38
	Proposta de aplicação de resultados.....	46
IV.	Demonstrações financeiras	47
V.	Anexo.....	53
VI.	Cumprimento de orientações legais	86
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária	106
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	116
IX.	Certificação legal de contas	117
X.	Ata do Conselho de Administração	118

I. Mensagem do Presidente



2019 foi um ano particularmente rico para a Lusa. A Agência esteve na linha da frente do combate à desinformação e, devido à crise no setor da comunicação social, ganhou ainda mais peso enquanto fornecedor de conteúdos para os media nacionais. A Lusa é hoje um fator incontornável de coesão social do país, bem como da defesa dos valores democráticos ao fornecer uma informação rápida, isenta, rigorosa e plural a todos os seus clientes, 24 horas por dia, 365 dias por ano, elaborada minuto a minuto pelos seus 250 profissionais espalhados por Portugal e pelo mundo.

No caso do combate à desinformação organizámos uma primeira conferência em Lisboa, em colaboração com a Agência Efe, a que se seguiram depois idênticas iniciativas em Maputo e na cidade da Praia. Assinalámos igualmente com uma conferência o vigésimo aniversário da passagem de Macau sob domínio português para a China, além de duas exposições fotográficas sobre esse evento, uma em Macau e outra na sede da Agência.

A Lusa foi igualmente a anfitriã do 27º “Minds International Conference”, que decorreu em Lisboa com mais de 120 participantes estrangeiros. No Espaço Noémia de Sousa, na sede, para além de diversas iniciativas culturais, realizaram-se debates como «O desafio italiano à Europa» e «O novo regime de proteção de denunciante».

No plano laboral foi possível chegar a acordo com os Sindicatos para resolver a questão da avaliação de desempenho, que não foi efetuada entre 2011 e 2019. Verificou-se o novo aumento do subsídio de refeição, renovou-se o seguro de saúde, mantendo os descendentes e coberturas associadas, e foram instituídos prémios trimestrais para todos os trabalhadores que se destaquem através das mais variadas formas e nas suas respetivas áreas com contributos para aumentar a notoriedade da Agência e a sua eficiência ou melhorar o seu desempenho.

Na área da modernização tecnológica avançámos com o projeto de Corporate TV, com o EyeData e o EyeData eleições, que foi um grande sucesso. Começámos a produzir sem intervenção humana o noticiário sobre o mercado de capitais. Passámos a utilizar o projeto de varrimento digital das notícias que publicamos com o Ezyinsights. Ganhámos o concurso SAMA/Contrafake sobre a luta contra a desinformação. Avançámos para a faturação eletrónica a clientes. Lançámos dois microsites, Fake News e Macau 20 anos. Demos início a um projeto de gestão de redes sociais com o Instagram. O novo site interno da Lusa, contemplando o portal interno e o portal do trabalhador, está prestes a arrancar. E apesar das dificuldades conseguimos angariar novos clientes nacionais e internacionais para os serviços que disponibilizamos sob várias plataformas.

Tudo isto foi possível apesar dos enormes constrangimentos financeiros que continuam a pesar sobre a Agência. O orçamento da Lusa apenas foi aprovado a 19 de julho, tendo o acionista Estado imposto na Assembleia Geral um corte de €657 mil. Mas ao crescente peso e importância da Lusa no panorama da comunicação social portuguesa não corresponde a mesma avaliação por parte dos decisores políticos.

Handwritten signature

Por último queria deixar uma mensagem de reconhecimento a todos os trabalhadores da Agência Lusa, que diariamente dão provas de empenho, eficiência, dedicação e perseverança.



II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2019 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa realizada em 21 de março de 2018, tendo sido nomeado para o triénio 2018-2020.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2019 foi aprovado na reunião da Assembleia Geral realizada em 19 de julho de 2019.

Após a votação do ponto da ordem de trabalhos da AG referente à aprovação do PAO, o representante do acionista Estado proferiu a seguinte declaração de voto:

“O acionista Estado vota favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019, autorizando para 2019, o aumento dos gastos com pessoal decorrente da integração de trabalhadores por via do PREVPAP, das admissões e substituições já autorizadas e da reposição de direitos previstos em instrumentos de regulação coletiva de trabalho, sem que a verba possa ser utilizada para outros fins. A rubrica relativa à contratação de FSE fica limitada, em 2019, ao valor de €3.630 mil; sendo que o valor do Investimento fica limitado, em 2019, a €800 mil e, em 2020, a €688 mil.” – Conforme despacho n.º 657/2019 – SET.

Considerando a execução orçamental decorrida até à data da AG, e após reuniões havidas entre o Presidente do Conselho de Administração da Lusa e o Secretário de Estado do Tesouro, ficou determinado que o valor de redução seria de €657 mil, dos quais €124 mil em Fornecimentos e Serviços Externos, podendo a restante redução ser efetivada nas rubricas de Gastos com Pessoal, Fornecimento e Serviços Externos e na componente de Investimento.

No seguimento da alteração da sua imagem corporativa, o ano de 2019, rico em eventos promovidos pela Lusa, numa clara estratégia de consolidação e promoção, nacional e internacional, da marca “LUSA”, foi marcado por ciclos de conferências nacionais e nos PALOP, nomeadamente no âmbito do combate à desinformação e da comemoração do vigésimo aniversário da passagem de Macau sob domínio português para a China.

A Lusa foi igualmente a anfitriã do 27º “Minds International Conference”, que decorreu em Lisboa com mais de 120 participantes estrangeiros.

O espaço Noémia de Sousa, na sede da Lusa, foi palco de diversas iniciativas culturais.

No campo da inovação tecnológica, o ano de 2019 foi especialmente marcante, com a introdução de processos de produção automática de notícias de bolsa, o início da utilização de ferramentas de inteligência artificial pela generalidade dos jornalistas, nomeadamente na transcrição automática de textos, o que pressupõe capacidades de reconhecimento de voz, e a realização de uma prova de conceito, efetuada com sucesso, com utilização de ferramentas de interação pessoa/máquina através de comandos de voz (reconhecimento de voz humana e entrega do objeto pretendido em voz digital, depois de leitura automática de texto). Foi também ainda em 2019 que a Lusa participou num consórcio europeu que desenvolveu uma ferramenta digital que lhe permite «rastrear» a utilização das suas notícias nos sites da Internet, e as partilhas que delas são feitas nas redes sociais, e que viu aprovada uma candidatura a fundos europeus para o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial de combate à manipulação de



informação (fake news), de combate e prevenção ao cibercrime e de literacia digital, liderando um consórcio que engloba, entre outros, o Inesc-ID, do Instituto Superior Técnico, e o CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança.

Produção editorial e cumprimento do Serviço Público

A produção editorial da Lusa, em 2019, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 248.892 conteúdos noticiosos, como se pode ver nos quadros seguintes, o que se traduz numa média diária de 682 conteúdos.

Relativamente à prestação de Serviço Público, a agência superou os objetivos que lhe foram atribuídos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado, ultrapassando os níveis exigidos para a produção de notícias de texto, de fotografias, de áudios e de vídeos.

Situação Económico-Financeira

- O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,3 milhões o que traduz um acréscimo de €567 mil (+3,4%) relativamente a 2018, sobretudo como resultado do efeito conjugado entre os aumentos verificados no valor do Contrato com o Estado (registo da inflação, conforme definido contratualmente, e diminuição do ajustamento) e em reversões de clientes e provisões e a diminuição verificada nos outros rendimentos e ganhos, por via do proveito registado em 2018, associado ao Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente ao exercício fiscal de 1992;
- As receitas próprias totalizaram €3,8 milhões, registando um acréscimo de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo;
- O total de gastos e perdas ascendeu a €16,5 milhões, o que reflete um acréscimo de €1,4 mil (+9,2%) face ao ano transato, como resultado, sobretudo, da reposição dos direitos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e da integração de 23 trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP);
- Os investimentos atingiram o valor de €536 mil;
- O resultado líquido da empresa foi de €655 mil.



Estratégia e Posicionamento

A estratégia da Agência Lusa em 2019 orientou-se pelos seguintes pontos, definidos no Plano de Atividades e Orçamento para 2019:

- a) Iniciar as negociações para celebrar um novo contrato-programa com o Estado, cobrindo o triénio 2020-2022;

Devido ao período eleitoral no final de 2019, e à elaboração do Orçamento do Estado para 2020, não foi possível dar início, ainda em 2019, aos trabalhos para o novo contrato com o Estado. Já no início de 2020 a Lusa e o Ministério da Cultura estabeleceram um cronograma para o processo de negociações.

- b) Iniciar o processo visando a substituição do nosso atual sistema operativo por um outro «open source»;

Num mundo em constante e rápida mutação tecnológica, a procura de novos sistemas e soluções para a produção, gestão e distribuição de conteúdos continua a ser uma das preocupações centrais da Lusa, pelo que o ano de 2019 foi também marcado pela visita a diferentes órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, entre eles as congéneres espanhola e francesa, Efe e AFP, respetivamente. Em paralelo, a Lusa investiu também de forma significativa em encontros de trabalho com diferentes parceiros tecnológicos, com quem discutiu as opções atualmente existentes no mercado.

- c) Continuar a investir na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa que possa dispensar a intervenção humana, concretizando vários projetos que já estão em andamento;

Os investimentos efetuados em 2019 ascenderam a €536 mil. Foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático e de telecomunicações (incluindo a rede Wi-Fi), em equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de hardware como de software), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção noticiosa, como o desenvolvimento de uma aplicação de apoio ao sistema editorial e dos projetos de automatização de notícias e text mining. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

No campo da Inovação e das Novas Tecnologias, o ano de 2019 fica marcado, em especial, por quatro grandes acontecimentos:

- Estreia, na rotina diária da Redação, da produção automática de notícias;
- Disponibilização, para a generalidade dos jornalistas, de um "set" de ferramentas de inteligência artificial para auxílio às suas tarefas diárias e otimização do seu trabalho corrente;
- Realização de uma prova de conceito que permitiu criar, testar e validar, em ambiente real, um serviço de atendimento telefónico automático com reconhecimento de voz, associado a um programa de vocalização digital automática de artigos (transformação de texto em voz);

- Candidatura, vencedora, ao Portugal2020, de um projeto denominado «Combate às Fake News», iniciativa que permitirá desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial.
- d) Aumentar as receitas próprias da Agência, através do acréscimo da produção de texto e vídeo em África, a tradução desses conteúdos para poderem ser colocados nos mercados anglo-saxónicos, bem como a sua comercialização em Macau, onde o objetivo é incrementar também as receitas próprias;

No exercício de 2019, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3,8 milhões correspondentes a um acréscimo de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo. Este aumento consolida a tendência, registada em 2018, de crescimento em +0,5% face ao período homólogo (2017).

Transversal ao Mercado Externo e às Empresas encontram-se as receitas provenientes dos Encontros Lusa - denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios.

Em 2019 a Lusa recebeu relativamente a esta atividade cerca de €20 mil. De referir que parte desta verba encontra-se registada em diferimentos, uma vez que uma das conferências de Macau foi adiada para 2020.

- e) Consolidar a linha de conferências da Agência, trabalhando em conjunto com ministérios e organismos do Estado, mas não excluindo outros interessados;

No seguimento da alteração da sua imagem corporativa da Lusa o ano de 2019 foi um ano rico em eventos promovidos pela Lusa, numa clara estratégia de consolidação e promoção, nacional e internacional, da marca "LUSA". Esta estratégia permitiu igualmente angariar um maior número de subscritores Lusa.

Neste âmbito, destacamos estas atividades no ano de 2019:

- Inauguração do ciclo de atividades "Combate às Fake News" com a conferência "Combate às Fake News - uma questão democrática", uma iniciativa conjunta com a agência espanhola EFE. Esta iniciativa teve o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, e os apoios do Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e Culturgest/CGD;
 - Realização de uma conferência em Lisboa no âmbito da comemoração dos 20 anos da criação da Região Administrativa de Macau;
 - Organização de dois eventos em Maputo com o objetivo de divulgar e alertar para a problemática das "Fake News";
 - Conferência organizada pela Delegação Lusa, com o apoio institucional do Governo de Cabo Verde, sobre a economia cabo-verdiana e o papel que Portugal pode assumir nas transformações em curso naquele país;
 - Na cidade da Praia teve também lugar uma conferência organizada pela agência de notícias cabo-verdiana, com o apoio da Lusa, sobre "Fake News".
- f) Concluir as obras no hall de entrada do edifício-sede e avançar faseadamente na melhoria das instalações da redação;

Em 2019 foi concluído o projeto de reabilitação do piso zero, com o fim das obras de remodelação da receção, que incluiu a instalação de um ledwall de grandes

dimensões para o qual se encontra em desenvolvimento, num âmbito mais alargado, um projeto de TV corporativa e de gestão multimédia. Foi ainda elaborado um projeto de execução de arquitetura e especialidades de remodelação da redação e de um estudo prévio para intervenção nos acabamentos exteriores do edifício bem como um estudo sobre a climatização do edifício devido às deficiências resultantes da obsolescência dos equipamentos.

- g) Concretizar e concluir o projeto de TV Corporativa, bem como a sua comercialização;

O Projeto Corporate TV foi concluído com a inauguração da receção do edifício Sede da Lusa, encontrando-se atualmente numa fase de apresentação a clientes, nomeadamente no setor empresarial.

- h) Integrar os 25¹ jornalistas, através do PREVPAP, que a Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) da Cultura considerou como devendo ter uma relação contratual mais sólida com a Agência encontrando forma de acomodar os €253 mil de custos acrescidos, já que não houve reforço de verbas públicas para esse fim;

Em 24 de abril de 2019 a Lusa integrou nos seus quadros 23 trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

- i) Rever o Acordo de Empresa e o Código de Ética dos Trabalhadores da Agência, que se encontram manifestamente desatualizados;

Em dezembro foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas. A revisão do Regulamento foi efetuada em várias reuniões, ocorridas desde setembro, tendo sido publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 1/2020, de 8 de janeiro

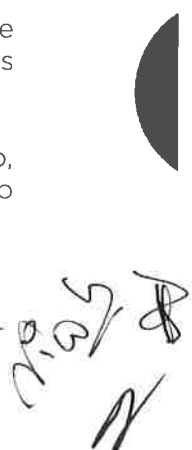
- j) Lançar o processo de Avaliação de Desempenho, tendo por base o estipulado no Anexo 4 do Acordo de Empresa em vigor;

Conforme referido no ponto anterior, o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho foi concluído em dezembro. Considerando que é o primeiro ano deste processo, no final de dezembro e início de janeiro foram realizadas ações de formação a avaliadores, foi aprovada a nova ficha de avaliação e encontra-se em fase de finalização o manual de avaliação para todos os trabalhadores.

- k) Continuar a desenvolver projetos e atividades visando melhorar o ambiente de trabalho na Agência (por exemplo, o projeto sobre a Igualdade de Género, mas também uma mini maratona Lusa).

No âmbito da igualdade de género, em 2019, foi realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE, tendo sido

¹ No âmbito do PREVPAP foram notificados 25 trabalhadores, mas, uma vez que 2 destes, em 31 de dezembro de 2018, já faziam parte do quadro, o acréscimo foi de 23 trabalhadores.



também elaborado o relatório, referente a 2018, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens.

Atualmente encontra-se em fase final de aprovação pela administração o Plano trianual para a igualdade entre mulheres e homens na Lusa com objetivo de criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, Valores e Estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano será complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo será promover e garantir a concretização das medidas propostas.

Em 2019 deu-se continuidade à dinâmica introduzida pelo Conselho de Administração, através de projetos tecnológicos, com equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, contribuindo para a valorização profissional e motivação pessoal.

O Espaço Noémia de Sousa, na sede da Lusa em Lisboa, continuou a ser palco de várias iniciativas, quer internas, quer abertas ao público, promovendo assim a melhoria do clima organizacional.

A 30 de novembro decorreu a Reunião Anual de Trabalhadores e Colaboradores da Agência Lusa. Este momento de confraternização e partilha, que incluiu o Almoço de Natal, foi também um momento de reflexão sobre o ano decorrido, assim como os desafios colocados à Lusa para o ano de 2020, com uma intervenção do PCA.

Ainda em dezembro a Lusa disponibilizou o site NÓS LUSA, uma ferramenta de comunicação interna disponível para os trabalhadores da agência.

Governo da sociedade

Os Órgãos Sociais para o mandato 2018-2020 foram eleitos em Assembleia Geral realizada em 21 de março de 2018:

Mesa da Assembleia Geral			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	21/03/2018	2018-2020
Vice- Presidente	Manuel Coelho Gonçalves Soares	21/03/2018	2018-2020
Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	21/03/2018	2018-2020

Conselho de Administração			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente (Executivo)	Nicolau Fernando Ramos dos Santos	21/03/2018	2018-2020
Vice-Presidente (Não Executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	21/03/2018	2018-2020
Vogal (Não Executivo) (a)	Gustavo Cardoso	21/03/2018	2018-2020
Vogal (Não Executivo)	Denise Mendes da Costa Silva Pires	21/03/2018	2018-2020
Vogal (Não Executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	21/03/2018	2018-2020

(a) Renúncia a 28/05/2018



Conselho Fiscal			
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Prresidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	21/03/2018	2018-2020
Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	21/03/2018	2018-2020
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	21/03/2018	2018-2020
Vogal e ROC suplente	António Magalhães e Carlos Santos	21/03/2018	2018-2020

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor-Leste.

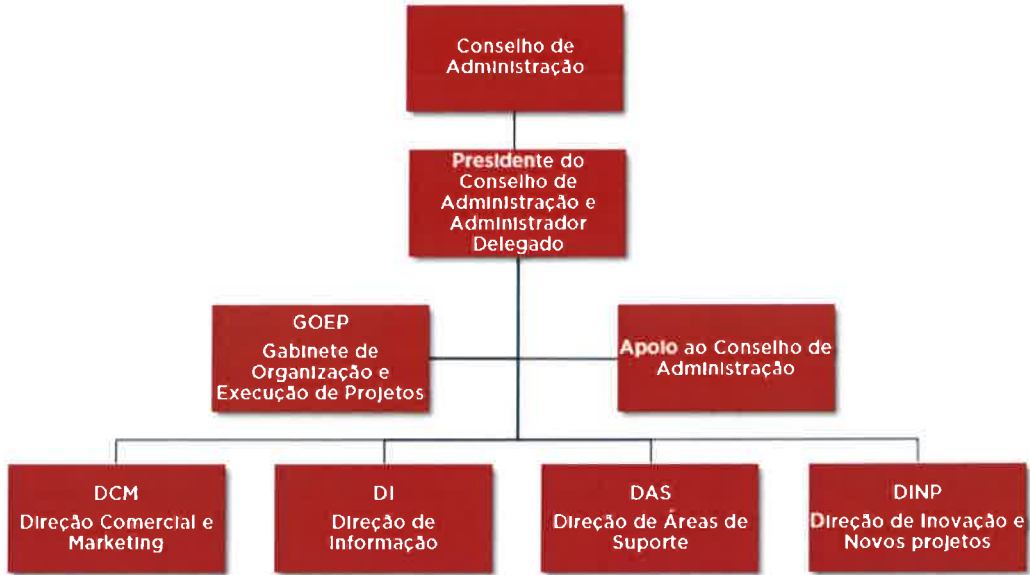
A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Os órgãos de estrutura de primeira linha são compostos por quatro direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Áreas de Suporte, que consolida os departamentos financeiro, compras, pessoal e sistemas de informação;
- Inovação, que gere projetos tecnológicos ligados à área editorial
- O Gabinete de Organização e Execução de Projetos responsável pela execução de vários projetos transversais à agência;
- O apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Organograma

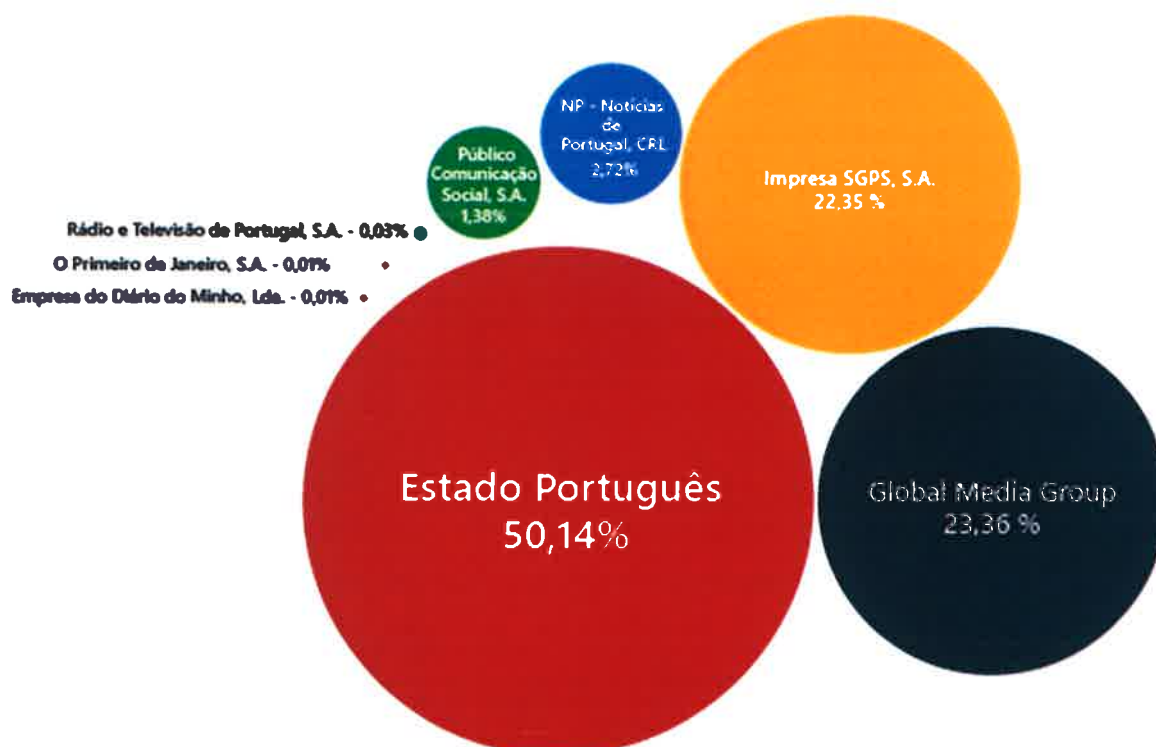


Handwritten signature and initials

Estrutura Acionista

O capital social da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de €5.325.000 representado por 2.130.000 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º de Ações	%	Euros
Estado Português	1.068.000	50,14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23,36	1.243.550,00
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22,35	1.190.160,00
NP - Notícias de Portugal, CRL	58.000	2,72	145.000,00
Público - Comunicação Social, S.A.	29.307	1,38	73.267,50
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03	1.685,00
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0,01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01	562,50
CAPITAL SOCIAL	2.130.000,00	100,00	5.325.000,00



Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

- Visita à Lusa de uma Delegação da Inforpress, composta pela Diretora de Informação Interina e pelo Chefe de Redação, em janeiro, tendo por objetivo conhecer o funcionamento da redação da Lusa e das práticas passíveis de serem adaptadas à realidade da agência cabo-verdiana de notícias.
- Reunião do Presidente do Conselho de Administração com o Presidente do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, em janeiro, na qual foi abordada a Cooperação com Cabo Verde e com outros PALOP, na área da Formação.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração na XXXV Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em maio, em Lisboa.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu o Secretário de Estado para a Comunicação Social de Timor-Leste, em junho, na sede da Lusa. Integravam a comitiva timorense os responsáveis da Agência noticiosa TATOLI e da Rádio e Televisão de Timor-Leste, jornalistas das duas entidades e membros do gabinete do Secretário de Estado.
- A Lusa organizou dois eventos em Maputo, no mês de julho, no âmbito da estratégia definida para os PALOP, com os objetivos de divulgar e alertar para a problemática das “Fake News” e de promover o crescimento das receitas próprias. No dia 9 de outubro teve lugar uma apresentação institucional no Centro Cultural Português, com a presença de representantes de órgãos de comunicação social, empresas e da Administração Central; no dia 10 de outubro, realizou-se uma conferência subordinada ao tema “Combate às Fake News - Uma questão democrática”, em parceria com o Grupo Savana e a Universidade Politécnica. Durante a permanência em Maputo, a Delegação da Lusa, composta pelo Presidente do Conselho de Administração, pela Diretora de Informação, pela Coordenadora de Marketing e pelo Delegado em Moçambique teve reuniões com dirigentes de órgãos de comunicação social, empresas e bancos.
- No quadro da cooperação com a Inforpress, a Lusa ministrou um curso de formação para os jornalistas da Agência cabo-verdiana, no final no mês de julho, na cidade da Praia.
- Decorreu na cidade da Praia, no dia 11 de outubro, uma conferência organizada pela Delegação Lusa, com o apoio institucional do Governo de Cabo Verde, sobre a economia cabo-verdiana e o papel que Portugal pode assumir nas transformações em curso naquele país. O evento contou com a presença de representantes do governo de Cabo Verde, diplomatas e órgãos de comunicação social, bem como de empresas dos setores bancário, financeiro e empresarial.
- Teve também lugar uma conferência organizada pela agência de notícias cabo-verdiana, com o apoio da Lusa, sobre “Fake News”, no dia 14 de outubro, na cidade da Praia. O Presidente do Conselho de Administração e a Diretora de Informação participaram como oradores e moderadores nos painéis de debate.
- Realizou-se ainda, no dia 15 de outubro, a apresentação do início da formação em jornalismo, assegurada pela Lusa e destinada a jornalistas da Inforpress e outros órgãos de comunicação social cabo-verdianos. Durante a cerimónia, com a presença do Senhor Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde foi assinado o novo Protocolo de Cooperação entre as duas agências. Durante a permanência na cidade da Praia, a Delegação da Lusa, composta pelo Presidente



do Conselho de Administração, pela Diretora de Informação e pela Diretora Comercial e Marketing foi recebida pelo Senhor Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas, em audiência privada.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa, em 2019, manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- **EPA – European Pressphoto Agency** (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação da Lusa, representada pelo Diretor de Áreas de Suporte, na Assembleia Geral realizada em maio, em Amesterdão;
 - Participação da Lusa na Assembleia Geral extraordinária, que teve lugar em setembro, em Amesterdão, representada pela Agência EFE.

- **AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies**
 - Apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.

- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
 - Presença da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, na Conferência de Primavera, realizada em abril, em Berlim, sobre o tema “Oportunidades para as Agências Noticiosas no Combate à Desinformação”, com dois painéis de debate sobre esta matéria. Foram apresentados o programa da Aliança até setembro de 2020 e as conclusões do estudo realizado pela London School of Economics sobre o futuro das agências noticiosas nacionais na Europa, no qual a Lusa participou.

- **MINDS International** (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Encontro de trabalho entre o Secretário-Geral do MINDS, o Presidente do Conselho de Administração e a Diretora Comercial e Marketing, em janeiro, na sede da Lusa, no âmbito da preparação da Conferência de primavera daquela organização.
 - A Lusa acolheu a Conferência do MINDS, em abril, dez anos após a realização da primeira conferência em Lisboa. Sob a égide “Building Better News Agencies - Promoting Growth Through Diversity” o evento contou com a presença de um grande número de dirigentes de empresas ligadas à área tecnológica que desenvolvem soluções dedicadas ao sector dos media, além dos representantes das agências noticiosas que integram a organização. A Lusa contou com duas apresentações, uma da Área Comercial, sobre a diversidade de portfolio e a procura de receitas alternativas dentro dessa diversidade; e outra pela Diretora de Informação, que apresentou a iniciativa da Lusa “Combate às Fake News”.
 - A Lusa participou na Conferência de outono do MINDS, representada pela Diretora Comercial e Marketing, em novembro, em Sidney, tendo como tema “Building better news agencies” - “Reimagining what we do and how we do it”.
 - Colaboração, a nível institucional, através da participação em *newsletters* e inquéritos de opinião sobre temáticas comuns a todas as agências.

- IPTC – International PressTelecommunication Council A Lusa participou na Conferência do IPTC, representada pelo Diretor de Áreas de Suporte, que se realizou em abril, em Lisboa.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- O Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, visitou a Lusa no dia 24 de janeiro, tendo sido recebido pelo Presidente do Conselho de Administração e pela Diretora de Informação. O Chefe de Estado concedeu uma entrevista à Lusa, visitou a Redação da Agência e, no final da visita, dirigiu-se aos trabalhadores, numa intervenção em que referiu o papel relevante da Agência na projeção linguística, cultural, humana e estratégica de Portugal no mundo.
- A convite do Presidente do Diário do Povo da China a Lusa aderiu, em janeiro, à organização "Belt and Road News Network (BRNN)" como Membro do Conselho. O BRNN foi estabelecido pelo jornal People's Daily e pretende integrar organizações de média de todo o mundo, através da criação de uma plataforma de cooperação no quadro da iniciativa "Belt and Road", com o objetivo de promover a colaboração, o apoio mútuo e a troca de informação entre os seus membros.
- A convite da Agência EFE, o Presidente do Conselho de Administração participou como jurado do Prémio Internacional de Jornalismo Rei de Espanha, em reunião realizada em janeiro, na sede da EFE, em Madrid.
- A Lusa esteve presente no "World Government Summit 2019", a convite da agência WAM - Emirates News Agency, que decorreu em fevereiro, no Dubai, representada pela Diretora Comercial e Marketing.
- Assinatura de um Protocolo de Colaboração com o CNCS-Centro Nacional de Cibersegurança, em fevereiro, no âmbito da candidatura ao SAMA2020, Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública - Inteligência Artificial e Ciência dos Dados.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração, como moderador de um painel de debate, no evento "Open Days PME Connect" promovido pela Associação Industrial Portuguesa (AIP-CCI), a UCCLA, a Casa da América Latina, a Ordem dos Economistas e a Deloitte, que teve lugar em fevereiro, em Lisboa.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu o Presidente da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal, em março, na sede da Lusa.
- O Presidente do Conselho de Administração esteve presente na Assembleia Geral anual do IPPS-IUL, realizada em março;
- A convite do jornal Diário do Povo da China, a Lusa participou na primeira reunião do Conselho do "Belt and Road News Network (BRNN)", representada pelo seu delegado em Pequim, e no "Belt and Road Forum for International Cooperation", em abril, em Pequim.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração e da Diretora de Informação, na qualidade de oradores, na Conferência promovida pelo CNC-Centro Nacional de Cultura e pelo Cidsenior - Movimento para a Cidadania Senior, sobre o tema «A crise do jornalismo é a crise da democracia», realizada em março, em Lisboa.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração na Conferência Parlamentar «Informação e Desinformação na Era Digital», como moderador do painel sobre os desafios do jornalismo na era digital, que teve lugar em abril, na Assembleia da República.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de moderador, na Conferência «Regionalização: SIM ou NÃO», promovida pela Comissão Independente para a Descentralização, que decorreu em junho, na Assembleia da República.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração e da Diretora Comercial e Marketing no sexto congresso mundial das agências noticiosas

- (NAWC), subordinado ao tema “The Future of News”, em junho, em Sofia. O financiamento das agências de notícias, “fake news” e inteligência artificial foram os principais temas debatidos nas sessões. O Presidente do CA participou como orador num painel de debate sobre os modelos de financiamento das agências noticiosas, moderado pelo CEO da Australian Associated Press, em que estiveram presentes os CEO’s das agências African News Agency (África do Sul), TT (Suécia), Czech News Agency (República Checa) e ANTARA (Indonésia).
- Assinatura de um Protocolo de Colaboração entre a Fundação AEP e a Lusa, em junho, na sede da Agência, no âmbito do projeto “Rede Global da Diáspora” promovido por aquela Fundação, que tem por objetivo aproximar as PME portuguesas com a Diáspora. O papel da Agência será o de acompanhar e divulgar, dentro do critério jornalístico e disponibilidade humana e de meios, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do projeto “Rede Global da Diáspora”.
 - Assinatura de um Memorando de Entendimento com o Conselho da Diáspora Portuguesa, à margem do EurafriForum, que teve lugar em julho, em Cascais, no qual a Lusa participou como Media Partner.
 - Participação do Presidente do Conselho de Administração como orador num dos painéis de debate do XIII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas, em setembro, em Lisboa.
 - A Lusa participou nas sessões da Assembleia Geral da Visapress-Gestão de Conteúdos, CRL, que se realizaram em setembro, representada pelo Diretor de Inovação e Novos Projetos.
 - O Presidente do Conselho de Administração participou, como orador, no almoço-debate promovido pela Fundação AEP, sobre o tema «A crise do jornalismo é a crise da democracia», em outubro, na sede da Fundação.
 - Audiência do Presidente do Conselho de Administração na Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação, em dezembro, sobre a situação orçamental da Lusa.

Grandes eventos

O ano de 2019 foi marcado pela existência de grandes acontecimentos nacionais e internacionais, que exigiram da Lusa a alocação especial de recursos, humanos e /ou financeiros. Foi também um ano pautado por eventos promovidos pela Agência, numa clara estratégia de consolidação e promoção, nacional e internacional, da marca “LUSA”.

Pela sua importância, destacamos estas atividades no ano de 2019:

- Cobertura das eleições europeias, eleições regionais na Madeira e eleições legislativas em Portugal;
- A Volta a Portugal em bicicleta.
- Conferência “Combate às Fake News - uma questão democrática”, uma iniciativa conjunta com a agência espanhola EFE. Esta iniciativa teve o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, e os apoios do Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e Culturgest/CGD.
- Realização de uma conferência em Lisboa no âmbito da comemoração dos 20 anos da criação da Região Administrativa de Macau;
- Organização de dois eventos em Maputo com o objetivo de divulgar e alertar para a problemática das “Fake News”;
- Conferência organizada pela Delegação Lusa, com o apoio institucional do Governo de Cabo Verde, sobre a economia cabo-verdiana e o papel que Portugal pode assumir nas transformações em curso naquele país;
- Na cidade da Praia teve também lugar uma conferência organizada pela agência de notícias cabo-verdiana, com o apoio da Lusa, sobre “Fake News”;
- A Lusa acolheu a Conferência do MINDS em Lisboa.

Distinções

- A Lusa reativou, em 2019, a atribuição dos “Prémios Lusa” com o objetivo de distinguir os trabalhos, os contributos ou ideias apresentadas por trabalhadores, jornalistas, ou não jornalistas. Foram distinguidos com os “Prémios Lusa” cinco fotojornalistas premiados a nível nacional e internacional, bem como o Delegado da Lusa em Timor-Leste. As cerimónias de entrega dos prémios decorreram no Espaço Noémia de Sousa.
- Atribuição do Prémio Internacional Rei de Espanha, na categoria de Fotografia, ao fotojornalista da Lusa Nuno André Ferreira, pela fotografia “O Nosso Presidente Marcelo”, publicada pela Lusa em 18 de outubro de 2017.
- Por decisão da Senhora Ministra da Saúde, a Lusa foi agraciada com distinção de mérito do Ministério da Saúde, na cerimónia comemorativa do Dia Mundial da Saúde de 2019, que se realizou em abril, em Lisboa.
- O colaborador de fotografia da Lusa Rodrigo Antunes foi distinguido com uma menção honrosa no concurso de fotografia atribuído pela AMAN - Aliança das Agências de Notícias do Mediterrâneo.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano, e o Prémio “Barão da Cunha” promovido pelo Aero Club de Portugal.

Responsabilidade Social

Em 2019, a Lusa continuou a apoiar a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos seus projetos e atividades.

▪ Editorial

Os vários atos eleitorais que se registaram em 2019 – eleições europeias, eleições regionais na Madeira e eleições legislativas em Portugal – marcaram a atividade editorial da Lusa durante o ano. Para cada uma destas eleições foram constituídas equipas especiais para o acompanhamento das respetivas campanhas eleitorais, para o dia de escrutínio eleitoral e ainda para analisar os respetivos resultados. No âmbito das eleições legislativas de 2019, a Lusa associou-se ao Social Data Lab e através de uma ferramenta disponibilizada no site da Lisa por esta instituição, o EyeData, produziu vários textos de análise socioeconómica dos resultados eleitorais.

Outro facto a marcar a atividade editorial em 2019 prendeu-se com a comemoração dos 20 anos da criação da Região Administrativa de Macau o que levou ao reforço da respetiva delegação. Para além dos vários trabalhos editoriais que foram divulgados, foi ainda construído um micro site alusivo a este acontecimento e realizou-se uma conferência em Lisboa.

Tendo em conta o crescimento dos fenómenos de desinformação a nível global e tendo em conta que a Lusa, como única agência de notícias em Portugal, e como maior agência noticiosa do mundo em língua portuguesa, com delegações, delegados e correspondentes em todos os países, territórios e grandes comunidades onde se fala o português, o combate às chamadas fake news foi uma das apostas da direção editorial em 2019. Essa aposta foi consubstanciada em várias vertentes: um maior acompanhamento noticioso deste problema; a criação de um site dedicado ao combate

às fake news; a realização de uma conferência em Lisboa; e várias ações de formação para os jornalistas da Lusa sobre esta temática realizados em Portugal e no estrangeiro. Jornalistas da Lusa foram também chamados a participar em reuniões sobre este tema por várias entidades.

O aprofundamento da integração de Portugal na União Europeia foi outra das marcas editoriais de 2019. A criação de uma linha Europa no final de 2018 consolidou-se no ano passado com o aumento da informação relativa à Europa decorrente, até, das respetivas eleições. Esta linha terá ainda maior realce a partir de 2020, quando se iniciar o chamado "Trio de Presidências" na União Europeia e que antecipará a própria presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre de 2021.

Esta aposta pode ainda ser visível com a iniciativa Histórias Ibéricas, um projeto financiado pelas instituições europeias através do qual a Lusa, em associação com a sua congénere espanhola, a agência EFE, produziu e divulgou um vasto conjunto de conteúdos informativos relacionados com os territórios junto à fronteira entre Portugal e Espanha que beneficiaram de fundos europeus para a coesão. Neste âmbito, foram produzidas 52 notícias e 12 reportagens multimédia pela Lusa que foram divulgadas a todo o público no site da agência. Ainda neste âmbito, a Lusa aprofundou a sua ligação à rede europeia de jornalismo Euractiv com três projetos: um relativo às eleições europeias, uma nova fase do Agri/PAC e a participação na 'newsletter' "The Capitals".

Também foi incentivada e dedicada maior atenção ao Ambiente, uma temática transversal a praticamente todas as áreas e editorias da Lusa, com a dedicação quase exclusiva de alguns jornalistas e sob a dupla direção das editorias de Sociedade e Economia. Embora não fosse possível ainda concretizar uma linha temática, é intenção da Lusa caminhar nesse sentido.

Em termos de inovação tecnológica na área editorial, em 2019, a Lusa disponibilizou aos seus jornalistas uma nova ferramenta que, entre outras possibilidades, permite a transcrição automática de entrevistas (áudio para texto); a sumarização de documentos e a tradução automática de notícias. Ainda a nível tecnológico, a Lusa iniciou um projeto de escrita automática de notícias que permite que os textos de abertura e fecho da bolsa de valores sejam produzidos de forma automática, sendo divulgados após a validação de um jornalista.

A formação voltou a representar uma grande aposta da estrutura editorial. Em termos de formação profissional, a Lusa realizou 12 ações, 3 das quais certificadas, abrangendo áreas como a narrativa audiovisual, o combate às 'fake news', o jornalismo de dados, as eleições europeias e a cobertura de incêndios florestais.

Em paralelo, durante o ano passo, houve três rondas de estágios na Lusa: em fevereiro, maio e setembro, em Lisboa e Porto, na Direção de Informação. No total, a Lusa acolheu 25 estagiários de várias universidades do país. Recebeu ainda uma estagiária na Direção Comercial e de Marketing.

Por outro lado, em 2019, a agência arrancou com os estágios internacionais, recebendo uma estudante de uma universidade de Hong Kong, e os estágios de observação, acolhendo dois estudantes do liceu francês.

Por fim, a Lusa acolheu, regularmente, visitas de estudo de universidades e, pela primeira vez, também de escolas do ensino básico e secundário.

Para além de formar os seus quadros, a Lusa fez duas ações de formação de jornalistas em Cabo Verde, em julho e outubro, em cooperação com a agência de notícias

Inforpress. Três formadores do quadro da Lusa asseguraram 40 horas de formação em Cabo Verde ao abrigo destas duas ações.

▪ Produção

A produção editorial da Lusa, em 2019, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 248.892 conteúdos noticiosos, como se pode ver nos quadros seguintes, o que se traduz numa média diária de 682 conteúdos.

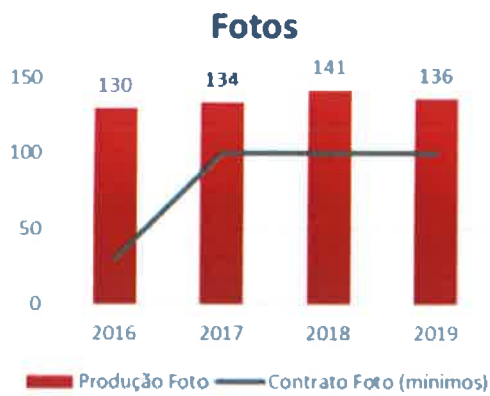
Tipo de Conteúdo	2016	2017	2018	2019
Foto	47.567	48.876	51.612	49.727
Áudio	9.881	10.748	11.132	11.552
Misto	1.516	1.629	2.063	1.817
Texto (Todos os Géneros)	163.764	168.524	170.105	179.851
Vídeo	5.093	5.314	5.858	5.945
Total	227.821	235.091	240.770	248.892

Tipo de Conteúdo	Média Diária				Contrato Serviço Público	
	2016	2017	2018	2019	2016	2017/2019
Foto	130	134	141	136	30 a 50	100 a 150
Áudio	27	29	30	32	10 a 20	30 a 45
Misto	4	4	6	5	0	0
Texto (Todos os Géneros)	447	462	466	493	300 a 400	400 a 500
Vídeo	14	15	16	16	5 a 10	15 a 30
	622	644	659	682	-	-

Média Diária de Produção

Relativamente à prestação de Serviço Público, a agência superou os objetivos que lhe foram atribuídos no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado ultrapassando os níveis exigidos para a produção de notícias de texto, de fotografias, de áudios e de vídeos.

Handwritten signature and initials



O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da agência em 2019*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Acidentes e Desastres	1.991	616	82	13.226	308	16.223	3%
Agenda	362	1	0	2.892	1	3.256	1%
Ambiente	1.549	752	71	10.708	274	13.354	3%
Artes, Cultura e Entretenimento	4.962	1.148	386	15.348	529	22.373	5%
Ciência e tecnologia	480	221	9	4.089	108	4.907	1%
Crime, lei e justiça	1.451	1.200	20	28.136	469	31.276	7%
Desporto	15.540	1.065	432	29.942	1.170	48.149	10%
Economia, Negócios e Finanças	7.206	3.822	95	63.844	2.242	77.209	16%
Educação	1.475	560	11	6.456	189	8.691	2%
Estilo de Vida e Lazer	1.023	315	28	5.943	118	7.427	2%
Guerras e Conflitos	1.501	577	66	16.678	492	19.314	4%
Interesse humano	1.315	339	89	6.693	183	8.619	2%
Meteo	563	243	84	4.029	99	5.018	1%
Política	23.532	7.695	257	87.905	2.468	121.857	26%
Religião	783	143	97	2.664	113	3.800	1%
Saúde	1.199	1.098	22	9.948	225	12.492	3%
Sociedade	2.084	2.354	102	34.640	920	40.100	9%
Trabalho	2.432	925	16	9.983	306	13.662	3%
União Europeia	1.028	688	0	8.962	251	10.929	2%
Total	70.476	23.762	1.867	362.086	10.465	468.656	

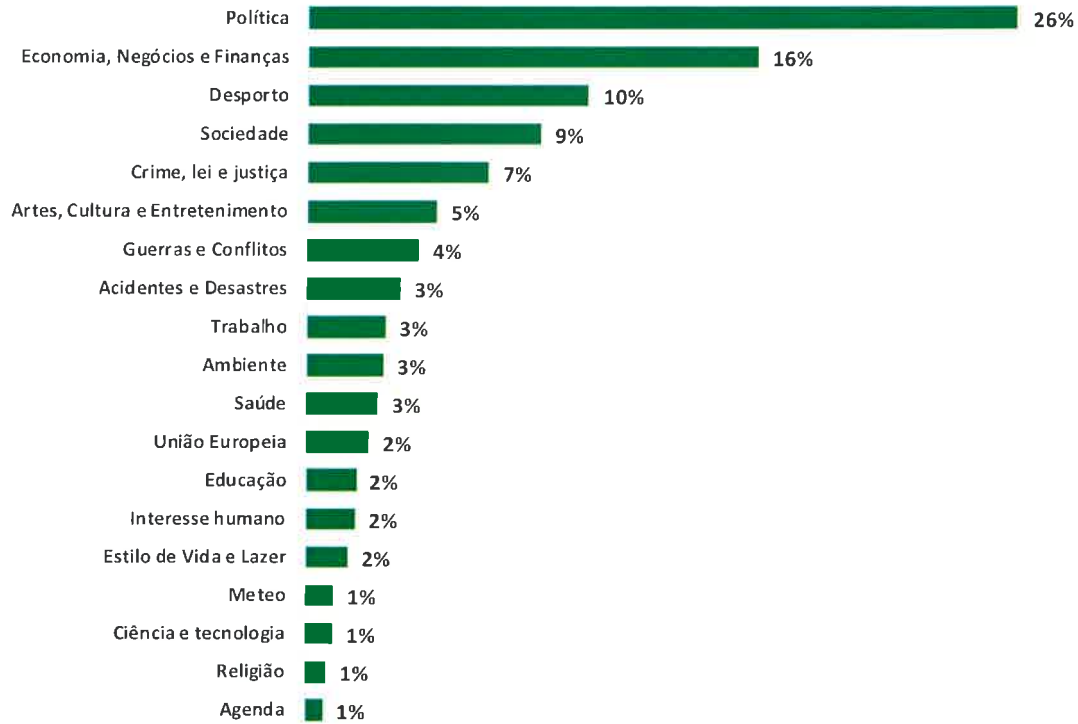
* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção.

Como se pode verificar, no conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de Política, nacional e internacional (26%), Economia

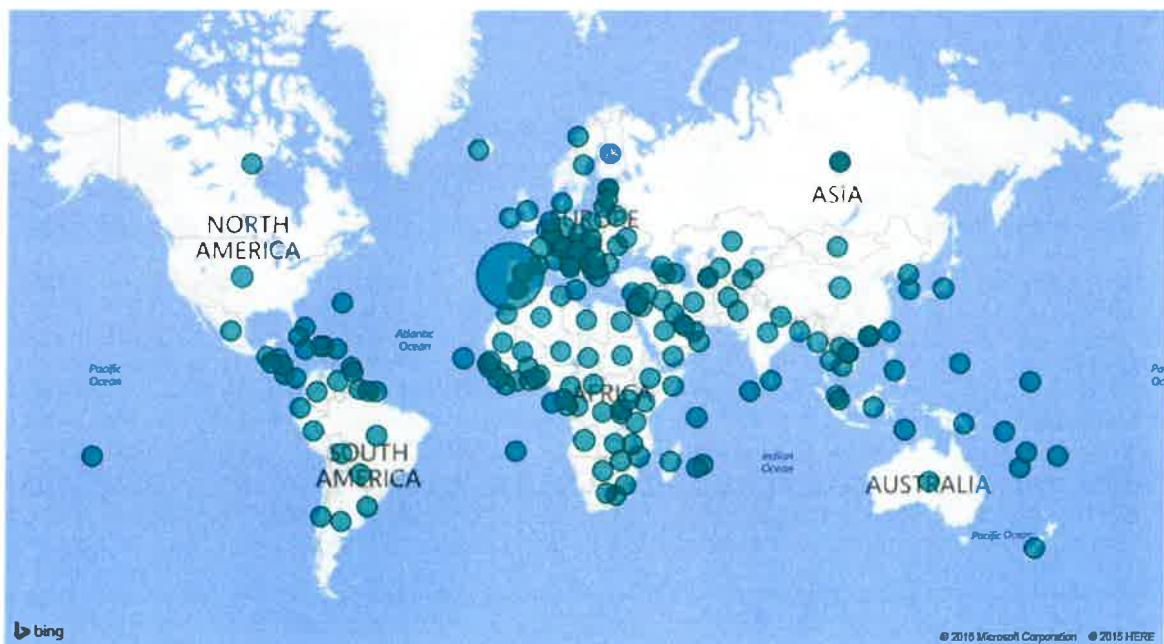
Handwritten signatures and initials.

(16%), Desporto (10%) e Sociedade (9%). Em conjunto, representam 61% dos textos noticiosos. Com estas percentagens mantém-se a estabilidade do fio noticioso.

Total de Produção por Temas 2019

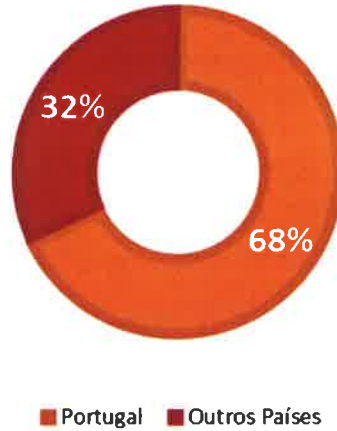


Em 2019, a Lusa cobriu 195 Países, distribuídos pelos 5 Continentes, como se pode ver no Mapa seguinte, sendo que dos conteúdos produzidos 68% são relativos a Portugal e 32% a outros países.



Handwritten signature and scribbles.

Na análise da produção noticiosa sobre outros países, que não Portugal, é fácil perceber o esforço da agência para seguir o dia a dia dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa, além, claro está, do acompanhamento obrigatório dos principais parceiros políticos e económicos de Portugal e dos principais protagonistas da política internacional.



▪ **Agenda**

Durante o ano de 2019 foram registados 83.777 eventos de Agenda, o que representa uma média diária de 230 eventos. Apesar de uma subida dos valores, 2019 está em linha com a média dos anos anteriores.



▪ **Atividade comercial**

O ano de 2019 manteve a tendência de aumento de receitas próprias, já verificada em 2018. Embora ainda se continuem a registar restrições de mercado, nomeadamente nos Órgãos de Comunicação Social, este ano foi de consolidação dos ganhos em receitas próprias.

Globalmente o ano foi positivo, mas importa referir que se continua a registar uma pressão, constante e transversal a todos os segmentos de clientes, de renegociação em



baixa dos contratos existentes, uma vez que os Clientes estão também eles sujeitos a pressões de otimização e racionalização orçamental. O segmento da Comunicação Social, nomeadamente os Grandes Órgãos de Comunicação Social, registam perdas consistentes desde 2016, sendo expectável que esta tendência se mantenha, com agravamento, nos próximos exercícios.

Em conformidade com os anos anteriores, a Lusa manteve a segmentação da sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- c) Empresas
- d) Clientes institucionais
- e) Grande Público / Outros
- f) Mercado Externo

No exercício de 2019, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3.761.947 correspondentes a um acréscimo de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo. Este aumento consolida a tendência, registada em 2018, de crescimento em +0,5% face ao período homólogo (2017). Tal como registado desde 2017, o Mercado Nacional contribuiu com 84% das receitas próprias, mantendo-se desta forma, também, a distribuição do negócio Externo.

O crescimento de 2019 foi alicerçado transversalmente nos segmentos com crescimento, com especial destaque para os segmentos Institucional e Empresas:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social: -2,0% (face a - 0,9% de 2018)
- Pequenos Órgãos de Comunicação Social: 2,7% (face a 7,1% de 2018)
- Empresas: -0,2% (face a -2,6% de 2018)
- Institucional: 21,9% (face a 5,3% de 2018)
- Outros: 67,6% (face a 1012% de 2018)
- Mercado Externo: 2,5% (face a 0,4% de 2018).

A receita proveniente dos Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOC's) regista uma preocupante tendência decrescente desde 2016, com renegociações em baixa dos Clientes existentes e com rescisões, devido a encerramento de projetos ou incapacidade financeira para suportar os custos dos serviços.

NEGÓCIOS	2018	2019	Variação 2019/2018	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	2.048.355	2.007.228	-41.127	-2,0%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	299.857	308.050	8.193	2,7%
EMPRESAS	360.870	360.210	-659	-0,2%
INSTITUCIONAL	403.098	491.509	88.411	21,9%
GRANDE PÚBLICO	0	0	0	0,0%
OUTROS	1.468	2.460	992	67,6%
MERCADO EXTERNO	577.805	592.489	14.684	2,5%
Total	3.691.453	3.761.947	70.494	1,9%

Transversal ao Mercado Externo e às Empresas encontram-se as receitas provenientes dos Encontros Lusa - denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios.

Handwritten signature and initials

Em 2019 a Lusa recebeu relativamente a esta atividade cerca de €20 mil. De referir que parte desta verba encontra-se registada em diferimentos, uma vez que uma das conferências de Macau foi adiada para 2020.

O segmento Institucional foi o mais importante para esta recuperação, contribuindo com um aumento de receita de €88 mil, resultante de novos Clientes - nomeadamente Secretarias de Estado e Ministérios. Seguiu-se o Mercado Externo, com uma contribuição de €15 mil. Com um aumento mais discreto do que no período homólogo continua o segmento dos Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POC's), que registou um aumento de 2,7%, marcando a continuidade do efeito de transferência de receitas dos GOC's para o POC's, ainda que não na sua totalidade e/ou nos seus valores absolutos.

Pese embora as diferenças cambiais continuem a impactar as receitas do Mercado Externo, verificou-se um aumento da receita, resultante de patrocínios à Conferência de Cabo Verde e Conferência de Macau, assim como novos contratos com clientes em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Os Clientes Lusa em Números

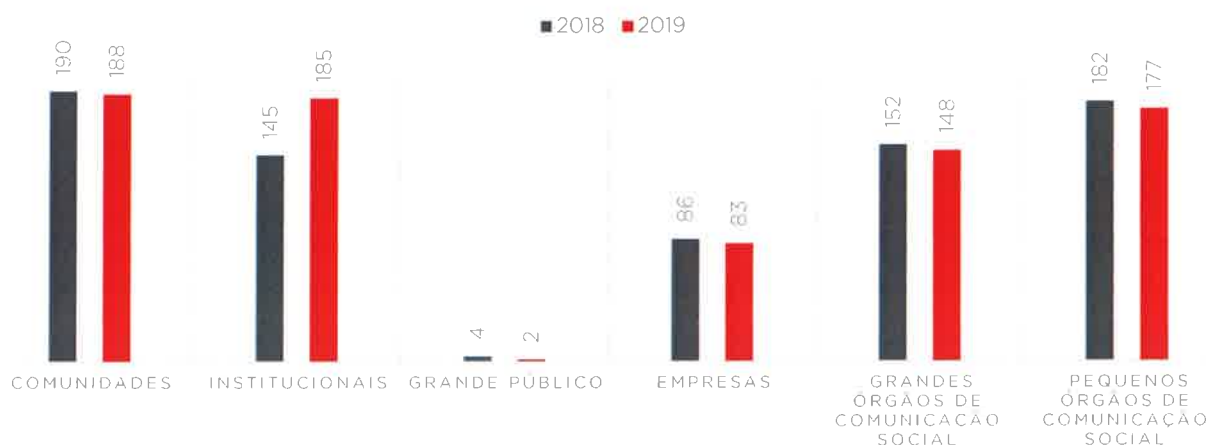
- Subscritores pagantes e ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português

Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 grandes categorias - Alertas, Temáticos, Notícias de texto, Agenda, Fotografia, Serviços Especiais (Info3E, Agenda Financeira), Arquivos, Newsletters, Vídeo, Títulos, SMS, Infografias e Áudio. Estes serviços são subscritos pelos Clientes, também denominados subscritores. Cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo. Desde novembro de 2017 que a Lusa dispõe de um tipo adicional de subscritores - os Subscritores Web, que não sendo pagantes, encontram-se registados em sistema e usufruem diariamente de 6 notícias disponibilizadas na sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2019 a distribuição do Total de Subscritores (pagantes ou ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviço Público com o Estado Português) era a seguinte:

Subscritores	2018	2019
COMUNIDADES	190	188
INSTITUCIONAIS	145	185
GRANDE PÚBLICO	4	2
EMPRESAS	86	83
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	152	148
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	182	177
TOTAL	759	783

Subscritores por área de negócio



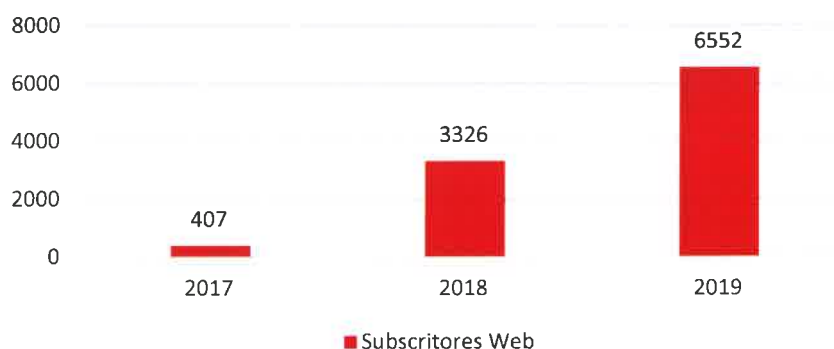
2019 terminou com um total de 783 subscritores, apresentando por isso um saldo líquido positivo de 24 novos subscritores face ao ano anterior, já deduzidas as desativações de subscritores e suspensões de serviço.

Pese embora o segmento Comunidades continue a ser o mais expressivo em número total de subscritores pela sua natureza, o segmento Institucionais foi o que apresentou a maior variação - com um saldo positivo de 40 subscritores face ao ano anterior, que foi igualmente acompanhado pelas receitas próprias. Assim, este ano, e em contraciclo com os anos anteriores, os segmentos Comunidades e Institucionais representam quase metade do universo de subscritores (47,6%).

- Subscritores Web

Com a entrada em produção do novo site Lusa, a figura de "Subscritor Web" (utilizador registado, com acesso até 6 notícias de texto gratuitas por dia) tem vindo a ganhar relevância, em especial porque é condição essencial para a receção das Newsletters Lusa (boletins diários), que os utilizadores façam uma subscrição.

De 2018 para 2019, os Subscritores Web registaram um aumento de 97%, passando de 3326 para 6552, reforçando a premissa de que cada vez mais utilizadores usam a Agência Lusa como fonte de informação preferencial.

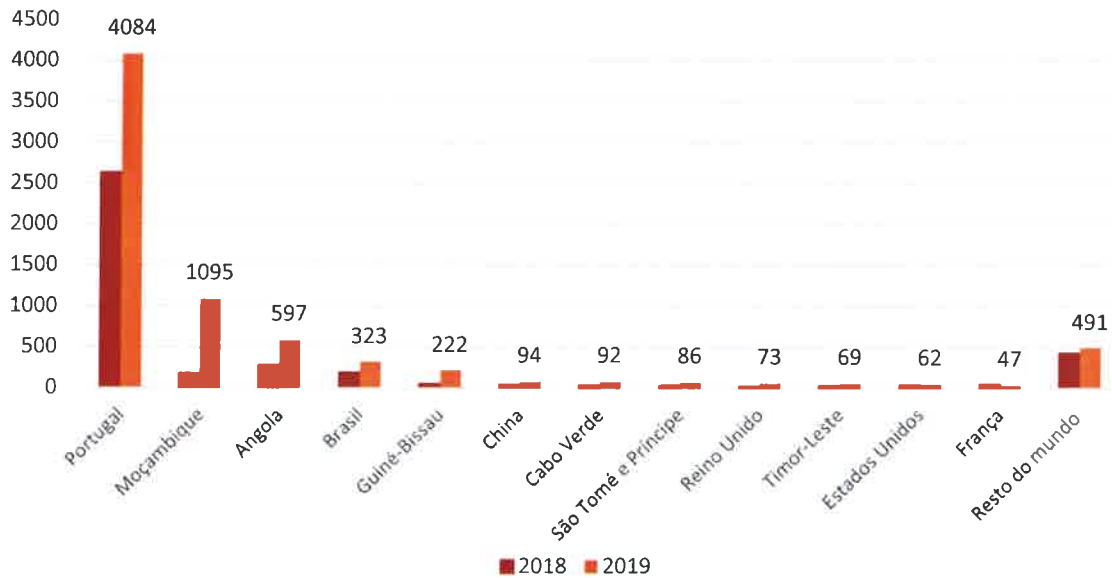


A Lusa no Mundo

O número de subscritores da Lusa é uma das medidas de aferição da apetência pelos conteúdos produzidos e da capilaridade desse mesmo interesse. Em 2019 assistiu-se a um elevado crescimento dessa medida: de 4.178 em 2018 para 7.335 em 2019

Handwritten signature/initials

(crescimento de 75,56%). Esse crescimento deveu-se maioritariamente ao aumento dos Subscritores Web.



Tal como nos anos anteriores, Portugal constitui o país com maior número de subscritores (representando 55,7% do total), seguindo-se Moçambique (representando 14,9% face a 4,6% em 2018), Angola (com 8,1% face a 6,9% em 2018), Brasil (com 4,4% face a 4,6% em 2018) e Guiné Bissau (com 3% face a 1,3% em 2018). Também no mesmo registo dos anos anteriores, estes cinco países representam mais de 80% dos subscritores da Lusa (86,2%).

Serviços

O ano de 2019 terminou com um total de 576 serviços ativos, distribuídos pelas categorias de serviço previamente elencadas, registando-se uma diminuição face ao ano anterior. Esta diminuição, totalizando 87 serviços, deveu-se a uma otimização dos serviços existentes, de forma a não pesar o sistema com serviços que não têm subscritores associados. No entanto, mantiveram-se as categorias com maior expressividade: serviços de Alertas (registando uma diminuição de 45,9% para 35,2%), Temáticos (aumento de 17,3% para 19,3%) e serviços de Texto (aumento de 16,6% para 21,4%). Agregadamente, estas categorias de serviços representam mais de 75% da totalidade dos serviços ativos.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	Total 2018	Total 2019
Alertas	304	203
Temáticos	115	111
Notícias de Texto	110	123
Agenda	51	53
Fotos	17	18
Serviços Especiais (Info3E + Agenda Financeira)	30	29
Arquivo	12	12
Newsletters	9	11
Vídeo	9	10
SMS	3	3
Infografia	1	1
Áudio	2	2
	663	576

Subscrições

Entre 2018 e 2019, os Subscritores Lusa registaram 3580 subscrições, registando um decréscimo de 1,4%, valor considerado não relevante dado o universo das subscrições. Registando a mesma tendência dos anos anteriores, a categoria Notícias de Texto contribuiu com mais de 30% da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	2018	2019
Notícias de Texto	1.196	1.095
Serviços Especiais	621	709
Fotos	354	324
Temáticos	351	282
Newsletters	229	396
Vídeo	211	190
Arquivo	199	174
Alertas	188	173
Agenda	167	137
Áudio	99	97
Infografia	11	0
SMS	3	3
	3.629	3.580

▪ Comunicação e Marketing

No seguimento da alteração da sua imagem corporativa da Lusa, o ano de 2019, foi um ano rico em eventos promovidos pela Lusa, numa clara estratégia de consolidação e promoção, nacional e internacional, da marca "LUSA". Esta estratégia permitiu igualmente angariar um maior número de subscritores Lusa, conforme exposto anteriormente.

Pela sua importância, destacamos as seguintes atividades no ano de 2019:

Encontros Lusa e Conferências

- Em fevereiro, e respondendo a um desafio do senhor Presidente da República, a Lusa inaugurou o ciclo de atividades "Combate às Fake News" com a conferência "Combate às Fake News - uma questão democrática", uma iniciativa conjunta com a agência espanhola EFE, que deu origem também a um website temático, que suporta informação sobre fake news - <https://combatefakenews.lusa.pt/>. Esta iniciativa teve o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, e os apoios do Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e Culturgest/CGD.
- Por ocasião de se cumprirem, em 2019, três efemérides muito relevantes para a China (comemorações do 20º aniversário de passagem de Macau para a China, 40º aniversário das relações diplomáticas entre Portugal e China, e 70º aniversário da República Popular da China), a Lusa propôs-se promover duas conferências internacionais, uma em Lisboa e outra em Macau, destinadas a debater o futuro de Macau e a promover as relações sino-portuguesas. Paralelamente a estas conferências foi disponibilizado um website temático, a 8 de fevereiro, onde estão disponíveis conteúdos relacionados com Macau e a China, entre outros. No dia 16 de abril, no Centro Científico e Cultural de Macau, a Lusa promoveu a Conferência "Futuro de Macau na nova China", que contou com presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, do embaixador da China em Portugal, Cai Run, e do reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra. A conferência em Macau, originalmente agendada para novembro, foi adiada para 2020, devido à entrada de um novo elenco governamental.
- A 7 de maio, na sede da Lusa em Lisboa, teve lugar a Conferência sobre o Novo Regime de Denunciadores (whistleblowers), com a presença da eurodeputada Ana Gomes, do advogado José António Barreiros e do jornalista António Tadeia, e mediação do Diretor-adjunto de Informação Vítor Costa.
- Em julho, uma comitiva da Lusa deslocou-se a Maputo, Moçambique, para duas iniciativas: uma conferência subordinada ao tema "Combate às Fake News, uma questão democrática", que teve o apoio do Jornal Savana, da Universidade Politécnica de Maputo, do Instituto Camões e dos TD Hotels, e um Pequeno Almoço de Apresentação da Agência Lusa, num encontro que reuniu mais de 100 pessoas de áreas de atividade como media, banca, finanças, construção, comunicação e PMEs, entre outros setores, bem como representações diplomáticas e institucionais.
- A Cidade de Praia, em Cabo Verde, recebeu em outubro a conferência Lusa "Cabo Verde: desafios do futuro", um evento que contou com a abertura do Primeiro Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia Silva assim como a presença dos mais relevantes empresários, gestores, membros do Governo e comunidade académica de Cabo Verde.

Parcerias de Media

- A Lusa foi media partner do EURAFRICAN FÓRUM pelo segundo ano consecutivo. Naquela que foi uma iniciativa do Conselho da Diáspora Portuguesa, nos dias 4 e 5 de julho, a Lusa renovou o Protocolo de Cooperação com esta entidade.
- Em outubro, a Lusa associou-se ao evento “Empreender com Alma” como media partner. A iniciativa, impulsionada por três mulheres empreendedoras, realizou-se em Proença-a-Nova, e teve objetivo criar sinergias entre empreendedores do litoral e interior, fomentar parcerias e despertar a essência criativa e realizadora dos empreendedores portugueses.
- Pela quarta vez consecutiva, a Lusa foi media partner do Web Summit 2019, em Lisboa, em novembro.

Outras iniciativas

- 2019 iniciou-se com a visita à Lusa do senhor Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, a 24 de janeiro, dia em que passam três anos desde a sua eleição como chefe de Estado. O Presidente da República aceitou o convite feito pela direção de informação da agência Lusa, aquando de um encontro no Palácio de Belém no ano passado para apresentação da nova equipa.
- Participação, em fevereiro de 2019, no WGS – World Government Summit, nos Emirados Árabes Unidos, onde a Lusa assinou, em conjunto com as agências de notícias presentes no evento, o “News Agencies’ Tolerance Charter”, uma Carta Aberta destinada a promover e sensibilizar para os princípios da tolerância e coexistência, com especial foco no papel da comunicação social na promoção destes princípios.
- Aquando da presença em Cabo Verde em outubro, a Lusa assinou um novo protocolo de cooperação com a sua congénere INFORPRESS, tendo igualmente aproveitado para lançar, na mesma ocasião, a nova Newsletter Cabo Verde.
- Iniciaram-se em novembro as visitas escolares à Lusa, um projeto conjunto das equipas da Direção de Informação e da Direção Comercial e Marketing, que visam promover junto dos alunos mais jovens a atividade de uma agência de notícias, assim como sensibilizá-los para a literacia mediática e o combate às fake news.
- A 30 de novembro decorreu a Reunião Anual de Trabalhadores e Colaboradores da Agência Lusa, que teve lugar em Oeiras. Este momento de confraternização e partilha, que incluiu o Almoço de Natal, foi também um momento de reflexão sobre o ano decorrido, assim como os desafios colocados à Lusa para o ano de 2020, com intervenção do PCA.
- No seguimento do ano de 2018, em que a Lusa retomou a produção do anuário Lusa, 2019 contou com o Anuário Lusa, desta vez incluindo os meses de novembro e dezembro de 2018.
- Também na mesma altura foi distribuído pelos Trabalhadores e Colaboradores da empresa o Livro de Estilo Lusa.
- No seguimento das iniciativas relacionadas com as efemérides da China, a Lusa inaugurou a 4 de dezembro, em Macau, a exposição fotográfica “Macau 20 Anos”, no átrio do Consulado-geral de Portugal em Macau e Hong Kong. A 12 de dezembro a mesma exposição foi inaugurada em Lisboa, na sede da agência, numa cerimónia onde estiveram presentes o embaixador da China em Portugal, Cai Run, o Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, Nuno Artur Silva, e o general Garcia Leandro, antigo governador de Macau.
- A Lusa foi distinguida em dezembro com o prémio BRONZE | Eventos |Evento Empresarial com a iniciativa “Combate às Fake News - Uma Questão

Democrática”, no âmbito da atribuição dos Prémios Lusófonos da Criatividade, pela Lisbon Awards Group.

- Ainda em dezembro a Lusa disponibilizou o site interno NÓS LUSA, uma ferramenta de comunicação interna disponível para os trabalhadores da agência.

O Espaço Noémia de Sousa, na sede da Lusa em Lisboa, continuou a ser palco de várias iniciativas, quer internas, quer abertas ao público. Das atividades em 2019 destacamos as seguintes:

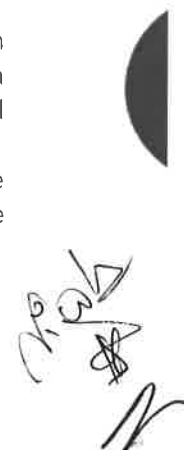
- Em fevereiro a Lusa recebeu a Dr.ª Maria Palha, uma psicóloga clínica de formação, que tem criado programas de saúde emocional em contextos de crise humanitária, e com muitas histórias para contar, nomeadamente sobre crianças de vários cantos do mundo. Veio à Lusa apresentar um dos seus projetos - o jogo “Jenga Emocionária”.
- A 1.ª edição dos Prémios Lusa de 2019 distinguiu três fotojornalistas da Lusa: José Sena Goulão, Nuno André Ferreira e Mário Cruz, cujas fotos ilustram a parede lateral do Espaço Noémia de Sousa.
- Na 2.ª Edição dos Prémios Lusa foram distinguidos pela excelência do seu trabalho os jornalistas Paulo Novais, Rodrigo Antunes e António Sampaio.
- Em fevereiro o Fado Bicha esteve na Lusa, a mostrar o projeto musical que quer dar mais visibilidade à comunidade LGBTI.
- A Banda Senza, originária de Aveiro, esteve em digressão internacional, e durante a passagem pelos palcos nacionais, em julho, deu um concerto e uma entrevista à Lusa.
- Foi apresentado em novembro o quarto livro do jornalista da Lusa Casimiro Simões, “Pessoas, Pensamentos e Palavras”, uma obra com seleção de textos, designadamente crónicas, contos e sátiras, e reflexões sobre o exercício da profissão de jornalista.

▪ Inovação/modernização tecnológica

A crescente segmentação de dados, de serviços e de clientes, multiplicação de plataformas e de sistemas, introdução muito rápida de serviços de automatização e de ferramentas de inteligência artificial nas várias fases do processo produtivo, aumento da presença da «Internet das Coisas» e do reconhecimento de voz em inúmeras atividades comerciais e diferentes dimensões da nossa vida são algumas das forças motoras que se fazem sentir na sociedade e também nos media - e de forma particular no universo das agências de notícias.

Na Lusa, no campo da Inovação e das Novas Tecnologias, o ano de 2019 fica marcado, em especial, por quatro grandes acontecimentos:

1. Estreia, na rotina diária da Redação, da produção automática de notícias com integração no sistema editorial;
2. Disponibilização, para a generalidade dos jornalistas, de um “set” de ferramentas de inteligência artificial para auxílio às suas tarefas diárias e otimização do seu trabalho corrente;
3. Realização de uma prova de conceito que permitiu criar, testar e validar, em ambiente real, um serviço de atendimento telefónico automático com reconhecimento de voz, associado a um programa de vocalização digital automática de artigos (transformação de texto em voz);
4. Candidatura, vencedora, ao Portugal2020, de um projeto denominado «Combate às Fake News», iniciativa que permitirá desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial.



Mas foram muitos os projetos de inovação e de introdução de novas funcionalidades, assentes em tecnologia, que foram desenvolvidos ao longo de 2019. Como se pode ver na lista que segue, atingindo diferentes áreas da empresa e com impacto em frentes muito diversas: na qualidade da informação de gestão, na monitorização de clientes e consumidores das notícias da Lusa, na melhoria da qualidade da informação e na valorização do arquivo noticioso da agência ou na disponibilização de mais e melhor informação ao cidadão em geral, através do desenvolvimento de ferramentas de trabalho jornalístico que a Lusa abriu/abrirá ao público no seu site.

- Produção automática de notícias

A Lusa deu início à utilização de processos de produção automática de notícias, no fluxo diário normal, no último trimestre de 2019. Para tal, passou a usar um robot que recolhe dados da bolsa de Lisboa, analisa-os, processa-os e «compõe» as notícias de abertura e fecho das sessões diárias do mercado de capitais português, disponibilizando-as à equipa de Economia da Lusa para validação e distribuição. Num contexto de escassez de recursos humanos e de um imparável aumento de solicitações para a produção de informação noticiosa em múltiplos suportes e em número crescente de canais de distribuição, torna-se imperioso reforçar os esforços de automatização de processos onde existem rotinas diárias, repetitivas e assentes em informação estruturada que não requer inteligência humana para a sua leitura, como a produção de informação sobre resultados de jogos, boletins de meteorologia, itens simplificados de agenda, etc.

- INA – Intelligent Newsroom Assistant

Outro grande marco em termos de evolução tecnológica foi a introdução na Redação de um set de ferramentas de inteligência artificial, o INA – Intelligent Newsroom Assistant. Esta ferramenta tecnológica, que foi concebida, desenvolvida e testada ao longo dos anos 2018/19, no âmbito de uma parceria com a “start-up” Oko, está já na sua segunda versão operacional e trouxe à Lusa as possibilidades, já em utilização pela maioria dos jornalistas, de:

- a) Tradução automática de/para/entre inglês, espanhol francês, italiano;
- b) Sumarização automática de textos/documentos;
- c) Transcrição automática de entrevistas/registos de som;
- d) Ajuda à produção (semi-automatização) de clips de vídeo e de registos de som;
- e) Produção semi-automática de legendas em português e inglês.

- Projeto «ÓPERA»

Com a «Internet das Coisas» a ganhar peso crescente e a chegada do 5G a potenciar ainda mais esse crescimento, é altamente expectável que a voz ganhe protagonismo enquanto “instrumento” privilegiado de comando de sistemas digitais. Tendo esta realidade presente, a Lusa deu também início ao projeto «Ópera», experiência de introdução dos sistemas inteligentes de voz na agência, com a realização de uma prova de conceito que cumpriu com os objetivos estabelecidos de:

- a) Leitura e vocalização digital automáticas de textos produzidos pela Lusa;
- b) Diálogo utilizador/máquina, via telefone, com utilização de uma ferramenta digital capaz de identificar e de entregar, a pedido de voz e de acordo com o solicitado, notícias sobre assuntos gerais e/ou desporto e/ou meteorologia.

Em 2020 deverá ser desenvolvido um projeto piloto que permita colocar esta solução tecnológica em operação real, nos serviços de voz que a Lusa disponibiliza por telefone e noutros suportes que, entretanto, se considerem adequados. Um objetivo que deverá

ser complementado, a montante, pela procura de novas soluções de produção automática de informação.

- Combate às Fake News

Ainda em 2019, a Lusa apresentou, com sucesso, uma candidatura ao Portugal2020, cujo financiamento previsto será de €170 mil, sendo o valor total de €299 mil, para o projeto «Combate às Fake News». O trabalho, desenvolvido com a colaboração do Inesc-ID (do Instituto Superior Técnico), do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança e da tecnológica portuguesa InKnow será implementado nos próximos dois anos, e centra-se, entre outros, nos seguintes objetivos:

- i. Desenvolver várias ferramentas de inteligência artificial que ajudem a combater fenómenos de manipulação de informação, através de «análise nutricional» de textos (ficha com grau de subjetividade, percentagem de dados mensuráveis, utilização de linguagem xenófoba, incentivo à violência ou ao ódio, etc) e utilizando a língua portuguesa;
- ii. Criar um agregador de ferramentas (de terceiros) de combate às fake news, tornando-as acessíveis à generalidade dos cidadãos;
- iii. Desenvolver um site temático, aberto ao público, dedicado ao combate à desinformação (combatefakenews.lusa.pt), com notícias, legislação, estudos e análises, ligações a outros sites semelhantes e agregação de ferramentas para análise da veracidade da informação;
- iv. Desenvolver ferramentas de inteligência artificial que ajudem a antecipar fenómenos virais de manipulação e a dar contexto a fenómenos de ataque cibernético;
- v. Desenvolver ferramentas de inteligência artificial que ajudem a certificar documentos/informação;
- vi. Criar e disponibilizar um guia Cidadão Ciberinformado.

Este projeto, centrado no combate ao novo fenómeno da manipulação de informação que tanto preocupa os regimes democráticos, vem também equipar a Lusa com uma série de ferramentas de extrema utilidade para o seu trabalho de produção noticiosa – que pressupõe a procura e análise de informação relevante e a sua validação junto de fontes credíveis. Além de contribuir, genericamente, para o incremento da utilização e consumo de informação factual por parte da comunicação social e do público em geral, contribui ainda para o incremento da literacia mediática dos últimos.

- Prontuário sonoro

Perante o peso crescente da voz nos serviços disponibilizados pela Lusa, quer em serviços de som (para rádio) quer de vídeo (sites e TV), foi criado um Prontuário Sonoro que será colocado em lusa.pt até ao final do primeiro trimestre de 2020. Pretende-se que este Prontuário Sonoro seja uma realidade em permanente adaptação, capaz de acompanhar a dinâmica da língua portuguesa. Toda a estrutura tecnológica ficou concluída no terceiro trimestre de 2019, estando agora a decorrer os trabalhos de revisão e validação editorial do corpo inicial de vocábulos selecionados para que seja disponibilizado ao público. Contando com o apoio científico do Ciberdúvidas, o Prontuário Sonoro fixa as regras que devem ser usadas pelos jornalistas da Lusa no discurso oral, da mesma forma que o Prontuário e o Livro de Estilo fixam as regras usadas no campo da escrita. Mas é também concebido, de raiz, como uma ferramenta que a Lusa coloca em aberto no seu site para servir jornalistas e cidadãos em geral de todos os países da lusofonia, pelo que o seu conteúdo foi alargado logo na fase de arranque e a sua arquitetura desenhada de forma a abranger, gradualmente, o máximo de palavras que colocam dificuldades aos luso-falantes. Em 2020, um desenvolvimento desta



aplicação digital deverá agregar Livro de Estilo, Prontuário e Prontuário Sonoro, juntando num único sítio as regras adotadas pela Direção Editorial da Lusa para comunicar as suas notícias, na oralidade e na escrita.

- Eyedata eleições

Criado especialmente para acompanhar as últimas legislativas, a Lusa disponibilizou em outubro um site especial EyeData Eleições, uma vez mais em parceria com a Social Data Lab. O EyeData, site «mãe» do EyeData Eleições, a que se pode aceder em lusa.pt, é um site que permite visualizar e conhecer Portugal, a União Europeia, o universo da CPLP e o Mundo em geral através de uma bateria de cerca de 50 indicadores socioeconómicos obtidos junto de fontes oficiais. Uma capacidade de análise que, no caso de Portugal, nos permite ter dados económicos, de saúde, de educação, políticos, ao nível de qualquer uma das Nuts, dos distritos/círculos eleitorais ou mesmo dos municípios.

O EyeData Eleições, além de ter permitido acompanhar em tempo real, com ligação aos serviços do Ministério da Administração Interna, a contagem de votos e eleição de deputados, deu-nos ainda a possibilidade de fazer comparativos históricos, registar de forma automática resultados de interesse noticioso e trazer, para o mundo das eleições, todo o potencial de indicadores socioeconómicos do EyeData – o que se traduziu, atendendo às notícias produzidas pela Lusa e pela generalidade dos media seus clientes, num volume sem precedente de informação analítica baseada em dados estatísticos.

- Ezyinsights

O EzyInsights, projeto internacional em que a Lusa participou, foi um dos vencedores da 6ª «Call» do Google-DNI. E, já em 2019, a Lusa começou a receber a informação quantitativa e analítica produzida por esta ferramenta. O EzyInsights permite à agência monitorizar a «vida» e o impacto das suas notícias no mercado nacional de informação, mostrando-nos que artigos estão a ser usados pelos nossos clientes, quantas pessoas os vêm em cada momento em cada um dos sites dos nossos clientes (em termos globais, não individuais) e de que forma essas notícias mobilizam as redes sociais – monitorizando “posts” e “partilhas” no Facebook, LinkedIn, Pinterest, Twitter e Instagram (também apenas em termos de contabilizações numéricas, não individualizadas).

- Business Intelligence

A obtenção fácil e rápida de informação relevante à gestão, bem como a flexibilidade na obtenção da mesma não estando dependente de sistemas proprietários foi outra das preocupações de 2019. Com esse objetivo foi concluído o projeto de diagnóstico, com o apoio de uma consultora externa, com vista ao levantamento das necessidades internas de informação da Lusa, nas várias áreas da empresa, análise e recomendação das aplicações disponíveis no mercado que permitirão fazer face a essas necessidades, tendo em consideração os constrangimentos orçamentais. No último trimestre estava planeado efetuar um protótipo para a área financeira ao nível de controle orçamental, mas devido ao corte de verbas decidido na AG de julho, este projeto foi suspenso e adiado.

- WIBBITZ

Procurando responder às crescentes solicitações do mercado em relação ao vídeo de curta duração, a Lusa acabou por selecionar e adotar um programa de edição especialmente vocacionado para as redes sociais. Esta solução é capaz de produzir em simultâneo para diferentes formatos, o que trouxe para a agência, entre outros benefícios, a capacidade de poder colocar vídeo em diferentes distribuidores sem ter de reforçar a sua equipa multimédia.

- Identificação automática de entidades, localizações, nomes, temas e palavras chave

A utilização de uma aplicação baseada em inteligência artificial "Text Mining" no sistema editorial para identificar de forma automática pessoas, instituições e locais referidos nas notícias produzidas pela Lusa foi outro projeto desenvolvido e testado em 2019. Esta ferramenta é de grande importância, uma vez que permite aumentar de forma significativa o número de «etiquetas» associadas a um texto, o que possibilita, por sua vez, classificar de forma mais exaustiva as notícias escritas pelos jornalistas e, dessa forma, realizar pesquisas mais eficazes, segmentar mais a informação existente e multiplicar a possibilidade de serviços noticiosos especializados. No futuro, permitirá classificar «para trás», ou seja, percorrer o arquivo e acrescentar novas «tags» à informação existente.

- Sistema editorial/Base de dados

Num mundo em constante e rápida mutação tecnológica, a procura de novos sistemas e soluções para a produção, gestão e distribuição de conteúdos continua a ser uma das preocupações centrais da Lusa, pelo que o ano de 2019 foi também marcado pela visita a diferentes órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, entre eles as congéneres espanhola e francesa da Lusa, a Efe e a AFP, respetivamente. Em paralelo, a Lusa investiu também de forma significativa em encontros de trabalho com diferentes parceiros tecnológicos, com quem discutiu as opções existentes hoje no mercado.

Investimentos

Os investimentos efetuados em 2019 ascenderam a €536 mil, representando uma diminuição de 32,8% face ao exercício anterior, mas um aumento de 14,6% relativamente a 2017. A totalidade dos investimentos foi financiado com recursos próprios.

Foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático e de telecomunicações (incluindo a rede Wi-Fi), em equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de hardware como de software), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção, como o desenvolvimento de uma aplicação de apoio ao sistema editorial e dos projetos de automatização de notícias e text mining. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

Em 2019 foi concluído o projeto de reabilitação do piso zero, com o fim das obras de remodelação da receção, que incluiu a instalação de um ledwall de grandes dimensões para o qual se encontra em desenvolvimento, num âmbito mais alargado, um projeto de TV corporativa e de gestão multimédia. Foi ainda elaborado um projeto de execução de arquitetura e especialidades de remodelação da redação e de um estudo prévio para intervenção nos acabamentos exteriores do edifício.

Na sequência da mudança da imagem de marca da agência, foram instalados reclusos luminosos com o novo logótipo na entrada e na cobertura do edifício.

Foram realizados vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, a substituição do sistema de videovigilância, a implementação de um sistema de controlo de acessos e a continuação da operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho.

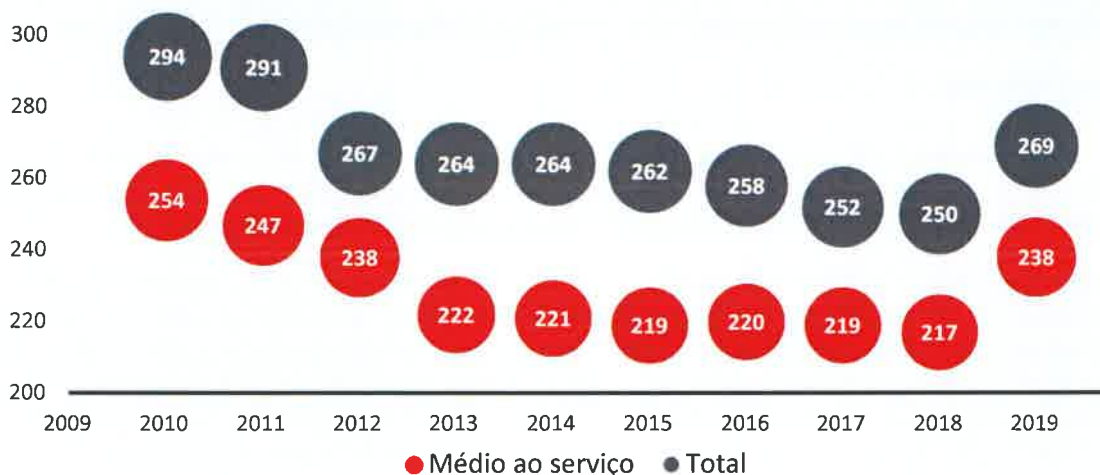
Ainda em 2019, procedeu-se à substituição do sistema de renovação de ar do edifício, com a aquisição e instalação de um novo equipamento de tratamento de ar de novo, com o objetivo de melhoria da qualidade do ar interior do edifício, de redução do consumo de eletricidade e do aumento da eficiência energética. Encontra-se em desenvolvimento um sistema de gestão técnica centralizada dos sistemas de AVAC e de iluminação, na sequência da elaboração de um projeto de execução de climatização do edifício da sede da Lusa.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2019, o total de efetivos da Agência é de 269, sendo 130 homens (48,3%) e 139 mulheres (51,7%), que compara com 250 no ano anterior (47,2% homens e 52,8% mulheres).

Entre os 269 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 10 requisitados e com licenças sem retribuição, 10 em situação de pré-reforma e 4 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 238, que compara com 217 em 2018.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



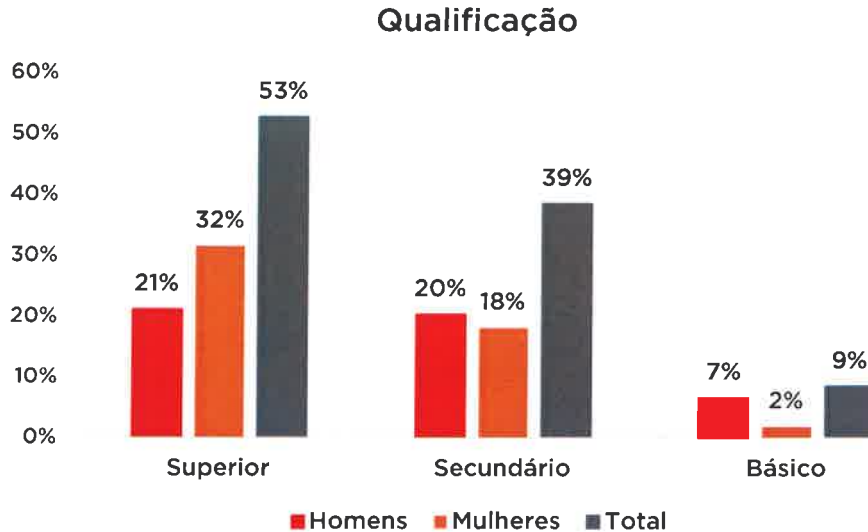
Do efetivo total, 19,0% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (17,0% em 2018), 20,8% trabalham na Lusa há menos de dez anos (17,8% em 2018).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 222 elementos, correspondente a 82,5% de todos os trabalhadores, dos quais 209 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (186 em 2018), 3 estão em situação de pré-reforma e 10 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

De salientar a integração nos quadros da Lusa, em 24 de abril de 2019, de 23 trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Foram notificados 25 trabalhadores, mas, uma vez que 2 destes, em 31 de dezembro de 2018, já faziam parte do quadro, o acréscimo foi de 23 trabalhadores.

Qualificação

No universo de 269 trabalhadores da Lusa, 52,8% têm como qualificações o nível do ensino superior (21,2% do sexo masculino e 31,6% do sexo feminino), 38,6% o nível do ensino secundário (20,4 do sexo masculino e 18,2 do sexo feminino), 7,1% o 3.º ciclo do ensino básico (5,20% do sexo masculino e 1,90% do sexo feminino), e 1,5% (sexo masculino) distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.



Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do mercado onde se insere. Esta necessidade materializa-se, não só na atualização, como também na aquisição de novos conhecimentos e competências em todas as áreas internas da Lusa. Em 2019, continuou o enfoque nesta atividade de vital importância de valorizar o principal recurso da empresa que são os seus trabalhadores.

No seguimento do exposto foram ministradas cerca de 3.300 horas em cerca de 20 ações de formação, das quais destacamos as seguintes:

Nome da ação de Formação	N.º DE PARTICIPANTES			N.º HORAS		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Inglês	28	28	56	1177	503	1680
Narrativa audiovisual	7	12	19	140	240	380
Fake News (Google)	119	103	222	357	309	666
Jornalismo de Dados (Google)	10	14	24	30	42	72
Workshop sobre Eleições (Google)	14	9	23	42	27	69
Formação Oko	16	8	24	32	16	48
Formação Ezyinsights	10	7	17	20	14	34
Direitos de Autor	16	8	24	32	16	48
Eleições Europeias (em conjunto com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal)	19	11	30	76	44	120
Workshop sobre Facebook/ CrowdTangle/Instagram (Facebook)	1	3	4	6	17	22
Comunicação de risco de incêndio (Cenjor)	2	3	5	6	9	15
Orçamento do Estado 2019 e Aprofundamento das mais recentes alterações fiscais	1	0	1	8	0	8
SAF-T da Contabilidade e regime contributivo dos trabalhadores Independentes	1	0	1	8	0	8
Jornadas de Contratação Pública	0	2	2	0	7	7
The Art Of Hacking	0	1	1	0	7	7
Casos Práticos de IVA e novas regras de faturação	1	0	1	8	0	8
Gestão Pública	4	5	9	12	15	27
Os 3 Pilares do sucesso profissional e pessoal - comunicar, persuadir e negociar	1	0	1	36	0	36
Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	1	0	1	8	0	8
Avaliação de Desempenho	6	10	16	42	70	112
TOTAL	257	224	481	2.040	1.336	3.375

No gráfico seguinte é possível observar a distribuição de horas de formação por homens e mulheres.



De realçar ainda que a Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2019 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2018.

(Euros)				
RENDIMENTOS E GANHOS	REAL 18	REAL 19	DIF. R19/R18	VAR. (%) R19/R18
Vendas e serviços prestados:	15.977.584	16.795.720	818.135	5,1%
Contrato com o Estado	12.286.131	13.033.772	747.641	6,1%
Indemnização Compensatória	12.876.719	13.187.563	310.844	2,4%
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	-590.588	-153.791	436.797	-74,0%
Outras	3.691.453	3.761.947	70.494	1,9%
Varição nos inventários da produção	0	0	0	0,0%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,0%
Subsídios à exploração	59.287	21.456	-37.831	-63,8%
Reversões	86.842	318.118	231.275	266,3%
Ganhos por aumentos de justo valor	124	0	-124	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	582.922	138.693	-444.229	-76,2%
Rendimentos e ganhos operacionais	16.706.759	17.273.986	567.227	3,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7	14	7	106,0%
Total dos rendimentos e ganhos	16.706.766	17.274.000	567.235	3,4%
GASTOS E PERDAS	REAL 18	REAL 19	DIF. R19/R18	VAR. (%) R19/R18
Fornecimentos e serviços externos	4.056.614	3.965.907	-90.708	-2,2%
Gastos com o pessoal	10.218.859	11.559.595	1.340.736	13,1%
Gastos de depreciação e de amortização	435.078	587.454	152.376	35,0%
Perdas por imparidade:	39.589	142.047	102.458	258,8%
Em dívidas a receber	39.589	142.047	102.458	258,8%
Em investimentos financeiros	0	0	0	0,0%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,0%
Provisões do período	224.278	134.637	-89.641	-40,0%
Outros gastos e perdas	122.551	91.096	-31.455	-25,7%
Gastos e perdas operacionais	15.096.970	16.480.737	1.383.767	9,2%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	0,0%
Total dos gastos e perdas	15.096.970	16.480.737	1.383.767	9,2%
EBITDA	2.044.867	1.380.703	-664.164	-32,5%
Resultado operacional	1.609.789	793.249	-816.540	-50,7%
Resultado antes de impostos	1.609.795	793.263	-816.532	-50,7%
Imposto sobre o rendimento do período	449.014	138.221	-310.793	-69,2%
Resultado líquido do período	1.160.781	655.042	-505.739	-43,6%

Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €17,3 milhões o que traduz um acréscimo de €567 mil (+3,4%) relativamente a 2018, sobretudo como resultado do efeito conjugado entre os aumentos verificados no valor do Contrato com o Estado (registro

da inflação conforme definido contratualmente e diminuição do ajustamento) e em reversões de clientes e provisões e a diminuição verificada nos outros rendimentos e ganhos, por via do proveito, em 2018, associado ao Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente ao exercício fiscal de 1992.

Os subsídios à exploração associados ao projeto Histórias de Coesão ascenderam a €21 mil. O desvio desfavorável de €38 mil, face a 2018, decorre da última prestação do projeto Google nesse ano relativo à conclusão do projeto.

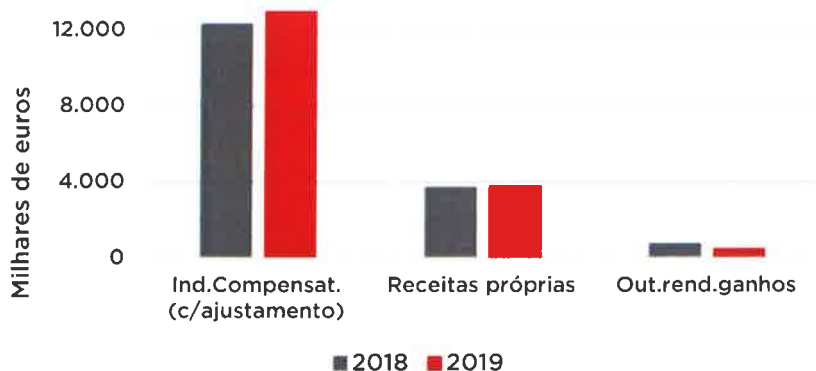
No exercício de 2019, as receitas próprias totalizaram €3,8 milhões, registando um acréscimo de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo. Este aumento consolida a tendência, registada em 2018, de crescimento em +0,5% face ao período homólogo (2017). Tal como registado desde 2017, o Mercado Nacional contribuiu com 84% das receitas próprias, mantendo-se desta forma, também, a distribuição do negócio Externo. Este aumento resulta sobretudo de novos clientes institucionais.

A devolução a efetuar referente à Indemnização Compensatória é €154 mil, apresentando uma diminuição de €437 mil (-74,0%) quando comparada com o valor de 2018. Esta diminuição resulta do aumento da rubrica gastos com o pessoal, nomeadamente por efeito do descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho e da Integração de 23 trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

De acordo com o número 4 da Cláusula 8.ª do Contrato com o Estado “o montante da indemnização compensatória será atualizado anualmente, tendo por base a taxa oficial de inflação verificada em Portugal (...)”. Nesse sentido, no final de 2019 a Lusa emitiu uma fatura referente ao valor da inflação da IC, relativa aos anos de 2018 e 2019, com base na taxa de inflação de 2017 (1,4%) e de 2018 (1%), no valor de €311 mil (sem IVA)

Assim, e apesar de o Estado ainda não ter pago o valor da inflação na indemnização compensatória no triénio que agora termina, contratualmente está estabelecida, essa atualização que está em conformidade com a prática do Estado nos anos de 2011 a 2015 inclusive.

RENDIMENTOS E GANHOS

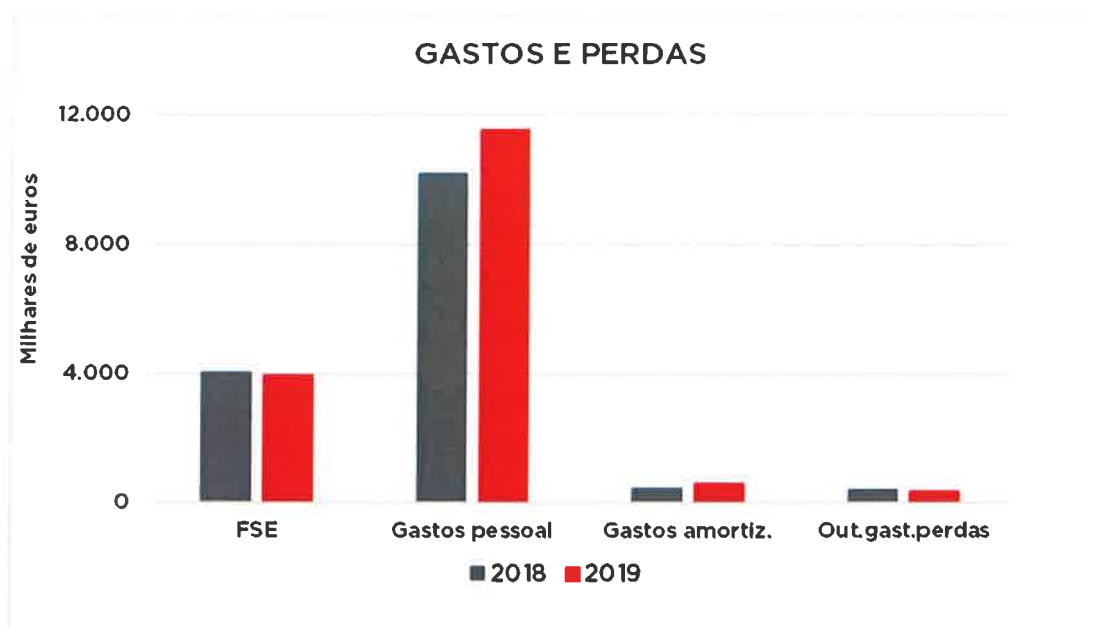


Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €16,5 milhões, o que reflete um acréscimo de €1,4 milhões (+9,2%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

- Incremento nos gastos com pessoal de €1,34 milhões, sobretudo, como resultado do descongelamento dos IRCT e da integração dos PREVPAP;
- Acréscimo de €152 mil nos gastos de depreciação e amortização por via do investimento realizado;
- Constituição de imparidade do valor remanescente da participação no capital da EPA, no montante de €105 mil.



Resultados

O resultado líquido, que ascendeu a €655 mil, apresentou, face ao período homólogo, uma diminuição de €506 mil (-43,6%), como resultado, sobretudo, do aumento da rubrica gastos com o pessoal conjugado com o aumento nas vendas e serviços prestados decorrente do registo da inflação da IC e da diminuição do ajustamento e por via do proveito registado, em 2018, associado ao Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente ao exercício fiscal de 1992.



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €11,5 milhões, registou uma diminuição de €1,7 milhões relativamente ao ano transato, efeito essencialmente das seguintes variações:

- Diminuição de €2,1 milhões na caixa e depósitos bancários, decorrente, essencialmente, da devolução do ajustamento da IC referente a 2016, no valor de €1.420.518;
- Decréscimo de €98 mil por via da constituição de imparidade do valor remanescente da participação no capital da EPA;
- Aumento de €413 mil na rubrica outros devedores diversos como resultado da emissão de fatura relativa à inflação da Indemnização Compensatória, conforme preconizado no Contrato com o Estado;
- Acréscimo no saldo de clientes, no montante de €149 mil;

O capital próprio na ordem de €5,1 milhões registou, face ao período homólogo, um acréscimo de €635 mil, por via do resultado líquido do exercício.

No passivo, no montante de €6,3 milhões, registou-se uma diminuição de €2,3 milhões resultante das seguintes variações:

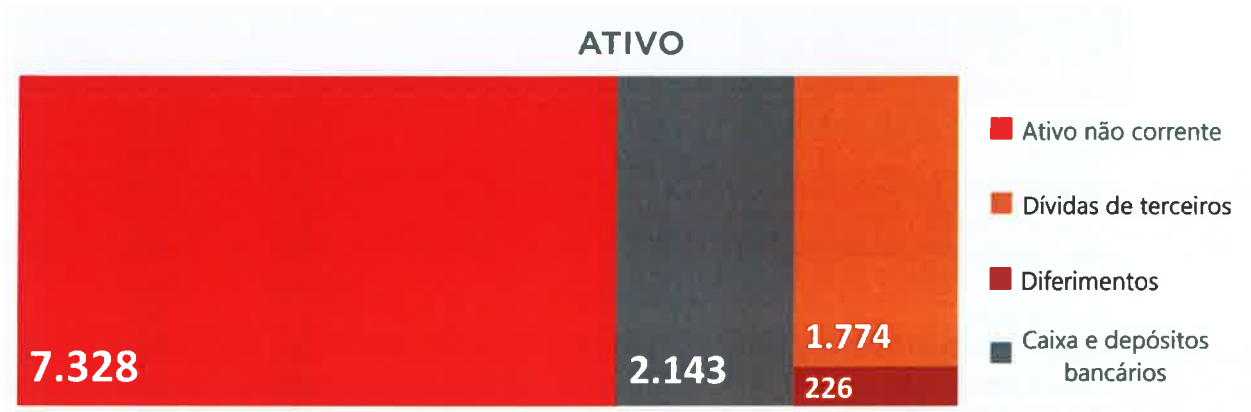
- Diminuição das provisões em €546 mil por via da utilização de parte da provisão para responsabilidades com pré-reformados, conjugada com a constituição de provisões para processos em curso;
- Diminuição de €470 mil na rubrica "Estado e outros entes públicos", sobretudo, como resultado da diminuição verificada nas outras tributações, por via do pagamento do PERES, que terminou em setembro de 2019 e decréscimo no IRC a pagar;
- Decréscimo de €1,2 milhões nas outras dívidas a pagar, fundamentalmente por via da devolução do ajustamento da IC do Contrato com o Estado, no valor 1 420 518 euros efetuado em março 2019.

(milhares de euros)

BALANÇO	2019	2018	VAR.
Ativo não corrente	7.328	7.490	-162
Dívidas de terceiros	1.774	1.126	648
Diferimentos	226	241	-15
Caixa e depósitos bancários	2.143	4.293	-2.150
Total do Ativo	11.471	13.150	-1.679
Capital Próprio	5.139	4.504	635
Passivo:	6.333	8.646	-2.314
Passivo não corrente	810	1.358	-548
Dívidas a terceiros	5.430	7.266	-1.836
Diferimentos	93	22	71
Total do Capital Próprio e do Passivo	11.471	13.150	-1.679

Handwritten signature and initials

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo



42
[Handwritten signature]

Principais Indicadores

Indicadores económico-financeiros (Milhares de euros)	2019	2018	Δ% 19 /18
Rendimentos e ganhos operacionais	17.274	16.707	3
EBITDA	1.381	2.045	-32
Resultado operacional	793	1.610	-51
Resultado líquido	655	1.161	-44
Resultado líquido por ação (euro)	0,31	0,54	-44
VAB	12.830	11.921	8
Investimento	536	797	-33
Margem EBITDA	8%	13%	- 5 p.p.
Margem Operacional	5%	10%	- 5 p.p.
Margem líquida	4%	7%	- 3 p.p.
VAB / Efetivo médio (euro)	53.907	54.935	-2
Ativo líquido	11.471	13.150	-13
Capital próprio	5.139	4.504	14
Capital social	5.325	5.325	-
Passivo	6.333	8.646	-27
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	13%	26%	- 13 p.p.
Liquidez Geral	75%	78%	- 3 p.p.
Autonomia Financeira	45%	34%	+ 11 p.p.
Solvabilidade	81%	52%	+ 29 p.p.
Cobertura do imobilizado	81%	78%	+ 3 p.p.

Recursos humanos	2019	2018	Δ% 19 /18
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	269	250	7,6
Jornalistas	209	186	12,4
Assessores	3	2	50,0
Técnicos Superiores	13	13	-
Assistentes Administrativos	21	23	-8,7
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	2	2	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	10	11	-9,1
Pré-reformados	10	12	-16,7
Efetivo médio ao serviço	238	217	9,7

Produção de notícias (n.º conteúdos)	2019	2018	Δ% 19 /18
Foto	49.727	51.612	-3,7
Áudio	11.552	11.132	3,8
Conteúdos mistos	1.817	2.063	-11,9
Texto	179.851	170.105	5,7
Vídeo	5.945	5.858	1,5
Total	248.892	240.770	3,4



Riscos da atividade da empresa

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2019, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2019	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0019	0,0019
USD	0,8902	0,8933
BRL	0,2214	0,2267
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1279	0,1293
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1143	0,1140
MOP	0,1110	0,1107
MZN	0,0146	0,0146
GBP	1,1750	1,1399

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

Em 2019, fruto de alguma instabilidade nalguns grupos de comunicação social, verificou-se uma deterioração do prazo médio de recebimento que se situou nos 74 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;

- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A Empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente do Estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2018 se situaram em 22% do total de vendas.



Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de €655.042, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €32.752 para Reservas Legais;
- Transferência de €622.290 para a conta de Resultados Transitados.



Handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. J. Silva'.

IV. Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2019	31/12/2018
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1.493.641	1.493.641
Edifícios e outras construções	8	4.706.370	4.742.410
Equipamento básico	8	815.944	548.812
Equipamento de transporte	8	38.301	77.178
Equipamento administrativo	8	22.580	14.985
Outros ativos fixos tangíveis	8	123.404	169.808
Investimentos em curso	8	102.600	320.258
Subtotal ativos fixos tangíveis		7.302.840	7.367.093
Ativos Intangíveis			
Projetos de desenvolvimento	7	-	-
Subtotal ativos intangíveis		-	-
Outros investimentos financeiros			
EPA	9	-	105.000
IPPS-IUL	9	10.000	10.000
Fundo de compensação do trabalho	9	15.444	8.028
Subtotal outros investimentos financeiros		25.444	123.028
Total do ativo não corrente		7.328.285	7.490.121
Ativo corrente			
Clientes	10	952.904	804.402
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	-	46.424
Pagamentos por conta	11	256.503	87.180
Retenções efetuadas por tercelros	11	6.559	31.090
IVA	11	787	2.271
Subtotal Estado e outros entes públicos		263.849	166.965
Outros créditos a receber			
Pessoal	11	19.702	17.216
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	-	13.163
Outros créditos a receber	11	537.482	124.224
Subtotal outros créditos a receber		557.184	154.603
Diferimentos	11	225.983	240.799
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	2.130.205	4.279.057
Outros	4	8.895	8.665
Caixa	4	3.800	5.146
Subtotal caixa e depósitos bancários	19	2.142.899	4.292.869
Total do ativo corrente		4.142.819	5.659.638
TOTAL DO ATIVO		11.471.104	13.149.759

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2019	31/12/2018
Euros			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	12	5.325.000	5.325.000
Reservas legais	12	612.133	554.094
Resultados transitados	12	(1.717.970)	(2.828.555)
Excedentes de revalorização			
Antes de imposto sobre o rendimento	8/12	293.977	304.097
Impostos diferidos	6/12	(62.801)	(65.078)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	32.085	52.278
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1.057	1.057
		4.483.479	3.342.892
Resultado líquido do período		655.042	1.160.781
		5.138.522	4.503.673
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	746.881	1.292.540
Passivos por impostos diferidos	6/16	62.801	65.078
Total do passivo não corrente		809.682	1.357.618
Passivo corrente			
Fornecedores	14	216.283	346.081
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	140.498	346.405
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	168.360	163.253
IVA	16	576.351	638.749
Contribuições para a segurança social	16	216.743	193.180
Outras tributações	16	773	231.214
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.102.724	1.572.802
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de Investimentos	14	265.195	359.993
Credores por acréscimos de gastos	16	1.714.202	1.600.355
Pessoal	16	8.581	1.373
Outras dívidas a pagar	16	151.788	147.524
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª CPSNIIP)	16	1.971.530	3.238.258
Subtotal outras dívidas a pagar		4.111.296	5.347.502
Diferimentos	16	92.597	22.083
Total do passivo corrente		5.522.900	7.288.468
		6.332.582	8.646.086
Total do passivo			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		11.471.104	13.149.759

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,

Abílio Amândio Ramos dos Santos
 Nuno Pereira Dias Pessoa de A. F.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Euros			
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	13.187.563	12.876.719
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	21	(153.791)	(590.588)
Outras	21	3.761.947	3.691.453
Subtotal vendas e serviços prestados		16.795.720	15.977.584
Subsídios à exploração	20	21.456	59.287
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.965.907)	(4.056.614)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(132.793)	(139.635)
Remunerações do pessoal	24	(8.954.232)	(7.946.682)
Encargos sociais e outros	24	(2.472.570)	(2.132.542)
Subtotal gastos com o pessoal		(11.559.595)	(10.218.859)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/22	(3.824)	23.391
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(3.824)	23.391
Imparidades em Investimentos financeiros (perdas/reversões)	22	(105.000)	-
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/22	150.257	(200.416)
Aumentos/reduções de justo valor	22.1	-	124
Outros rendimentos			
Rendimentos suplementares	22.1	13.666	13.715
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Alienações	22.1	2.460	3.462
Sinistros	22.1	2.194	-
Outros			
Descontos	22.1	6.256	5.592
Diferenças de câmbio favoráveis	22.1	8.815	25.002
Reembolsos diversos	22.1	7.625	10.867
Diversos	22.1	97.677	524.284
Subtotal outros rendimentos		138.693	582.922
Outros gastos			
Impostos	22.2	(26.904)	(31.104)
Gastos em investimentos não financeiros			
Sinistros	22.2	(778)	-
Abates	22.2	(490)	(21.842)
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	22.2	(304)	-
Quotizações	22.2	(27.931)	(22.053)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22.2	(19.177)	(23.837)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.2	(11.254)	(20.346)
Multas e penalidades	22.2	(394)	(851)
Diversos	22.2	(3.864)	(2.519)
Subtotal outros gastos		(91.096)	(122.551)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.380.703	2.044.867
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	22.2	(587.454)	(435.078)
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(587.454)	(435.078)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		793.249	1.609.789
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	14	7
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		14	7
Resultado antes de impostos		793.263	1.609.795
Imposto sobre o rendimento do período	6	(138.221)	(449.014)
Resultado líquido do período		655.042	1.160.781

Contabilista Certificada.



O Conselho de Administração

Nicolau F. do Rosário dos Santos
Presidente Direção Pessoal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

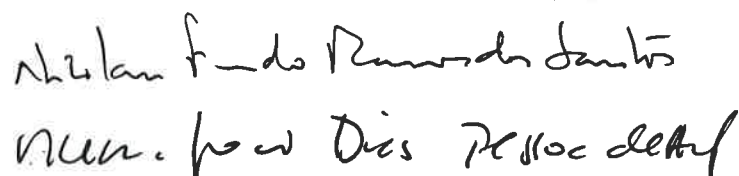
Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	21	16.795.720	15.977.584
Custos das vendas e dos serviços prestados		(14.580.720)	(13.102.281)
Resultado bruto		2.215.000	2.875.303
Outros rendimentos	22/25	478.281	729.181
Gastos de distribuição		(266.357)	(261.480)
Gastos administrativos		(1.513.499)	(1.432.446)
Outros gastos		(120.161)	(300.763)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		793.263	1.609.795
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
Resultado antes de impostos		793.263	1.609.795
Imposto sobre o rendimento do período	6	(138.221)	(449.014)
Resultado líquido do período		655.042	1.160.781
Resultados por ação	26	0,31	0,54

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração.






DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	12	5.325.000	554.094	239.019	(2.828.556)	53.335	1.160.781	4.503.673
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(10.120)	10.120	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2.277	(2.277)	-	-	-
Aplicação de resultados		-	58.039	-	1.102.742	-	(1.160.781)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(20.194)	-	(20.194)
		5.325.000	612.133	231.176	(1.717.970)	33.142	-	4.483.479
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	655.042	655.042
Resultado integral		-	-	-	-	-	655.042	5.138.522
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12	5.325.000	612.133	231.176	(1.717.970)	33.142	655.042	5.138.522

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

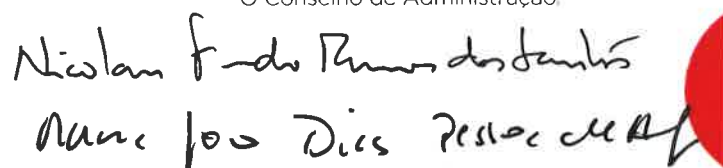
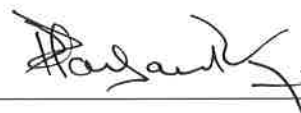
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Euros								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	12	5.325.000	518.059	239.658	(3.513.853)	80.607	720.693	3.370.163
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(825)	825	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	186	(186)	-	-	-
Aplicação de resultados		-	36.035	-	684.658	-	(720.693)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(27.271)	-	(27.271)
		5.325.000	554.094	239.019	(2.828.556)	53.335	0	3.342.892
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	1.160.781	1.160.781
Resultado integral		-	-	-	-	-	1.160.781	4.503.673
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12	5.325.000	554.094	239.019	(2.828.556)	53.335	1.160.781	4.503.673

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Euros

	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18.849.956	20.161.664
Pagamentos a fornecedores		(3.065.949)	(3.003.882)
Pagamentos ao pessoal		(7.052.830)	(5.976.365)
Caixa gerada pelas operações		8.731.177	11.181.417
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(433.891)	(76.592)
Outros recebimentos/pagamentos		(9.715.228)	(9.783.627)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1.417.942)	1.321.197
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(729.397)	(691.545)
Investimentos financeiros		(7.109)	(3.656)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4.464	2.244
Investimentos financeiros		-	969
Juros e rendimentos similares		14	4
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(732.028)	(691.984)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.149.970)	629.213
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.292.869	3.663.656
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.142.899	4.292.869

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:

Nicolau T. do Rosário dos Santos
 Nuno João Dias Pessoa de A. V.



V. Anexo

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2019, são apresentadas em base individual.

A Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil, apesar das operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa. No entendimento desta, aquela entidade na substância, corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir com os requisitos específicos da legislação Brasileira, razão pela qual se justifica a inclusão das demonstrações financeiras da mesma nas demonstrações financeira da Empresa. Durante o ano de 2019 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil e, à semelhança do ano anterior, não foi desenvolvida qualquer atividade operacional.

A 28 de março de 2019 foram aprovadas, em Assembleia Geral, as contas da Lusa relativas ao exercício de 2018. Na sequência das diligências efetuadas pelo Conselho de Administração sobre o cálculo do ajustamento à indemnização compensatória, omissa na Declaração de Compromisso assinada em 30 de dezembro de 2016 foi recebido ofício da DGTF notificando que o valor em causa devia ser devolvido, o que foi efetuado em março de 2019.

A 1 de janeiro de 2017 foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre o Estado Português e a Lusa S.A. para o triénio 2017/19, tendo o mesmo sido visado pelo Tribunal de Contas a 13 de julho de 2017.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) na sua reunião de 3 de março de 2020, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de Assembleia Geral. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Conteúdos não comparáveis com períodos anteriores

Não aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas, exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas àquela data no "Edifício Lusa", registadas nas

Handwritten signatures and initials, including "S. G. L." and "S. P. L.".

rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se refletido na Nota 8.

No exercício de 2016 e de 2018, foram efetuadas avaliações de todos os imóveis da Empresa, mas não foram refletidas contabilisticamente, tal como justificação na Nota 8.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, estando totalmente amortizados.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.5.3. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a pagar fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidades sobre dívidas a receber

Foram constituídas imparidades relativas a dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança, não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (Nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

Os subsídios do Governo são reconhecidos pela Empresa nas suas demonstrações financeiras apenas no momento em que são recebidos ou quando existe razoável certeza de que a Empresa cumprirá as condições a eles associados, tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subseqüentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fruem para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Handwritten signatures and initials, including "Rab" and "m".

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem sido preenchidas as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira


Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:



Taxas históricas	2019	2018
Janeiro	0,2342	0,2551
Fevereiro	0,2368	0,2493
Março	0,2306	0,2472
Abril	0,2286	0,2394
Maió	0,2233	0,2333
Junho	0,2294	0,2271
Julho	0,2358	0,2235
Agosto	0,2241	0,2208
Setembro	0,2207	0,2083
Outubro	0,2212	0,2314
Novembro	0,2179	0,2327
Dezembro	0,2184	0,2260
Taxa de fecho	0,2214	0,2250
Taxa média do ano	0,2267	0,2329

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade, provisões com processo de avaliação de desempenho, RV/Google, PREVPAP – processos em litigância e a provisões com pré-reformas (cf. Nota 17.3).

3.1.13. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

3.3. Juízos de valor na aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamentos no período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 incluem, essencialmente, as vidas úteis dos ativos, a análise de imparidades e provisões.

As estimativas foram baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	2019	2018
Depósitos à ordem	2.130.205	4.279.057
Caixa (dinheiro em caixa)	3.800	5.146
Depósitos a prazo	8.895	8.665
Total de caixa e seus equivalentes	2.142.899	4.292.869

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), nos termos do artigo 87º do código do IRC, à taxa de 21%. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

No exercício de 2019, a taxa nominal de imposto poderá variar entre 22,5% e 31,5% dependendo do valor do lucro tributável ("LT") apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

- Taxa de IRC: 21% sobre o LT;
- Derrama municipal: 1,5% sobre o LT;
- Derrama estadual: 3% sobre o LT se 1.500.000 Euros < LT <= 7.500.000 Euros, 5% sobre o LT se 7.500.000 Euros < LT <= 35.000.000 Euros e 9% sobre se LT > 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

Os prejuízos fiscais ("PFR") são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esses exercícios. Adicionalmente, a dedução dos PFR está limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos exercícios de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2019, não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Ações de inspeção

i) Durante o exercício de 2019 a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2015 e 2016. A ação terminou em dezembro de 2019 tendo sido notificados por despacho da AT de que não resultaram quaisquer atos tributários desfavoráveis para a empresa. Com esta inspeção encontram-se encerrados todos os anos anteriores a 2017 em termos de matéria fiscal.

ii) Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.727, incluindo juros e coimas, conforme seguidamente discriminado:

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87.140	731.895	819.035
Juros :			
Compensatórios	11.726	78.678	90.404
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	376
Total	99.143	811.585	910.728

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002.

Analizada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e a anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu não contestar a decisão da AT.

Assim, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e, simultaneamente, entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo em dezembro de 2015 pago o imposto devido. Em 2016, quando notificada a Empresa pagou os correspondentes juros, dos quais foi constituída provisão para acautelar o risco associado no Balanço a 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. A diferença entre o valor da provisão (€708.037) e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

Em agosto de 2016, e apesar de ter pago à AT o montante relativo a este processo, tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, a Empresa apresentou contestação ao mesmo. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas ao Estado.

No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final da AT tendo sido proferido o indeferimento à reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente nem recorrer hierarquicamente à AT desta decisão.

iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. O processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontrava-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. A 31 de dezembro de 2019 as 36 prestações acordadas encontram-se pagas tendo sido liquidado o montante de €200.897 no decorrer de 2019, correspondente às 9 últimas



prestações. A garantia bancária apresentada foi cancelada e o processo de execução fiscal extinto.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 - Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

a) Reconciliação da taxa de imposto

	2019	2018
Resultado antes de impostos	793.263	1.609.795
Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	178.484	362.204
Diferenças permanentes (i)	(368.447)	36.445
Ajustamentos à colecta (ii)	51.742	50.365
Imposto sobre o rendimento do exercício	(138.221)	449.014
Imposto corrente (Nota 16)	140.498	346.405
Imposto diferido gerado no exercício	(2.277)	102.609
	138.221	449.014
(i) Este montante tem a seguinte composição:		
Multas e outras penalidades	394	851
Provisões líquidas	545.659	(356.001)
Outras correções, líquidas	(2.183.595)	517.129
Taxa nominal de imposto	(1.637.542)	161.979
	22,5%	22,5%
	(368.447)	36.445

(ii) Os ajustamentos à coleta resultam dos gastos que no âmbito da legislação em vigor são tributados autonomamente.

b) Movimento dos impostos diferidos

2019	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	65.078	-	(2.277)	62.801
	65.078	-	(2.277)	62.801

(i) à taxa de imposto de 22,5%

2018	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos (Nota 11):				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	102.795	-	(102.795)	-
	102.795	-	(102.795)	-
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	65.264	-	(186)	65.078
Ajustamento de prestação de serviços	-	-	-	-
	65.264	-	(186)	65.078

(i) à taxa de imposto de 22,5%

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de €633.758 encontram-se totalmente amortizados.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2019	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.493.641	7.613.589	3.114.792	203.452	431.912	3.014.460	320.258	16.192.105
Aquisições	-	59.278	216.485	-	5.124	15.015	239.712	535.615
Transferências	-	77.869	363.617	-	9.117	6.768	(457.370)	-
Abates	-	-	(28.222)	-	(223)	(234)	-	(28.678)
Alienações	-	-	(23.200)	-	-	-	-	(23.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.493.641	7.750.736	3.643.472	203.452	445.930	3.036.010	102.600	16.675.840
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(2.871.179)	(2.565.980)	(126.274)	(416.927)	(2.844.652)	-	(8.825.012)
Reforços	-	(173.186)	(300.557)	(38.877)	(6.646)	(68.188)	-	(587.454)
Regularizações por alien., transf. e abates	-	-	39.010	-	223	234	-	39.466
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(3.044.366)	(2.827.527)	(165.151)	(423.350)	(2.912.606)	-	(9.373.000)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	1.493.641	4.706.370	815.944	38.301	22.580	123.404	102.600	7.302.840

No decurso do ano de 2019, efetuou-se principalmente o abate de bens descontinuados que faziam parte principalmente do equipamento básico. O valor líquido contabilístico de €12.412 refere-se equipamento fotográfico e aparelhos de comunicação, bens esses não totalmente amortizados, à data do abate.

Em 2019, o aumento na rubrica de "Equipamento básico" resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento informático, equipamento audiovisual e programas de computador. O aumento na rubrica de "Edifícios e outras construções" resultou das

melhorias gerais realizadas nas infraestruturas do edifício. O aumento na rubrica “Equipamento Administrativo” justifica-se pela aquisição de diverso material de escritório, com destaque para cadeiras, mesas e mapa mundo.

Por último, de referir que o valor registado em “Outros Ativos Fixos Tangíveis” respeita à aquisição de reclamos luminosos e equipamento audiovisual.

O valor da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” refere-se essencialmente às obras de reabilitação do edifício, ao desenvolvimento do sistema editorial, desenvolvimento do projeto Priberam, desenvolvimento da aplicação “people portal”, ao desenvolvimento do prontuário ortográfico e ao estudo prévio do projeto de renovação da redação.

31 de dezembro de 2018	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	7.516.395	2.872.894	190.200	398.323	2.912.049	85.057	15.468.560
Aquisições	-	29.909	223.906	40.000	32.481	89.294	381.646	797.236
Transferências	-	99.773	19.477	-	2.942	24.253	(146.444)	-
Abates	-	(32.489)	(1.485)	-	(1.834)	(11.136)	-	(46.943)
Alienações	-	-	-	(26.748)	-	-	-	(26.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.493.641	7.613.589	3.114.792	203.452	431.912	3.014.460	320.258	16.192.105
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.724.046)	(2.409.096)	(113.842)	(395.313)	(2.799.486)	-	(8.441.783)
Reforços	-	(157.780)	(158.369)	(39.180)	(23.447)	(56.302)	-	(435.078)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	10.647	1.485	26.748	1.834	11.136	-	51.849
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(2.871.179)	(2.565.980)	(126.274)	(416.927)	(2.844.652)	-	(8.825.012)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	1.493.641	4.742.410	548.812	77.178	14.985	169.808	320.258	7.367.093

A Lusa adota o método da revalorização na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Díli - Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor-Leste.

“Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be "S. Costa" and other initials.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do "Edifício Lusa", em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel "Edifício Lusa", em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" englobam as frações do "Edifício Lusa" que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa.



Relativamente ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, apesar do valor ser superior ao registado contabilisticamente em cerca de 900 mil euros, optou-se por não se refletir contabilisticamente a referida valorização, por uma questão de prudência. Na base desta decisão esteve, por um lado, o facto de não se considerar que o valor seja sustentável a médio prazo e, por outro, o que foi referido no respetivo relatório de avaliação.

Com efeito, na avaliação do imóvel considerou-se que: “não existem quaisquer constrangimentos à livre transação em mercado imobiliário aberto entre um comprador e um vendedor potenciais, não tendo ambos, limitações ou constrangimentos que derivem de interesses específicos no imóvel, estatutos jurídicos condicionantes ou limitativos.”. Atendendo ao auto de cessão da Direção Geral do Património de 25 de novembro de 1997, bem como ao facto de metade das frações do imóvel estarem oneradas e condicionadas, considerou-se prudente não alterar o valor registado.

Em 2016, as hipotecas foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do Banco Popular de novembro 2015, das frações autónomas “B”, “C”, “D”, e “F”, dadas como garantias do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do banco Popular Portugal S.A, ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração “E”. Esta hipoteca foi cancelada na Conservatória do Registo Predial em janeiro de 2019 após autorização de cancelamento do banco Santander/Popular em 2018.

Edifício em Macau

Em 2015 o imóvel em Macau foi alienado por €1.824.286 (HKD 15.500.000), tendo gerado uma mais-valia contabilística de €354.804.

Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli foi inicialmente, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de 680.785 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Dili, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao Edifício em Dili considerou-se que o valor apurado não é materialmente diferente do valor registado contabilisticamente, pelo que se optou por não refletir contabilisticamente qualquer valorização.

Valorização comparativa dos imóveis

Em 31 de dezembro de 2018, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.136.675	2.720.857	4.415.818	5.909.459	188.043	31.203
Dili	-	466.516	150.063	316.453	316.453	116.054	33.875
Maputo (a)	-	10398,94	259,89	10.139	10.139	-	-
Totais	1.493.641	7.613.589	2.871.179	4.742.410	6.236.051	304.097	65.078

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

Em 31 de dezembro de 2019, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.273.821	2.883.673	4.390.148	5.883.789	181.345	29.696
Dili	-	466.516	159.393	307.123	307.123	112.632	33.105
Maputo (a)	-	10398,94	1299,86	9.099	9.099	-	-
Totais	1.493.641	7.750.736	3.044.366	4.706.370	6.200.011	293.977	62.801

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram registados os seguintes movimentos:

Handwritten signature and date:
 2019
 [Signature]

Investimentos financeiros	2019	2018
EPA - European Pressphoto Agency	-	105.000
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10.000	10.000
FCT - Fundo de Compensação do trabalho	15.444	8.028
Total	25.444	123.028

EPA - European Pressphoto Agency - entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representam 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda por imparidade constituída nos anos de 2015 e 2019 (cf. Nota 17.1.). De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social. Dado os resultados apresentados e auditados em 2018 e o plano de negócios que estima a continuação de prejuízos em 2019, foi decidido efetuar a imparidade pelo valor remanescente de €105.000.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10.000.

O valor do fundo de compensação do trabalho visa garantir ao trabalhador uma parte das compensações (até 50%) a que ele tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho, a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013, que no caso da Lusa correspondiam a 46 e 22 trabalhadores em 2019 e 2018, respetivamente.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2019			2018		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	952.904	-	952.904	804.402	-	804.402
Clientes - cobrança duvidosa	582.546	(582.546)	-	863.424	(863.424)	-
	1.535.450	(582.546)	952.904	1.667.826	(863.424)	804.402

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.1.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "MIGUEL" and a stylized signature.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2019	2018
Outros ativos correntes:		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	263.062	164.694
IVA	787	2.271
Pessoal	19.702	17.216
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	13.163
Outros créditos a receber:		
Outros créditos a receber	155.144	124.224
Contrato com o Estado (Atualização da inflação de acordo com o contrato de prestação de serviço público - 2017/2019,cf cláusula 8º, nº4.)	382.338	-
Gastos a reconhecer	225.983	240.799
	1.047.016	562.367
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	-	46.424
Pagamentos por conta	256.503	87.180
Retenções na fonte	6.559	31.090
	263.062	164.694

O valor de €382 338 tem por base o número 4 da Cláusula 8.ª do Contrato com o Estado "o montante da indemnização compensatória será atualizado anualmente, tendo por base a taxa oficial de inflação verificada em Portugal (...)". Nesse sentido, no final de 2019 a Lusa emitiu uma fatura referente ao valor da inflação da IC, relativa aos anos de 2018 e 2019, com base na taxa de inflação de 2017 (1,4%) e de 2018 (1%), no valor de €311 mil (sem IVA)

12. Capital próprio

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2019:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOUREIRO E FINANÇAS	50,14	2.670.000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550
IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, L	22,35	1.190.160

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Sara" and a stylized signature.

pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015. O montante do excedente de revalorização apresentado em 2019 e 2018 ascendeu a €231.176 e €239.018, respetivamente.

Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2019, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV - Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de março de 2019 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €1.160.781, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2018, fosse transferido para Reservas o montante de €58.039 e €1.102.742 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 21 de março de 2018 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €720.693, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2017, fosse transferido para Reservas o montante de €36.035 e €684.658 para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem valores em dívida com instituições de crédito.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Santander (antigo Banco Popular Portugal, S.A.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa. Em 2016 foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do banco de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E". Esta hipoteca foi cancelada na Conservatória do Registo Predial em janeiro de 2019 após autorização do banco em 2018.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2019	2018
Fornecedores	216.283	346.081
Fornecedores de investimentos	265.195	359.993
	481.478	706.074

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2019 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matrícula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Dívida a 31-12-2019	Data de Início	Data de Fim	Dívida a 31-12-2018
2014357068	74-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, SA	35.100,00	-	19/03/2015	18/12/2019	1.610,22
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33.800,01	-	30/03/2015	29/12/2019	1.518,09
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33.800,01	105,66	13/04/2015	12/01/2020	951,88
5000624	59-TI-83	ALD AUTOMOTIVE	17.124,04	5.001,28	07/08/2017	06/08/2020	6.412,69
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	5.697,63	12/12/2017	10/12/2020	6.918,86
5000349	27-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	4.494,35	29/07/2017	27/07/2020	5.715,58
5000348	27-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	4.494,35	28/07/2017	27/07/2020	5.715,58
4131/1	43-VD-15	LEASEPLAN	13.615,39	11.428,39	17/09/2018	16/09/2021	13.177,99
4131/1	43-VD-36	LEASEPLAN	13.615,39	11.428,39	17/09/2018	16/09/2021	13.177,99
4131/1	45-VG-67	LEASEPLAN	13.309,01	11.619,66	05/11/2018	04/11/2021	13.179,06
4131/1	45-VG-76	LEASEPLAN	13.387,54	11.568,94	10/10/2018	18/10/2021	13.127,74
4131/1	82-VO-56	LEASEPLAN	12.323,95	10.850,53	29/11/2018	28/11/2021	12.210,61
4131/1	83-VO-60	LEASEPLAN	12.323,95	10.850,53	29/11/2018	28/11/2021	12.210,61
			245.072	87.540			105.927

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

Handwritten signature and initials in blue ink, including the word "LUSA" and other illegible marks.

	2019	2018
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	62.801	65.078
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (Nota 6)	140.498	346.405
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	168.360	163.253
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	576.351	638.749
Contribuições para a segurança social	216.743	193.180
Outras tributações	773	231.214
	1.102.724	1.572.802
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.541.175	1.383.984
Outros acréscimos de gastos	173.027	216.370
	1.714.202	1.600.355
Pessoal	8.581	1.373
Outras dívidas a pagar:		
Outras dívidas a pagar	151.788	147.524
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª)	1.971.530	3.238.258
	2.123.319	3.385.781
Rendimentos a reconhecer	92.597	22.083
	5.104.224	6.647.472

O valor em dívida à AT resultante da adesão ao PERES, do processo do IVA, cujo pagamento se estabeleceu em 36 prestações, encontrava-se registado, em 2018, em "Outros passivos não correntes - Outras tributações" e "Outros passivos correntes - Outras tributações", apesar de o mesmo se encontrar em litigância (cf. Nota 6). A 31 de dezembro de 2019 encontra-se liquidado o montante referente às 36 prestações. A garantia bancária apresentada foi cancelada e o processo de execução fiscal extinto.

Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2020 bem como as folgas por gozar à data de 31 de dezembro de 2019.

Na rubrica "Outros credores diversos" está registada a estimativa relativa aos anos de 2019, 2018, 2017 do ajustamento à Indemnização Compensatória a devolver ao Estado, no montante de €1.971.530. No ano de 2019 a diminuição do saldo em €1.266.728 refere-se ao ajustamento da IC de 2019 (€153.791) e à devolução do ajustamento da IC de 2016 (€1.420.518).

No ano de 2018 o aumento do saldo em €590.588 em comparação com 2017 referente ao ajustamento da Indemnização Compensatória de 2018, decorreu do contrato celebrado para o triénio 2017/2019.

Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pelo Ministério da Cultura, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2016. A referida declaração contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado. No entanto, tendo em conta que a mesma não refere especificamente o método de cálculo de custo do serviço público a aplicar, considerou-se que o mesmo deverá ser efetuado com base no Anexo I ao novo Contrato, atendendo à expectativa que existia deste entrar em vigor no triénio 2016-2018. Durante o ano de 2016 foi registado um passivo relativo à devolução da IC, que teria lugar se o contrato estivesse em vigor naquele ano. No ano de 2019 foi efetuada a devolução do montante referente à Indemnização Compensatória do ano de 2016, no montante de 1 420 518 euros.

17. Perdas por imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas por imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2019	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(863.424)	(18.705)	(882.129)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(37.047)	-	(37.047)
Anulação/regularização (b)	317.926	-	317.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(582.546)	(18.705)	(601.251)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: Dívidas de clientes	(37.047)	-	(37.047)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: - Anulação de créditos considerados incobráveis - Reversões de créditos considerados incobráveis - Reversões de imparidades (Nota 22.1.)	284.703 273 32.950	- - -	284.703 273 32.950
	317.926	-	317.926

2018	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.118.527)	(18.705)	(1.137.232)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(39.589)	-	(39.589)
Anulação/regularização (b)	294.692	-	294.692
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(863.424)	(18.705)	(882.129)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: Dívidas de clientes	(39.589)	-	(39.589)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição: - Anulação de créditos considerados incobráveis - Reversões de imparidades (Nota 22.1.)	231.712 62.981	- -	231.712 62.981
	294.692	-	294.692

Em termos de investimentos financeiros (cf. Nota 9.) existiu a constituição de imparidade do valor remanescente da participação no capital da EPA pelo que a situação é a seguinte:

2019	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (a)	(35.000)
Constituição	(105.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(140.000)
(a) EPA	

2018	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (a)	(35.000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(35.000)
(a) EPA	

Handwritten signature and initials in blue ink.

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo n.º 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. O plano PERES terminou em setembro de 2019 com o pagamento de 36 prestações de acordo com o plano de pagamentos. Consequentemente, a dívida fiscal ajustada pelo perdão de juros foi extinta, bem como a garantia bancária, cancelada em outubro e cujo valor era de €2.094.697. A Empresa manteve o processo de contestação, tendo sido notificada para juntar novos elementos de prova o que foi concretizado em outubro de 2019, encontrando-se a aguardar nova decisão sobre o processo.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB), e para o qual não houve nenhum desenvolvimento em 2019.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 924/10.7BELSB e Nota de liquidação 2015 2310451316), no valor de € 872 851,95). A Lusa foi notificada pela AT em julho de 2019 em como não concorda com o pedido de anulação da liquidação, pelo que a Agência mantém a reclamação constante da petição inicial no Tribunal Tributário de Lisboa.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2019	2018
Megafin	Ação Executiva	42.317	57.109
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	49.934	49.934
Jornal I	Ação Executiva	60.997	60.997
Diário Açores	Ação Executiva	58.156	58.156
S.T.&S.F.	Ação Executiva	-	53.145
Masemba	PER	12.570	13.234
Descobrirpress	PER	5.731	5.731
Total		229.705	298.306

Nota: Os valores apresentados incluem juros

De realçar que a diminuição dos valores em litigância em 2019 se deve essencialmente à insolvência da S.T.&S.F. e ao acordo de pagamento efetuado com o cliente Megafin.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a red semi-circle and various scribbles.

17.3 Provisões

Em 31 de dezembro de 2019 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

2019					
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo Inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	1.023.306	30.251	(395.402)	(149.497) (a)	508.659
Processos judiciais em curso e outras provisões	239.144	104.386 (b)	-	(135.398) (c)	208.132
Processo encerramento sucursal Brasil	30.090	-	-	-	30.090
Total	1.292.540	134.637	(395.402)	(284.895)	746.881

(a) Diminuição diz respeito à estimativa da idade de reforma para 66,5 anos e ao falecimento de um colaborador.

(b) Reforço diz respeito à estimativa para o programa PREVPAP e ao processo de avaliação de desempenho.

(c) Diminuição diz respeito à anulação da indenização à Byeva e anulação da provisão dos precários.

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2019 a pré-reformados, ao abrigo de acordos efetuados em 2010.

O reforço verificado na mesma rubrica justifica-se pelo aumento do valor do seguro de saúde bem como pelo valor decorrente da inflação dos anos de 2018 a 2022.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

2018					
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo Inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	1.467.245	76.339 (a)	(520.279)	-	1.023.306
Processos judiciais em curso e outras provisões	199.130	147.939 (b)	(84.063)	(23.862) (c)	239.144
Processo encerramento sucursal Brasil	30.090	-	-	-	30.090
Total	1.696.465	224.278	(604.342)	(23.862)	1.292.539

(a) Reforço diz respeito à estimativa da idade de reforma para 66,8 anos.

(b) Reforço diz respeito à estimativa para o programa PREVPAP, atualização da auditoria IGF/Segurança Social e fornecedor em litígio.

(c) Diminuição diz respeito às anulações da indenização da Byeva, do excesso de estimativa do processo João Medeiros e do excesso da provisão dos advogados Cuatrecasas.

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2018 a pré-reformados, ao abrigo de acordos efetuados em 2010.

O reforço verificado na mesma rubrica justifica-se pelo aumento da idade de reforma para 66,5 anos (ano 2019), 66,6 anos (ano 2020), 66,7 anos (ano 2021) e 66,8 anos para 2022, ano em que se estima o término do pagamento destes compromissos.

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente: (i) da estimativa para a integração de colaboradores ao abrigo do programa PREVPAP; (ii) de um potencial processo com a Segurança Social em resultado da cessação do vínculo laboral em 2016 com um ex-funcionário; (iii) e de um litígio emergente com uma empresa fornecedora de serviços.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2019

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "MAY" and a large stylized signature.

A 31 de dezembro de 2019, a responsabilidade com valores atualizados era a seguinte:

Pré-Reformados	2019	2020	2021	2022	Total 2019/22
Valor Nominal		309.443	190.178	11.368	510.989
Valor Atualizado		308.673	188.760	11.227	508.660
Responsabilidade a 31 dezembro	510.989	201.545	11.368	-	
Numero Pré-Reformados Iniciais	12	10	10	3	
Saídas	2	-	7	3	12
Numero Pré-Reformados Finais	10	10	3	-	
Idade Reforma (anos e mês)		66,5	66,6	66,7	

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Entidades	Número	2019	2018
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17.945	17.945
Autoridade Tributária (b)	04/285/9298	-	2.094.697
		17.945	2.112.642

(a) Contrato de prestação de serviços em vigor em que o beneficiário é o EMGFA.

(b) Processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (cf. Nota 6). Dada a adesão ao PERES em dezembro 2016 a garantia bancária efetuada pelo BPI e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária foi revista, em resultado do benefício da redução dos juros em 80% aquando da adesão ao citado programa, ascendendo o valor em €2.094.697. A garantia bancária foi extinta em 2019 com o pagamento das 36 prestações decorrentes da adesão ao PERES (cf. Nota 17.2).

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2019	2018
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	2.142.899	4.292.869
Contas a receber de terceiros	1.773.937	1.125.970
	3.916.836	5.418.839
Passivos financeiros	2019	2018
Contas a pagar a terceiros	(5.430.303)	(7.266.385)
	(5.430.303)	(7.266.385)

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Subsídios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os subsídios eram os seguintes:

2019						
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	-	-	27.271	56.816	25.007
Histórias da Coesão	7.280	7.280	-	202	202	7.078
Subsídios à exploração:						
Histórias da Coesão	31.291	31.291	-	21.456	21.456	9.835
Total						
Google	81.823	-	-	27.271	56.816	25.007
Histórias da Coesão	38.571	38.571	-	21.658	21.658	16.913
	120.394	38.571	-	48.930	78.474	41.920

2018						
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	-	-	27.271	29.544	52.278
Subsídios à exploração:						
Google	59.287	59.287	-	59.287	198.178	-
Total						
Google	141.110	59.287	-	86.558	227.722	52.278
	141.110	59.287	-	86.558	227.722	52.278

Em 2018 a Empresa, em conjunto com a EFE, que liderou a iniciativa, concorreu ao DG REGIO Call For Media – European Cohesion, propondo uma cobertura sobre as histórias ibéricas da coesão, ao longo da fronteira Portugal-Espanha – as Histórias Ibéricas da Coesão. Em janeiro de 2019 o projeto Iberian foi financiado pelos fundos europeus, sendo implementado entre 1 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, com um financiamento total de €128.571. De referir que dado que faltam apenas 2 meses para a conclusão não é expectável que a Lusa venha a reconhecer um valor adicional material para além do que já foi recebido no valor de € 38.571.

O projeto Histórias Ibéricas da Coesão, versa sobre as contribuições das políticas europeias de coesão e o seu impacto no aumento do emprego, no crescimento e investimento a nível regional e nacional, no aumento da qualidade de vida das populações transfronteiriças, entre muitos outros vetores de desenvolvimento do tema. Com um conjunto de 48 peças de texto e foto – uma por semana, e 24 reportagens multimédia, o tema da Coesão Europeia nas zonas transfronteiriças gerou histórias de todo o tipo: da cultura à saúde, da vida selvagem ao turismo, dos produtos do mar à assistência médica e social, das mulheres empreendedoras à reciclagem do lixo elétrico e eletrónico, da cooperação entre localidades, empreendedores e artistas dos dois lados da fronteira à criação de produtos inovadores, da proteção da vida animal à investigação da doença de Alzheimer, do repovoamento piscícola do Rio Minho numa ação luso-galaica à promoção da saúde materno-infantil, do combate aos incêndios à investigação sobre a qualidade dos alimentos portugueses e espanhóis, da proteção contra a violência doméstica até ao transporte transfronteiriço.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa candidatou-se ao projeto DNI/Google, que tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA. Este projeto atingiu um total de financiamento da Google de € 280.000, sendo que o restante investimento, €120.000, são da responsabilidade da Empresa. O projeto terminou no final de 2017 encontrando-se apenas a ser reconhecido em 2019 o subsídio ao investimento, tendo o montante de cerca de 198 mil euros sido reconhecido como subsídio à exploração nos dois períodos anteriores.

21. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2019	2018
Mercado nacional	16.203.095	15.399.780
Mercado externo	592.625	577.805
	16.795.720	15.977.584

	2019	2018
Indemnização compensatória líquida	13.033.772	12.286.131
Receitas próprias	3.761.947	3.691.453
	16.795.720	15.977.584

Mercado Nacional:		
Indemnização compensatória	13.187.563	12.876.719
Ajustamento à indemnização compensatória	(153.791)	(590.588)
Receitas próprias	3.169.323	3.113.649
Mercado Externo (receitas próprias)	592.625	577.805
	16.795.720	15.977.584

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em sequência da entrada em vigor do contrato programa para o triénio 2017-2019, a rubrica “mercado nacional” encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização compensatória no montante de €153.791 e €590.588, respetivamente.

No valor da indemnização compensatória, para além do ajustamento acima referido, está incluído o valor referente à inflação.

De acordo com o número 4 da Cláusula 8.ª do Contrato com o Estado “o montante da indemnização compensatória será atualizado anualmente, tendo por base a taxa oficial de inflação verificada em Portugal (...)”. Nesse sentido, no final de 2019 a Lusa emitiu uma fatura referente ao valor da inflação da IC, relativa aos anos de 2018 e 2019, com base na taxa de inflação de 2017 (1,4%) e de 2018 (1%), no valor de €311 mil (sem IVA).

Assim e apesar de o Estado não ter pago o valor da inflação na indemnização compensatória no triénio que agora termina, contratualmente está estabelecido essa atualização que está em conformidade com a prática do Estado nos anos de 2011 a 2015 inclusive.

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

22.1 Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros rendimentos obtidos e ganhos operacionais foram os seguintes:

	2019	2018
Subsídios à exploração (Nota 20.)	21.456	59.287
Reversões de imparidade clientes (Nota 17.1.)	32.950	62.981
Reversões de imparidade por créditos incobráveis (Nota 17.1.)	273	-
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	284.895	23.862
Rendimentos suplementares	13.666	13.715
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.654	3.462
Ganhos por aumentos de justo valor	-	124
Outros rendimentos e ganhos operacionais	120.373	565.744
	478.268	729.175

22.2 Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros gastos e perdas operacionais incorridos foram os seguintes:

	2019	2018
Gastos de depreciação e de amortização	587.454	435.078
Provisões (Nota 17.3.)	134.637	224.278
Perdas por imparidade clientes (Nota 17.1.)	37.047	39.589
Perdas por imparidade em investimentos financeiros (Nota 17.1.)	105.000	-
Impostos	26.904	31.104
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.269	21.842
Outros gastos e perdas operacionais	62.923	69.606
	955.235	821.497

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

	2019	2018
Correspondentes e colaboradores	1.046.518	1.118.244
Trabalhos especializados	623.878	659.359
Rendas e alugueres	500.898	416.340
Deslocações, estadas e transportes	421.073	447.147
Serviço de agências noticiosas	299.170	293.926
Conservação e Reparação	250.600	299.499
Comunicação	187.323	231.023
Energia e fluidos	170.610	171.211
Limpeza, higiene e conforto	105.993	96.211
Vigilância e segurança	89.683	83.522
Honorários	70.085	55.640
Seguros	40.420	32.304
Publicidade e propaganda	7.997	4.471
Outros	151.658	147.718
	3.965.907	4.056.614

A principal razão de diminuição desta rubrica deve-se aos gastos com "Correspondentes e colaboradores" devido à integração de 23 colaboradores em 2019 em gastos com pessoal ao abrigo do programa PREVPAP. O aumento em "Rendas e alugueres" resulta do efeito do projeto de Text Mining da Priberam e de Licenciamento que anteriormente era capitalizado.

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas foi de €15.750 em ambos os períodos.

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os gastos incorridos com o pessoal foram os seguintes:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	8.954.232	7.946.682
Encargos sobre remunerações	1.973.783	1.800.217
Remunerações dos órgãos sociais	132.793	139.635
Indemnizações	3.200	793
Outros custos com o pessoal	495.587	331.532
	11.559.595	10.218.859

Em 31 de dezembro de 2019, o total de efetivos da Agência é de 269 (250 em dezembro de 2018).

Em dezembro de 2019, nos 269 trabalhadores efetivos incluem-se 10 requisitados e com licenças sem retribuição, 10 em situação de pré-reforma e 4 trabalhadores de baixa de média / longa duração.

Em dezembro de 2018, nos 250 trabalhadores efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 12 em situação de pré-reforma e 5 trabalhadores de baixa de média / longa duração.

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

	2019	2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
De depósitos	14	7
Resultados financeiros	14	7

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large red mark at the top right and a signature at the bottom right.

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado por ação foi como se segue:

	2019	2018
Número de ações	2.130.000	2.130.000
Resultado líquido	655.042	1.160.781
Resultado por ação	0,31	0,54

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2019 e 2018, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

27.1 Saldos com partes relacionadas - IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018
Estado Português	Acionista	-	-	382.338	-	-	-	1.971.550	3.238.258
Global Media Group	Acionista	189.801	173.307	-	-	1.196	1.362	-	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		138.590	127.306	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		35.399	28.450	-	-	-	-	-	-
Jornal do Fundão		-	1.740	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		5.424	5.424	-	-	-	-	-	-
Açormédia		10.387	10.387	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	1.196	1.362	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	110.848	140.877	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		24.624	33.369	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		86.224	107.508	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	15.622	8.266	-	-	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	46.000	51.591	-	-	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA (*)	Acionista	81.809	81.809	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	3.117	1.558	-	-	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	9.158	72.504	-	-
TOTAL		447.197	457.408	382.338	-	10.355	73.866	1.971.530	3.238.258

27.2 Transações com partes relacionadas - IVA incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores		Outras contas a pagar	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Estado Português	Acionista	15.838.364	15.838.364	382.338	-	-	-	189.162	726.423
Global Media Group	Acionista	470.946	477.942	-	-	16.441	18.664	-	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		332.757	333.828	-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		84.870	85.620	-	-	-	-	-	-
Jornal do Fundão		-	5.174	-	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		32.546	32.546	-	-	-	-	-	-
Açormédia		20.774	20.774	-	-	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	16.441	18.664	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	440.059	447.790	-	-	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		97.744	98.095	-	-	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		342.315	349.695	-	-	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	92	84	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	94.104	94.190	-	-	3.604	3.507	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	488.789	487.965	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	123.334	99.693	-	-
TOTAL		17.350.961	17.364.950	382.430	84	143.380	121.664	189.162	726.423

Mish
[Handwritten signature]

27.3 Remunerações do pessoal chave de gestão

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a de 31 de dezembro de 2019:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	5	310	Seg. Social	15.383	0	241	Seguro acid. trab. e doenças prof.	317
Maria João Dias Pessoa Araújo	6	570	Seg. Social	0	0		-	
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	Seg. Social	752	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	752	0	0	-	0
		880		16.886	0	241		317

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019					
	Fixa (**)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	86.070	0	86.070	4.303	0	81.767
Maria João Dias Pessoa Araújo	4.900	0	4.900	245	0	4.655
Denise Mendes da Costa Silva Pires	4.200	0	4.200	210	0	3.990
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	4.200	0	4.200	210	0	3.990
			99.370	4.968	0	94.402

(**) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Em 21 de março de 2018 foram nomeados novos órgãos sociais, pelo que a informação referente às remunerações do pessoal chave de gestão encontra-se subdividida em 2 períodos distintos: de 1 janeiro a 20 de março de 2018 e de 21 de março 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a de 20 de março 2018:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,77	252,81	Seg. Social	6.461,14	0,00	70,04	Seguro acid. trab. e doenças prof.	133,03
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	552,78	0,00	0,00	-	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	470,25	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	406,13	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	541,50	0,00	0,00	-	0,00
		252,81		8.431,80	0,00	296,40		352,21

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018					
	Fixa (**)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Maria Teresa Prata Macias Marques	28.636,71	0,00	28.636,71	1.431,89	0,00	81.764,71
João Manuel Pintado Silveira Lobo	2.450,00	0,00	2.450,00	122,50	0,00	3.990,00
Luis Paulo Mah Silva	2.100,00	0,00	2.100,00	120,00	0,00	2.850,00
José Carlos Barbosa Lourenço	1.800,00	0,00	1.800,00	90,00	0,00	3.420,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	2.400,00	0,00	2.400,00	120,00	18,75	2.298,75
			37.386,71	1.884,39	18,75	94.323,46

(**) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Remuneração do pessoal chave de gestão de 21 de março a de 31 de dezembro de 2018:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	4,77 (*)	310,05	Seg. Social	15.382,53	0,00	241,24	Seguro acid. trab. e doenças prof.	316,72
	6,00(**)	570,00						
Maria João Dias Pessoa Araújo	0,00	0,00	Seg. Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso (**)	0,00	0,00	Seg. Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Denise Mendes da Costa	0,00	0,00	Seg. Social	751,71	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	756,16	0,00	0,00	-	0,00
		880,05		16.890,40	0,00	241,24		316,72

(*) De 01 janeiro a 30 de junho de 2018 - valor unitário de 4,77 em dinheiro. De 01 julho a 31 de dezembro de 2018 - valor unitário de 6,00 em cartão

(**) Pediu renúncia do Conselho de Administração da Lusa a 28 de maio 2018 por incompatibilidade com o estatuto de docente universitário, não tendo auferido qualquer rendimento desde a sua nomeação

PROZ
R

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018					
	Fixa ⁽¹⁾	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	66.928,73	0,00	66.928,73	3.347,28	1.187,10	64.768,55
Maria João Dias Pessoa Araújo	3.814,70	0,00	3.814,70	190,73	68,56	3.692,53
Denise Mendes da Costa	3.269,77	0,00	3.269,77	163,14	58,47	3.165,10
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3.269,77	0,00	3.269,77	163,14	58,47	3.165,10
			77.282,97	3.864,29	1.372,60	74.791,28

⁽¹⁾ Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2019, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2019	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0019	0,0019
USD	0,8902	0,8933
BRL	0,2214	0,2267
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1279	0,1293
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1143	0,1140
MOP	0,1110	0,1107
MZN	0,0146	0,0146
GBP	1,1750	1,1399

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

Em 2019, fruto de alguma instabilidade nalguns grupos de comunicação social, verificou-se uma deterioração do prazo médio de recebimento que se situou nos 74 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;

- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 17.1.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A Empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente do Estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2018 se situaram em 22% do total de vendas.

29. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa dizem respeito às responsabilidades com os pré-reformados conforme detalhe da Nota 17.3.

30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 3 de março de 2020. Uma vez que as instruções sobre processo de prestação de contas referente a 2019 foram rececionadas em 11 de março, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final.

Devido aos recentes factos relacionados com o vírus Covid-19, foram adotadas normas e procedimentos de contingência, de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde e da Organização Mundial de Saúde. Em 11 de março a Lusa divulgou entre os seus trabalhadores o seu Plano de Contingência, disponível em https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/PlanoContingenciaCovid19_LUSA_v1.pdf

A Organização Mundial de Saúde considerou no dia 11 de março que a epidemia originada pelo Covid-19 se tinha tornado uma pandemia a nível global. Uma das características mais preocupantes é a rapidez com que o Covid-19 se propaga.



Num quadro destes, a informação fidedigna, fiável, isenta, não alarmista e atempada é fundamental.

A Lusa tem um papel crucial a desempenhar nesta situação, mas para isso a organização tem de se adaptar aos riscos de contágio do Covid-19 e tomar medidas que protejam os seus trabalhadores, de modo a garantir a continuidade do trabalho e a prestação do serviço público da agência.

Assim, foi decidido que, a partir de 16 de março, a esmagadora maioria dos trabalhadores passe ao regime de teletrabalho utilizando os meios tecnológicos à disposição e seguindo as orientações que serão transmitidas pelas respetivas chefias.

Face às características da empresa e aos esforços envolvidos dos seus trabalhadores não se considera expectável impacto significativo no negócio da empresa.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

Nem os proprietários nem qualquer outra entidade têm poder para alterar as Demonstrações Financeiras.

31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de €655.042, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

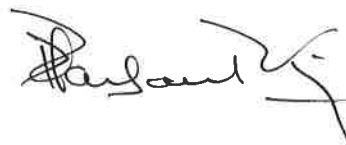
- Transferência de € 32.752 para Reservas Legais;
- Transferência de € 622.290 para a conta de Resultados Transitados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Nicolau T. do Amaral dos Santos
Alan José Dias Pires, Ue RB



VI. Cumprimento de orientações legais

O presente relatório foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 3 de março de 2020. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final. Assim, este capítulo foi elaborado tendo por base as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular ref.º SAI_DGTF_2020/770, de 11 de março de 2020).

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais para 2019:

- a) Iniciar as negociações para celebrar um novo contrato-programa com o Estado, cobrindo o triénio 2020-2022;

Devido ao período eleitoral no final de 2019, e à elaboração do Orçamento do Estado para 2020, não foi possível dar início, ainda em 2019, aos trabalhos para o novo contrato com o Estado. Já no início de 2020 a Lusa e o Ministério da Cultura estabeleceram um cronograma para o processo de negociações.

- b) Iniciar o processo visando a substituição do nosso atual sistema operativo por um outro «open source»;

Num mundo em constante e rápida mutação tecnológica, a procura de novos sistemas e soluções para a produção, gestão e distribuição de conteúdos continua a ser uma das preocupações centrais da Lusa, pelo que o ano de 2019 foi também marcado pela visita a diferentes órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, entre eles as congéneres espanhola e francesa Efe e AFP, respetivamente. Em paralelo, a Lusa investiu também de forma significativa em encontros de trabalho com diferentes parceiros tecnológicos, com quem discutiu as opções atualmente existentes no mercado.

- c) Continuar a investir na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa que possa dispensar a intervenção humana, concretizando vários projetos que já estão em andamento;

Os investimentos efetuados em 2019 ascenderam a €536 mil. Foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático e de telecomunicações (incluindo a rede Wi-Fi), em equipamento fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (tanto a nível de hardware como de software), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção noticiosa, como o desenvolvimento de uma aplicação de apoio ao sistema editorial e dos projetos de automatização de notícias e text mining. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

No campo da Inovação e das Novas Tecnologias, o ano de 2019 fica marcado, em especial, por quatro grandes acontecimentos:



- Estreia, na rotina diária da Redação, da produção automática de notícias;
- Disponibilização, para a generalidade dos jornalistas, de um “set” de ferramentas de inteligência artificial para auxílio às suas tarefas diárias e otimização do seu trabalho corrente;
- Realização de uma prova de conceito que permitiu criar, testar e validar, em ambiente real, um serviço de atendimento telefónico automático com reconhecimento de voz, associado a um programa de vocalização digital automática de artigos (transformação de texto em voz);
- Candidatura, vencedora, ao Portugal2020, de um projeto denominado «Combate às Fake News», iniciativa que permitirá desenvolver várias ferramentas de análise de conteúdos com recurso a Inteligência Artificial.

- d) Aumentar as receitas próprias da Agência, através do acréscimo da produção de texto e vídeo em África, a tradução desses conteúdos para poderem ser colocados nos mercados anglo-saxónicos, bem como a sua comercialização em Macau, onde o objetivo é incrementar também as receitas próprias;

No exercício de 2019, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3,8 milhões correspondentes a um acréscimo de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo. Este aumento consolida a tendência, registada em 2018, de crescimento em +0,5% face ao período homólogo (2017).

Transversal ao Mercado Externo e às Empresas encontram-se as receitas provenientes dos Encontros Lusa – denominação para grandes conferências e workshops, sob a forma de patrocínios.

Em 2019 a Lusa recebeu relativamente a esta atividade cerca de €20 mil. De referir que parte desta verba encontra-se registada em diferimentos, uma vez que uma das conferências de Macau foi adiada para 2020.

- e) Consolidar a linha de conferências da Agência, trabalhando em conjunto com ministérios e organismos do Estado, mas não excluindo outros interessados;

No seguimento da alteração da sua imagem corporativa da Lusa o ano de 2019 foi um ano rico em eventos promovidos pela Lusa, numa clara estratégia de consolidação e promoção, nacional e internacional, da marca “LUSA”. Esta estratégia permitiu igualmente angariar um maior número de subscritores Lusa.

Neste âmbito, destacamos estas atividades no ano de 2019:

- Inauguração do ciclo de atividades “Combate às Fake News” com a conferência “Combate às Fake News – uma questão democrática”, uma iniciativa conjunta com a agência espanhola EFE. Esta iniciativa teve o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, e os apoios do Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e Culturgest/CGD.
- Realização de uma conferência em Lisboa no âmbito da comemoração dos 20 anos da criação da Região Administrativa de Macau;
- Organização de dois eventos em Maputo com o objetivo de divulgar e alertar para a problemática das “Fake News”;
- Conferência organizada pela Delegação Lusa, com o apoio institucional do Governo de Cabo Verde, sobre a economia cabo-verdiana e o papel que Portugal pode assumir nas transformações em curso naquele país;

- Na cidade da Praia teve também lugar uma conferência organizada pela agência de notícias cabo-verdiana, com o apoio da Lusa, sobre "Fake News";
- f) Concluir as obras no hall de entrada do edifício-sede e avançar faseadamente na melhoria das instalações da redação;

Em 2019 foi concluído o projeto de reabilitação do piso zero, com o fim das obras de remodelação da receção, que incluiu a instalação de um ledwall de grandes dimensões para o qual se encontra em desenvolvimento, num âmbito mais alargado, um projeto de TV corporativa e de gestão multimédia. Foi ainda elaborado um projeto de execução de arquitetura e especialidades de remodelação da redação e de um estudo prévio para intervenção nos acabamentos exteriores do edifício bem como um estudo sobre a climatização do edifício devido às deficiências resultantes da obsolescência dos equipamentos.

- g) Concretizar e concluir o projeto de TV Corporativa, bem como a sua comercialização;

O Projeto Corporate TV foi concluído com a inauguração da receção do edifício Sede da Lusa, encontrando-se atualmente numa fase de apresentação a clientes, nomeadamente no setor empresarial.

- h) Integrar os 25² jornalistas, através do PREVPAP, que a CAB da Cultura considerou como devendo ter uma relação contratual mais sólida com a Agência, encontrando forma de acomodar os €253 mil de custos acrescidos, já que não houve reforço de verbas públicas para esse fim;

Em 24 de abril de 2019 a Lusa integrou nos seus quadros 23 trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

- i) Rever o Acordo de Empresa e o Código de Ética dos Trabalhadores da Agência, que se encontram manifestamente desatualizados;

Em dezembro foi concluído o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho, entre a Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., o Sindicato dos Jornalistas, o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e o SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas. A revisão do Regulamento foi efetuada em várias reuniões, ocorridas desde setembro, tendo sido publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 1/2020, de 8 de janeiro

- j) Lançar o processo de Avaliação de Desempenho, tendo por base o estipulado no Anexo 4 do Acordo de Empresa em vigor;

Conforme referido no ponto anterior, o processo de revisão do Regulamento da Avaliação de Desempenho foi concluído em dezembro. Considerando que é o primeiro ano deste processo, no final de dezembro e início de janeiro foram

² No âmbito do PREVPAP foram notificados 25 trabalhadores, mas uma vez que 2 destes, em 31 de dezembro de 2018, já faziam parte do quadro, o acréscimo foi de 23 trabalhadores.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

realizadas ações de formação a avaliadores, foi aprovada a nova ficha de avaliação e encontra-se em fase de finalização o manual de avaliação para todos os trabalhadores.

- k) Continuar a desenvolver projetos e atividades visando melhorar o ambiente de trabalho na Agência (por exemplo, o projeto sobre a Igualdade de Género, mas também uma mini maratona Lusa).

No âmbito da igualdade de género, em 2019, foi realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Tendo sido também elaborado o relatório referente a 2018, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens.

Atualmente encontra-se em fase final de aprovação pela administração o Plano trianual para a igualdade entre mulheres e homens na Lusa com objetivo de criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, Valores e Estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano será complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo será promover e garantir a concretização das medidas propostas.

Em 2019 deu-se continuidade à dinâmica introduzida pelo Conselho de Administração, através de projetos tecnológicos, com equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, contribuindo para a valorização profissional e motivação pessoal.

O Espaço Noémia de Sousa, na sede da Lusa em Lisboa, continuou a ser palco de várias iniciativas, quer internas, quer abertas ao público, promovendo assim a melhoria do clima organizacional.

A 30 de novembro decorreu a Reunião Anual de Trabalhadores e Colaboradores da Agência Lusa. Este momento de confraternização e partilha, que incluiu o Almoço de Natal, foi também um momento de reflexão sobre o ano decorrido, assim como os desafios colocados à Lusa para o ano de 2020, com uma intervenção do PCA.

Ainda em dezembro a Lusa disponibilizou o site NÓS LUSA, uma ferramenta de comunicação interna disponível para os trabalhadores da agência.

Relativamente à produção editorial da Lusa, em 2019, voltou a aumentar relativamente aos anos anteriores, totalizando 248.892 conteúdos noticiosos, o que se traduz numa média diária de 682 conteúdos, cumprindo as metas celebradas com o Estado.

Tipo de Conteúdo	Média Diária		Contrato Serviço Público
	2018	2019	2017/2019
Foto	141	136	100 a 150
Áudio	30	32	30 a 45
Misto	6	5	0
Texto (Todos os Géneros)	466	493	400 a 500
Vídeo	16	16	15 a 30
	659	682	-

Handwritten signature and initials:
 MR 2/18
 2

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2019

O Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (PAO 2019) foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 19 de dezembro de 2018 e na Assembleia Geral (AG) de 19 de julho do corrente ano.

No quadro seguinte é possível observar a execução orçamental relativa ao PAO 2019 aprovado pelo Conselho de Administração.

Execução orçamental	PAO 2019	REAL 2019	Variação R19/O19	
			Valor	%
EBITDA	1.185.282	1.380.703	195.421	16,5%
Volume de Negócios (*)	17.094.708	16.795.720	-298.988	-1,7%
PMP (dias)	31	36	5	16,1%
Investimento	995.000	535.615	-459.385	-46,2%
Quadro de Pessoal				
Gastos	11.728.964	11.559.595	-169.369	-1,4%
N.º efetivo	273	269	-4	-1,5%
Nível de endividamento	0	0	0	n.c.

n.c. - não comparável

No entanto importa referir que na AG de 19 de julho, após a votação do ponto da ordem de trabalhos referente à aprovação do PAO, o representante do acionista Estado proferiu a seguinte declaração de voto:

“O acionista Estado vota favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019, autorizando para 2019, o aumento dos gastos com pessoal decorrente da integração de trabalhadores por via do PREVPAP, das admissões e substituições já autorizadas e da reposição de direitos previstos em instrumentos de regulação coletiva de trabalho, sem que a verba possa ser utilizada para outros fins. A rubrica relativa à contratação de FSE fica limitada, em 2019, ao valor de €3.630 mil; sendo que o valor do investimento fica limitado, em 2019, a €800 mil e, em 2020, a €688 mil.” - Conforme despacho n.º 657/2019 - SET (vide Anexo 1).

Considerando a execução orçamental decorrida até à data da AG, e após reuniões havidas entre o Presidente do Conselho de Administração da Lusa e o Secretário de Estado do Tesouro, ficou determinado que o valor de redução seria de €657 mil, dos quais €124 mil em Fornecimentos e Serviços Externos, podendo a restante redução ser efetivada nas rubricas de Gastos com Pessoal, Fornecimento e Serviços Externos e na componente de Investimento.

O quadro seguinte contém os valores do PAO 2019, aprovado pelo Conselho de Administração, e o PAO 2019 com as alterações decorrentes do acima exposto (PAO 2019 SET). Considerando que a redução de €657 mil podia ser gerida de forma flexível, entre os gastos operacionais e o investimento, a Lusa cumpriu com o desiderato estipulado pelo Acionista Estado, ficando €98 mil abaixo.

(Euros)

Execução orçamental	PAO 2019	PAO 2019 SET	Real 2019	Variação
	A	B	C	C-B
FSE	4.092.016	3.968.000	3.965.907	-2.093
Gastos c Pessoal	11.728.964	11.728.964	11.559.595	-169.369
Total	15.820.980	15.696.964	15.525.502	-171.462
Investimentos	995.000	462.000	535.615	73.615
Total Despesa	16.815.980	16.158.964	16.061.117	-97.847

Os parâmetros e fundamentos, e respetivas metas quantitativas, encontram-se definidos no Contrato de Gestão estabelecido entre o Estado e o Presidente do Conselho de Administração, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 19 de julho de 2019.

Económico-Financeiros	
Receitas Mercantis	Vendas e serviços prestados (exclui Ind. Compensatória)
Gastos Operacionais	(CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal)
Taxa de Crescimento de Receitas Mercantis / N.º efetivos sem OS	$(\text{Receitas Mercantis}_n / \text{N}^\circ \text{ efetivos sem OS}_n) / (\text{Receitas Mercantis}_{n-1} / \text{N}^\circ \text{ efetivos sem OS}_{n-1})$
PMR (dias)	$(\text{Saldo de clientes} / 1,23) / \text{Receitas Mercantis} * 360$
Atividade	
N.º médio por dia de notícias por formato	n.a.
Texto	N.º médio/ dia de notícias em formato de texto
Foto	N.º médio/ dia de notícias em formato de foto
Áudio	N.º médio/ dia de notícias em formato de áudio
Vídeo	N.º médio/ dia de notícias em formato de vídeo
N.º de acesso/ dia página Internet	N.º total de acessos à página LUSA/ dia
N.º médio anual de notícias produzidas por jornalista	$\text{N}^\circ \text{ médio/ dia de notícias em formato de texto} * \text{N}^\circ \text{ dias ano} / \text{n}^\circ \text{ médio jornalistas}$
N.º de horas de interrupção de notícias/ano	N.º total de horas em que a LUSA interrompeu serviço noticioso

O quadro seguinte apresenta os objetivos estabelecidos para 2019 bem como a respetiva execução.

Indicadores	Coef. De ponderação (%)	2019 Objetivo	2019	Fórmula de aferição do grau de cumprimento dos objetivos	Grau de cumprimento dos objetivos
Económico-Financeiros	60,0%				
Receitas Mercantis	20,0%	3.828.802	3.761.947	98%	20%
Gastos Operacionais	20,0%	14.455.418	15.525.502	93%	19%
Taxa de crescimento de Receitas Mercantis / N.º efetivos s/OS (i)	15,0%	1,02	0,95	93%	14%
PMR (dias)	5,0%	60	74	81%	4%
Atividade	40,0%				
N.º médio de notícias por formato					0
Texto	10,0%	470	493	105%	10%
Foto	7,5%	143	136	95%	7%
Áudio	5,0%	33	32	97%	5%
Vídeo	2,5%	17	16	94%	2%
N.º de acesso / dia página internet	5,0%	27.500	29.619	108%	5%
N.º médio anual de notícias produzidas por jornalista	5,0%	1.160	900	78%	4%
N.º de horas de interrupção de notícias/ano	5,0%	14	29	48%	2%
Grau de atingimento de objetivos total					93%

(i) - $[(\text{Receitas Mercantis } n / \text{N}^\circ \text{ efetivos sem OS } n) / (\text{Receitas Mercantis } n-1 / \text{N}^\circ \text{ efetivos sem OS } n-1)] - 1$ => $(\text{Receitas Mercantis } n / \text{Receitas Mercantis } n-1) - 1$

Handwritten signature and initials

Relativamente ao quadro anterior importa referir:

- No valor previsto de receitas próprias para 2019 estavam contempladas receitas no âmbito de atividades relacionadas com Macau, os 40 anos do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a China, os 70 anos da República Popular da China e os 20 anos da transferência da administração de Macau de Portugal para a China, nomeadamente uma conferência. Uma vez que a mesma foi adiada para 2020, não se concretizaram as receitas previstas;
- Em 24 de abril de 2019 foram admitidos 23 trabalhadores no âmbito do PREVPAP, aumentando assim o número de efetivos no ano em análise;
- O aumento dos gastos operacionais resulta do acréscimo verificado nos gastos com o pessoal por via de acontecimentos não decorrentes da gestão da empresa, nomeadamente o descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho e a integração dos 23 trabalhadores acima referidos.

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão em 2019 não há lugar à atribuição de prémios de desempenho.

2. Gestão do risco financeiro

Em 2017 o endividamento bancário foi reduzido a zero, deixando a empresa de ter encargos financeiros associados.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€) (i)	0	0	1.129	5.015	17.579
Taxa Média de Financiamento (%)	0,0%	0,0%	1,6%	1,8%	3,1%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019), apurado nos termos da forma disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019):

Passivo Remunerado (€)	2019	2018	Variação 2019-18	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	0	0	0	n.c.
...do qual concedido pela DGTF	0	0	0	n.c.
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	n.c.
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	n.c.
Novos investimentos	0	0	-	-

Nota: Em 2019 a Lusa não tinha nenhum passivo remunerado ativo
n.c. - não comparável

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2019	2018	Variação 2019-18	
			Valor	%
Prazo (dias)	36	31	5	16,1%

Em 2019, como resultado do atraso na aprovação da extensão do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, implicando um provável atraso no pagamento da indemnização compensatória no início de 2020, alguns pagamentos a fornecedores foram adiados para o final do 1.º trimestre de 2020 levando a um aumento do prazo médio de pagamentos para 36 dias.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	3.104	1.094	71	70	1.417
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	3.104	1.094	71	70	1.417

Os valores das dívidas vencidas no prazo de 90 a 120 dias referem-se principalmente a uma fatura da Foto Station, emitida no mês de agosto, só rececionada em janeiro de 2020 (€1.076). A faturação da Gráfica Açoreana encontra-se em dívida nos prazos de 90 a >360 dias, no valor total de €751 pelo facto da Lusa estar em situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das “Pendências Judiciais”. No prazo >360 dias para além da faturação da Gráfica Açoreana encontram-se também valores a aguardar regularizações da seguradora Açoreana/Seguradora Unidas no valor de €878.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Aquando da aprovação das contas de 2018, em Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2019, o representante do acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração, o seguinte:

- i. “Diligencie no sentido de reduzir a sua dependência das receitas decorrentes do contrato de prestação de serviço público”: O Conselho de Administração definiu uma estratégia para aumentar as receitas próprias da Agência, através do reforço da sua presença nos mercados africanos dos países de língua oficial portuguesa, em Macau e na China Continental;

No exercício de 2019, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3,8 milhões correspondentes a um acréscimo de €82 mil (+2,2%) face ao período homólogo. Este aumento consolida a tendência, registada em 2018, de crescimento em +0,5% face ao período homólogo.

- ii. "Dar cumprimento ao disposto no artigo 57.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro".

As medidas de gestão do Conselho de Administração visam atingir o equilíbrio de exploração da empresa, racionalizando os gastos.

Conforme referido anteriormente foi estabelecido para a Lusa um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais. No cálculo do indicador registou-se uma diminuição do custo médio por conteúdo de €0,55 face a 31 de dezembro de 2018, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa.

6. Remunerações

6.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2019 (€)
				Bruta
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	1.500
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Vice-Presidente	Manuel Coelho Gonçalves Soares	425	1.700
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Secretário	Maria Fernanda Sousa R. L. Pires Borges	350	1.050

6.2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRI O ⁽¹⁾			N.º de Mandatos (**)
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2020	Presidente	Nicolau Fernando Ramos dos Santos	AG	21/03/2018	Não	Lusa S.A.	Destino	1
2018-2020	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araujo	AG	21/03/2018	n.a. (*)	n.a. (*)	n.a. (*)	1
2018-2020 (renúncia a 28-05-2018) (***)	Vogal (não executivo)	Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso	AG	21/03/2018	(***)	(***)	(***)	(***)
2018-2020	Vogal (não executivo)	Denise Mendes da Costa Silva Pires	AG	21/03/2018	n.a. (*)	n.a. (*)	n.a. (*)	1
2018-2020	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Salazar Pereira Vieira	AG	21/03/2018	n.a. (*)	n.a. (*)	n.a. (*)	7

Legenda ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽¹⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP - indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) - Defendido em ata o pagamento de valor igual ao auferido como senha de presença 14 vezes ao ano

(**) - inclui o mandato atual

(***) - Pediu renúncia do Conselho de Administração da Lusa a 28 de maio de 2018 por incompatibilidade com o estatuto de docente universitário - não tendo auferido qualquer rendimento desde a sua nomeação

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	RDP - Antena 1	Comentador	Sector Público Empresarial
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	DGTF	Diretora-Geral	Sector Público
	Parvalorem, S.A. Parups, S.A. Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Sector Público Empresarial
Denise Mendes da Costa Silva Pires	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	NP - Notícias de Portugal, CRL	Presidente da Mesa da Assembleia	Cooperativa
	Exerce funções de: Responsável da área jurídica e Secretária-Geral do Grupo Global Media; Presidente do Conselho Fiscal da IAB - Associação Interactive Advertising Bureau Portugal, Secretária da mesa da Assembleia Geral da Plataforma de Media Privados; Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Empresa Gráfica Funchalense, S.A., secretária da Mesa da Assembleia Geral da TSF.		Sector Privado
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Exerce as funções de: Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da BALSEGER - SGPS, S.A.; CCO - Chief Corporate Officer e Secretário da Sociedade da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Administrador das empresas do Grupo IMPRESA, SIC - Sociedade Independente de Comunicação, SA, IMPRESA PUBLISHING, S.A., GMTS - Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Lda, INFOPORTUGAL - Sistemas de Informação e Conteúdos, SA e IMPRESA OFFICE & SERVICE SHARE - Gestão de Imóveis e Serviços, S.A.; Administrador da VASP - Distribuidora de Publicações, S.A. (participada da IMPRESA)		Sector Privado

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Nicolau Fernando Ramos dos Santos (*)	S	C	4.578	1.831
Maria João Dias Pessoa de Araújo (*)	S	C	350	-
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*)	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	S	C	300	-

(*) - Em 2019 receberam o pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 21-03-2018, o qual foi sujeito a redução de 5% de acordo com o art.º 21.º da RCM n.º16/2012 de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	86.070	0	86.070	4.303	81.767
Maria João Dias Pessoa Araújo	4.900	0	4.900	245	4.655
Denise Mendes da Costa Silva Pires	4.200	0	4.200	210	3.990
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	4.200	0	4.200	210	3.990
			99.370	4.968	94.402

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + depesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	6 8	606 774	Seg. Social	19.420	0	577	Seguro acid. trab. e doenças prof.	474
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	Seg. Social	948	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	948	0	0	-	0
		1.380		21.315	0	577		474

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2019								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Término	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	N.º Prestações Contributivas Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	S	S	33 800	Renting	2015	2020	343	4 120	3
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Denise Mendes da Costa	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda ⁽¹⁾ - aquisição ALD, Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto Total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	1 700	62	802	Refeições, estacionamento, vistos, taxas, seguros de viagem, Comunicações	2 716	5 280
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	0	0	-	0	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	0	-	0	0
						5 280

No exercício de 2019 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2018-2020	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Samoia	AG	21/03/2018	1 282	1
2018-2020	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	21/03/2018	961	1
2018-2020	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	21/03/2018	1 313	3
2018-2020	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	21/03/2018	-	2

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho
(*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	17.947	0	17.947
Pedro Jorge dos Santos Braumann	13.460	0	13.460
Susana Rodrigues de Jesus	15.750	0	15.750
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	47.156	0	47.156

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
	Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	21/03/2018	26/04/2012	-	8
Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	21/03/2018	-	-	6

- Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)
 onar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15.750	0	15.750	n.a.	0	0	0
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	0	0	0

n.a. - não aplicável

6.4. Auditor Externo

No ano de 2019 a Lusa não procedeu à contratação de serviços de auditoria externa.

Em novembro de 2019, e na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016, sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado um ajuste direto à empresa Epimetheus – Serviços de Consultoria e Gestão S.A., para fornecimento dos respetivos serviços por um período de três anos.

6.5. Restantes trabalhadores

Em 2019, tal como em 2018, foram repostos os direitos previstos nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho. Em 8 de agosto de 2019, após diversas reuniões, a Lusa e os Sindicatos (SJ - Sindicato de Jornalistas; SITESE – Sindicatos dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo; SITE/CRSA – Sindicato das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente, Centro Sul e Regiões Autónomas) assinaram um protocolo com vista à resolução dos processos de Avaliação de Desempenho não realizados entre os anos de 2011 e 2019.

7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2019 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	80	880	
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	
Denise Mendes da Costa Silva Pires	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	
		880	

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	400 litros	1577	791	2368	De acordo com ata n.º 32 de janeiro 2015 o valor mensal para estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que para um período de 12 meses é de €5 493. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 43,1% do máximo permitido
Maria João Dias Pessoa Araújo	-	0	0	0	
Denise Mendes da Costa	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	0	0	
				2368	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2019 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que se pretende, assim, afirmar e distinguir por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito em 2019 foi realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Foi também elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2018, disponível em:

<https://www.lusa.pt/about-lusa/Relatório-da-Igualdade-de-Remunerações-por-Género>

O plano de Igualdade do Género foi elaborado em 2019 pela equipa de trabalho em parceria com o ISEG, encontrando-se atualmente em fase final de aprovação pela administração. Posteriormente à sua aprovação o mesmo será disponibilizado no site da empresa para consulta por todos os trabalhadores. O plano para 3 anos, e de acordo com o normativo vigente, tem como objetivo criar condições internas para promover a Igualdade de género na empresa nas seguintes dimensões: Missão, Valores e Estratégia; Formação e desenvolvimento de competências; Progressão e desenvolvimento de carreiras; Proteção na parentalidade; e Comunicação interna e externa. Este plano é

Handwritten signature/initials

complementado pela criação de uma Comissão de Acompanhamento cujo objetivo promover e garantir a concretização das medidas propostas.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

Durante o ano de 2016 foi finalizado o relatório de prevenção e combate à fraude (PPRCIC) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 em que as empresas públicas "devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008".

Em 2019 foi atualizado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas devido a atualizações dos prazos a atingir nalgumas medidas, bem como para incluir as recomendações do Conselho de Prevenção para a Corrupção de outubro de 2019.

Anualmente é elaborado o relatório de execução sobre o plano. De referir que a percentagem de medidas a implementar baixou de 13% em 2018 para 8% em 2019.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas>, tem como objetivos principais:

- a) A identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou Departamento;
- b) Com base no apuramento dos riscos, identificação das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência (por exemplo medidas de controlo interno em aplicação);
- c) Proposta de medidas preventivas da ocorrência de riscos, quando assim se justifique;
- d) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano.

11. Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (até 31 de dezembro de 2017), alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (a partir de 1 de janeiro de 2018).

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

Durante o ano de 2019 verificou-se que o número de procedimentos contratuais diminuiu em valor e quantidade, tendo diminuído em termos de custo médio face a 2018. Foram lançados 30 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços, no montante de €797.025, 8 consultas prévias de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no total de €320.780, e 4 concursos públicos de aquisição de serviços, no valor de €1.293.113, num total global de 42 procedimentos contratuais no montante de €2.410.918, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública. Esta diminuição do valor global decorre dos cortes verificados em gastos operacionais e investimento e do facto do PAO 2019 só ter sido aprovado na AG de 19 de julho 2019.

Em termos de ajustes diretos, cujo comportamento foi o mesmo do global dos procedimentos contratuais (diminuição em quantidade e valor), verificou-se um incremento do custo médio contratual de €18,2 mil para €26,5 mil. Este facto foi derivado essencialmente de 2 ajustes diretos com critério material na área tecnológica para o período de 2 anos, e do ajuste direto de seguros com critério de urgência para 3 meses. Expurgando estes 3 procedimentos verifica-se que o custo médio baixou para €16 mil.

Apesar do acima referido o facto de haver ajustes diretos não significa que não exista análise prévia de mercado de fornecedores em termos de qualidade e preço. O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a dois ou três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a €500 é obrigatória, pelo "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços" aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. As aquisições de valor superior a €5 mil seguem os respetivos trâmites de procedimento de contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2019 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis			3	104 185 €	9	105 228 €	12	209 412 €
Concessão de obras públicas			1	45 150 €			1	45 150 €
Aquisição de serviços	4	1 293 113 €	4	171 445 €	21	691 797 €	29	2 156 356 €
TOTAL	4	1 293 113 €	8	320 780 €	30	797 025 €	42	2 410 918 €

Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento	Fundamentação
Aquisição de serviços	6276328	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6276301	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6276286	14 400 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6276268	9 600 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6275467	11 439 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6275438	26 390 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6275247	187 320 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos
Empreitadas de obras públicas	6272220	45 150 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6248948	8 952 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6208128	9 100 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6208108	7 177 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6187893	57 795 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6187833	16 740 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6187780	20 000 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	6187681	16 090 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6187635	15 071 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6051656	51 900 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6051623	3 744 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	6051598	93 904 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5953029	50 350 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5953025	27 588 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5953002	32 805 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5917458	12 000 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5910424	16 500 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5909284	5 374 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5909059	0 €	Ajuste Direto	Artigo 21.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5899989	865 333 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5820266	15 791 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5820092	120 201 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5766446	185 000 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5766204	10 800 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5766191	10 800 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5765893	61 000 €	Ajuste Direto	Artigo 24.º, n.º 1, alínea e) subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5765655	14 168 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5765586	7 564 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5764973	16 920 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5752066	9 600 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5751789	70 000 €	Consulta Prévia	Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5748398	9 460 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5748226	118 800 €	Ajuste Direto	Artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de serviços	5747989	120 259 €	Concurso público	Artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos
Aquisição de bens móveis	5747900	7 033 €	Ajuste Direto	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
TOTAL		2 410 918 €		

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2018 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	1	139 658 €	5	292 300 €	17	214 464 €	23	646 422 €
Concessão de obras públicas			1	84 997 €	2	19 320 €	3	104 317 €
Aquisição de serviços	3	1137 687 €	1	33 000 €	34	730 367 €	38	1901 054 €
TOTAL	4	1277 345 €	7	410 297 €	53	964 151 €	64	2 651 793 €

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e dispõe de um "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços", aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2019 e do DLEO n.º 84/2019 de 28 de junho, e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

A Lusa, em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, endereçou um pedido à Tutela relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Foi igualmente proposto o estabelecimento de outro indicador que permita medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO 2017, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo.

O novo indicador teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio de 2017 e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 1 de junho de 2017.

No cálculo do novo indicador registou-se, conforme quadro seguinte, uma diminuição do custo médio por conteúdo de €0,55 face a 31 de dezembro de 2018, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial.

(Euros)

DESCRIÇÃO	REAL 2015	REAL 2016	REAL 2017	REAL 2018	REAL 2019
Fornecimentos e serviços externos	3.852.659	3.817.166	3.963.965	4.056.614	3.965.907
Gastos com o pessoal	9.332.451	9.752.784	9.864.846	10.218.859	11.559.595
Perdas por imparidade	369.587	86.446	45.389	39.589	142.047
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7	0	0
Provisões do período	24.768	197.667	355.912	224.278	134.637
Outros gastos e perdas	265.746	175.017	137.670	122.551	91.096
Gastos e perdas de financiamento	16.938	4.879	1.092	0	0
Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)	13.862.150	14.034.059	14.368.882	14.661.892	15.893.283
Indemnizações com o pessoal	0	226.481	140	793	3.200
Alterações Legislativas ⁽¹⁾	100.582	334.763	611.952	1.016.426	1.923.318
Projeto Google (FSE)	0	0	154.802	0	0
Total de efeitos não recorrentes (B)	100.582	561.244	766.895	1.017.220	1.926.518
Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)	222.799	227.821	235.091	240.770	248.892
Indicador ((A)-(B))/(C)	61,77	59,14	57,86	56,67	56,12

⁽¹⁾ - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016 e Despacho n.º 3746/2017, Descongelamento dos IRCT e Admissão dos PREVPAP em 24 abril de 2019

O quadro seguinte, permite observar a evolução das rubricas associadas ao Plano de Redução de Custos, que inclui a análise dos gastos operacionais, volume de negócios, custos com deslocações e estadas, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e estudos, pareceres e consultoria. O mapa permite igualmente observar a variação do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo a indemnização compensatória.

(Euros)

PRC	2019 Exec.	2019 ORC	2018 Exec.	2017 Exec.	2019 / 2018	
					Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1.380.703	1.185.282	2.044.867	1.363.999	-664.164	-32,5%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0,0%
(2) FSE	3.965.907	4.092.016	4.056.614	3.963.965	-90.708	-2,2%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I), II) e III) (a)	10.964.774	11.083.187	9.896.570	9.755.661	1.068.205	10,8%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	3.200	0	793	140	2.407	303,3%
(3.II) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	111.227	0	0	0	158.898	49,4%
(3.III) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	480.394	645.777	321.496	109.044	467.837	377,9%
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	14.930.681	15.175.203	13.953.184	13.719.626	977.497	7,0%
(5) Volume de Negócios (VN)	3.761.947	3.828.802	3.691.453	3.674.853	70.494	1,9%
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	396,9%	396,3%	378,0%	373,3%	18,9p.p.	-
(I) Gastos com Deslocações (FSE): Deslocações, estadas e transportes	421.073	507.670	447.147	402.766	-26.074	-5,8%
(II) Gastos com Ajudas de custo (GcP)	437.488	472.049	399.399	352.106	38.089	9,5%
(III) Gastos associados à frota automóvel (c)	182.664	188.492	187.906	192.512	-5.242	-2,8%
Total = (I) + (II) + (III)	1.041.226	1.168.211	1.034.452	947.384	6.773	0,7%
(7) Encargos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	10.000	11.774	45.574	-11.774	NC
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	279	283	260	263	19	7,3%
N.º Órgãos Sociais (OS) (b)	10	10	10	11	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	3	0	0,0%
N.º trabalhadores (sem OS e sem CD)	265	269	246	249	19	7,7%
N.º trabalhadores /N.º CD	66	67	62	83	5	7,7%
N.º de viaturas	20	20	20	20	0	0,0%

(a) - Este Valor inclui integração dos PREVPAP e admissões e substituições aprovadas em 2018 pelo SET.

(b) - Renúncia ao mandato de Vogal não executivo do Conselho de administração a 28/5/2018.

(c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, Inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Nota: O aumento de 23 trabalhadores no efetivo resulta da integração, com efeitos a 24 de abril, decorrente do PREVPAP.

Relativamente ao conjunto dos gastos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel verificou-se uma diminuição de cerca de €127 mil face ao valor orçamentado para 2019, apresentando ligeiro acréscimo de €7 mil face a 31 de dezembro de 2018.

Handwritten signature and initials.

O parque automóvel da Lusa é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2018, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional. Atualmente o parque encontra-se no limite das suas necessidades, pelo que é sempre efetuada a maximização do uso comum.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação de como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019

Conforme se pode observar no quadro anterior, em 2019, a Lusa não incorreu neste tipo de despesas.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 141.º da LOE 2019 e artigo 115º do DLEO 2019)

A Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, para o ano de 2018, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nos seguintes serviços (Ofício do IGCP n.º SGC - 2018/18860):

- Os valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública;
- Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

Banca Comercial 2019		(Euros)			
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades					
Banco B.P.I.		12.937	11.673	13.927	71.196
Banco Nacional Ultramarino (Macau)		33.777	24.581	38.848	38.512
Banco Comercial Português		47.588	47.588	47.588	47.588
Banco Santander Totta		2.709	2.696	2.610	2.549
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.		2.759.404	2.514.524	2.336.067	1.970.359
Total Disponibilidades		2.856.416	2.601.063	2.439.040	2.130.205
Aplicações					
Banco Nacional Ultramarino (Macau)		8.665	8.676	8.676	8.895
Aplicações Financeiras		8.665	8.676	8.676	8.895
Total Disponibilidades + Aplicações		2.865.081	2.609.739	2.447.716	2.139.099
Juros Auferidos		3	14	14	14

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.



17. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	21/05/2019	
Caracterização da Empresa	S	21/05/2019	
Função de tutela e accionista	S	21/05/2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	21/05/2019	
Estatuto remuneratório fixado	S	21/05/2019	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	21/05/2019	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	21/05/2019	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	21/05/2019	
Esforço Financeiro Público	S	21/05/2019	
Ficha Síntese	S	21/05/2019	
Informação Financeira histórica e atual	S	21/05/2019	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	21/05/2019	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Outras transações	S	21/05/2019	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	N.A.	21/05/2019	
Económico	S	21/05/2019	
Social	S	21/05/2019	
Ambiental	S	21/05/2019	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	21/05/2019	
Código de Ética	S	21/05/2019	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável



18. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	C	N	N/A		
Objectivos de Gestão					
Cumprimento do Contrato de Serviço Público	X			100%	A produção editorial da Lusa em 2019 totalizou 248 892 conteúdos anuais cumprindo com todas as metas celebradas com o Estado. (ver n.º 1)
a) Iniciar as negociações para um novo contrato-programa com o Estado, segundo o âmbito 2020-2022.	X			100%	Ver n.º 1
b) Iniciar o processo relativo à substituição do nosso atual sistema operativo BYT (BYT BUIRE «BUREAU SOURCE»)	X			100%	Ver n.º 1
c) Continuar a investir na modernização tecnológica da Agência, nomeadamente na área da Inteligência Artificial e na robotização da produção noticiosa que possa dispensar a intervenção humana, concretizando vários projetos que já estão em andamento	X			100%	Ver n.º 1
d) aumentar as receitas próprias da Agência, através do acréscimo da produção de texto e vídeo em África, a tradução desses conteúdos para outros mercados colocados nos mercados anglo-afrocentros, bem como a sua comercialização em Moçambique onde se prevê também as receitas próprias	X			100%	Ver n.º 1
e) consolidar a linha de conferências da Agência, trabalhando em conjunto com ministérios e organismos do Estado, mas não excluindo outros interessados	X			100%	Ver n.º 1
f) concluir as obras no hall de entrada do edifício-sede e avançar faseadamente na melhoria das instalações de redação	X			100%	Ver n.º 1
g) concretizar e concluir o projeto de TV Corporativa, bem como a sua comercialização	X			100%	Ver n.º 1
h) integrar os 25 jornalistas, através do PREVAP, que a CAB da Cultura considerou como devendo ter uma relação contratual com a Agência, mais sólida, encontrando forma de acomodar os €253 mil de custos acrescidos, já que não haverá reforço de verbas públicas para esse fim	X			100%	Ver n.º 1
i) rever o Acordo de Empresa e o Código de Ética dos Trabalhadores da Agência, que se encontram manifestamente desatualizados;	X			100%	Ver n.º 1
j) lançamento do processo de Avaliação de Desempenho, tendo por base o estipulado no Anexo 4 do Acordo de Empresa em vigor;	X			100%	Ver n.º 1
k) continuar a desenvolver projetos e atividades visando melhorar o ambiente de trabalho na Agência (por exemplo, o projeto sobre a igualdade de género, mas também outros projetos)	X			100%	Ver n.º 1
Metas a atingir constantes no PMP 2019					
Principios financeiros de referência	X				ver n.º 1
Investimento	X				
Gastos com Pessoal	X				
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	X				
Gestão do Risco Financeiro	X				Em 2019 a empresa não tinha financiamento Em 2019 a Lusa não tinha nenhum passivo remunerado. PMP e fornecedores de 36 dias.
Limites de Crescimento do Endividamento	X				ver n.º 2
Evolução do PMP a fornecedores	X				ver n.º 3 De valores das dívidas vencidas no prazo de 90 a 120 dias referem-se principalmente a uma fatura da Foto Station, emitida no mês de agosto, só rececionada em janeiro de 2020 (€1.076). A faturação da Gráfica Açoreana encontra-se emitida nos prazos de 90 a >360 dias, no valor total de €751 pelo facto da Lusa estar em situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das "Pendências Judiciais". No prazo >360 dias para além da faturação da Gráfica Açoreana encontram-se também valores a aguardar regularizações da seguradora Açoreana/Seguradora Unida no valor de €878.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º D.L. 65-A/2011: €2.652
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Diligência no sentido de reduzir a sua dependência das receitas decorrentes do contrato de prestação de serviço público". O Conselho de Administração definiu uma estratégia para aumentar as receitas próprias da Agência, através do reforço da sua presença nos mercados africanos dos países de língua oficial portuguesa, em Moçambique e na China Continental;	X			100%	No exercício de 2019, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3,8 milhões correspondentes a um crescimento de €70 mil (+1,9%) face ao período homólogo. Foi estabelecido para a Lusa um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais. No cálculo do indicador registou-se uma diminuição do custo médio por conteúdo de €0,56 face a 31 de dezembro de 2018, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa.
Dar cumprimento ao disposto no artigo 57.º da Lei n.º 73/2018, de 31 de dezembro: As medidas de gestão do Conselho de Administração visam atingir o equilíbrio de exploração da empresa, racionalizando os gastos.	X			100%	Redução remuneratória de 5% ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (ver n.º 6)
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X				Redução remuneratória CA em 2019 no montante total de €6.368
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019	X				
Fiscalização (CF/ROC/EU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X				
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2018	X				
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP	X				ver n.º 7.
Não utilização de cartões de crédito	X				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Plano Mensal definido €80, conforme aia da AG de 21 de março de 2018 (ver n.º 7)
Valor máximo de combustível e portagens a feto mensalmente às viaturas de serviço	X				Plano Mensal definido e de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme aia da AG de 21 de março de 2018. (ver n.º 7)
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RUSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Em 2019, a Lusa não incurreu na realização de despesas não documentadas. (ver n.º 8)
Promoção da Igualdade Salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				ver n.º 9
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X				ver n.º 10
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Durante o ano de 2019 foram lançados 30 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços, no montante de €797.025, 8 consultas prévias de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no total de €320.780, e 4 concursos públicos de aquisição de serviços, no valor de €1.293.313, num total global de 42 procedimentos contratuais no montante de €2.410.918. (ver n.º 11)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X				
Auditorias do Tribunal de Contas	X				ver n.º 13
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas	X				O parque automóvel é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2017, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional. Foi estabelecido um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, de acordo com o Despacho n.º 351/17 do Secretário de Estado do Tesouro. No âmbito do novo indicador registou-se, conforme quadro seguinte, uma diminuição do custo médio por conteúdo de €0,56 face a 31 de dezembro de 2018, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial. No conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel verificou-se um aumento de 0,7%. A Lusa não incurreu neste tipo de despesas em 2019.
Gastos operacionais das Empresas Públicas					
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	X				ver n.º 13
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	X				ver n.º 14
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			92,1% (90,9% em 2018)	Foi seguimento do pedido de dispensa do cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria na Entidade (UTE), a Lusa ficou excecionada do cumprimento de valores referentes às garantias bancárias que não a Lusa não sofreu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 15).
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				Total de disponibilidades e aplicações na Banca Comercial em 31 de dezembro de 2019: €168.741
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	X				

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2019	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos.
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	✓	5	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	7	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	7	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	10	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	18	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	20	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	20	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	21	Vide também ANEXO 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	22	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	22	
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	22	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	22	
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Modelo de Governo			
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	23	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	24	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	24	n.a.
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	24	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	25	
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	25	
4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	25	
5. Evidência da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	28	Vide também ANEXO 3

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	28	
7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	28	Vide também Anexo 10
8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	29	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	30	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	30	Vide também Anexo 8
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	30	
D. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Suoervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	✓	30	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	31	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	31	
4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	32	

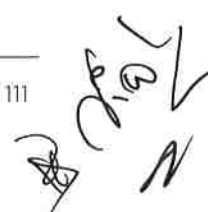
Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	32	
6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	✓	32	
7. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	33	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	33	
E. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	33	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	33	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	33	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	34	
F. Conselho Consultivo			
1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	34	n.a.
G. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim com a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	34	n.a.



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	34	n.a.
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	34	n.a.
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços (constantes da tabela referente à instrução V.G.4)	✓	34	n.a.
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	35	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	35	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	35	
B. Controlo interno e gestão de riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	36	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	36	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	36	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	37	Vide também organograma pág. 29
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	37	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	37	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	37	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	38	



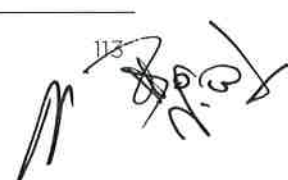
Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta	✓	38	
2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	✓	39	
3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório	✓	39	
D. Deveres especiais de informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	40	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	40	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	40	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	40	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	40	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	40	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	40	
E. Sítio da Internet			
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	40	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	41	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	41	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	41	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	41	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	41	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	41	
2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	41	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	42	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	42	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	43	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	43	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço	✓	43	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes			
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	44	Vide também ANEXO 9
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	45	
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	45	
3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstem de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	45	Vide também ANEXO 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	45	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	45	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	46	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	46	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	47	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	47	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	48	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	48	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	49	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	49	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	49	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	49	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	50	
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras			
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	51	
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	52	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	53	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	53	
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	54	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	57	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	58	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	59	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	60	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	61	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	62	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	63	
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	66	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	66	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	66	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	71	
XI. Anexos			
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2019	✓	81	
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o RGS) relativos ao exercício de 2018 por parte dos titulares da função acionista	✓		

n.a. - não aplicável




VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2019

I – INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete ao Conselho Fiscal elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

Através do ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020 foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referente a exercício de 2019.

Os membros do Conselho Fiscal atualmente em funções foram eleitos para o mandato correspondente ao triénio 2018/2020, por Deliberação da Assembleia-Geral de 21 de março de 2018.

Assim, no exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2019, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2019, bem como apresentar o seu parecer ao relatório de boas práticas de governo societário de 2019 aprovado pelo Conselho de Administração no dia 3 de março de 2019.

De acordo com informação prestada pela empresa, um dos vogais não executivos do Conselho de Administração da Lusa não procedeu à assinatura do relatório de gestão e das demonstrações financeiras do exercício de 2019 por razões de ordem operacional, tendo transmitido a sua concordância com o teor da ata do Conselho de Administração nº 452, de 13 de março 2020, cujo ponto único foi a aprovação do Relatório Contas de 2019.

CS
PB 27

II - ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida em 2019 pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2018/2020, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com os serviços e com o Presidente do Conselho de Administração sempre que tal se mostrou conveniente, o que muito se agradece.

O Conselho Fiscal apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2019, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente, quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

Durante o ano de 2019, o Conselho Fiscal atualmente em funções efetuou 11 reuniões formais, sempre com a comparência presencial ou por *conference call* de todos os seus membros efetivos, cujas atas são arquivadas na sede da Empresa.

Após o encerramento das contas do presente exercício, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e de divulgação da informação financeira tendo tomado conhecimento da respetiva Certificação Legal das Contas emitida também na presente data, cujo teor merece a nossa concordância.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo um capítulo individualizado relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, cumprindo os requisitos previstos no artigo 66.º do CSC e as instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à prestação de contas do exercício de 2019, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas

Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e Normas Interpretativas (NI), as quais integram o Balanço em 31 de dezembro de 2019 que evidencia um ativo no valor total de 11.471.104 euros e um capital próprio no valor total de 5.138.522 euros, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 2018 e 2019, bem como o correspondente anexo.

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2019, no valor de 655.042 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais (32.752 euros) e para a conta de Resultados Transitados (622.290 euros), proposta que está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado da análise efetuada ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, destacam-se os seguintes aspetos:

- A produção editorial da Lusa apresenta pelo quarto ano consecutivo um crescimento anual, refletindo um acréscimo de cerca de 3,4% face ao exercício anterior, ascendendo em 2019 a 248.892 conteúdos os quais se concentram fundamentalmente, nos conteúdos de texto e de fotografia, representando estes no seu conjunto cerca de 92% da produção total.
- O valor das vendas e serviços prestados situa-se em cerca de 16,8 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de cerca de 5,1% face ao exercício anterior, em resultado sobretudo da receita associada ao Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (CPSNIIP) para o Triénio 2017-2019 a qual reflete a atualização nos termos contratuais, em função da inflação, dos valores da Indemnização Compensatória (IC) respeitantes aos anos de 2018 e 2019, no valor de 311 mil euros (sem IVA), e a redução no ajustamento da IC, em cerca de 437 mil euros, em resultado do agravamento na rubrica de Gastos com Pessoal. A receita obtida com a atividade comercial totalizou, em 2019, 3,8 milhões de euros, registando um crescimento baixo (1,9%) face ao exercício anterior o qual resulta fundamentalmente de novos clientes institucionais.
- O valor total dos gastos operacionais, incluindo os gastos com amortizações e depreciações, totalizou no período 16,5 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 9,2%, face a 2018, para o qual contribuiu fundamentalmente o incremento nas rubricas de Perdas por Imparidade (258,8%) e de Gastos com Pessoal (13,1%).
- O EBITDA ascende a 1.381 mil euros, refletindo uma variação negativa, relativamente ao valor apurado em 2018, de 32,5%, o que se deve sobretudo ao agravamento na rubrica de Gastos com Pessoal (1.341 milhares de euros) para o qual contribuíram fundamentalmente

o descongelamento dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) e a integração de trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), e à redução da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos (-444 milhares de euros), devido ao impacto positivo no ano anterior do desfecho favorável do Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente à liquidação adicional de IVA no exercício fiscal de 1992.

- Por sua vez, o resultado líquido apurado em 2019, no valor de 655 mil euros, traduz um decréscimo de 43,6% face ao valor apurado no ano anterior.
- O Investimento realizado no exercício de 2019 totalizou cerca de 536 mil euros, refletindo um decréscimo face ao exercício anterior, da ordem de 32,7%. O investimento foi integralmente financiado com recursos próprios e destinou-se, fundamentalmente, à modernização tecnológica e à melhoria das instalações no edifício sede.

Destaca-se, ainda, ao nível dos acontecimentos após a data do balanço, as observações efetuadas sobre a atual situação epidémica provocada pelo COVID 19 e na qual se refere que face às características da empresa e aos esforços dos seus trabalhadores, os quais passaram na sua esmagadora maioria ao regime de teletrabalho, não se considera expectável impacto significativo no negócio da empresa.

IV – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com as orientações expressas no ofício da DGTF SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020, destacando-se o seguinte:

É efetuada uma análise sobre a execução do Plano de Atividades e Orçamento com base nas orientações expressas pelo acionista Estado na Assembleia-Geral de 19 de julho de 2019 e do ajustamento orçamental expresso na comunicação por escrito do Secretário de Estado do Tesouro, dirigida ao Presidente do Conselho de Administração, em 9 de agosto de 2019, nos termos das quais se verifica que a execução das rubricas de gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE) e de investimento não ultrapassaram os valores orçamentados. Salienta-se, porém, que a referida comunicação de ajustamento orçamental não chegou a ser materializada através de um despacho da tutela financeira e sectorial;

A Lusa não apresenta financiamento remunerado no final do 2019, à semelhança do que se verificava no final de 2018;

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), definido nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, cifrou-se no final do exercício em 36 dias, refletindo um acréscimo de 16,1% face ao apurado no final do ano de 2018, justificando a empresa este acréscimo com o atraso na aprovação da extensão por mais um ano do CPSIIP;

Foi aplicada a redução prevista no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, às remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, as quais não se encontram sujeitas à redução estabelecida no n.º 21 da Resolução Conselho Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, por não se verificarem os respetivos pressupostos. A redução prevista nesta última disposição legal não foi considerada relativamente às remunerações dos membros do Conselho Fiscal;

À Lusa é aplicável em 2019 um indicador alternativo para medir a otimização da estrutura dos gastos operacionais, nos termos dos despachos do Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017, e do Secretário de Estado do Tesouro, de 1 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 124º da Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, o qual consiste no rácio entre o somatório do total de gastos¹, subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa. O resultado obtido em 2019 do referido indicador, apresenta uma pequena melhoria em relação ao verificado no ano anterior, o que se traduz num aumento da eficiência da Lusa;

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e com a frota automóvel apresenta-se ligeiramente superior em 0,65% relativamente ao obtido no ano anterior, embora inferior ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2019 em 10,9%. Salienta-se, porém, que a aprovação do PAO, por deliberação da Assembleia-Geral de 19 de julho de 2019, determinou uma redução no valor previsto para a rubrica de FSE em cerca de 11,3%, tendo sido objeto de um posterior ajustamento que a fixou em 3%, conforme expresso na comunicação por escrito do Secretário de Estado do Tesouro, de 9 de agosto de 2019;

Não foram contraídos gastos no exercício com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria;

O quadro de pessoal da Lusa, excluindo os órgãos sociais, era composto no final de 2019, por 269 trabalhadores efetivos, traduzindo-se num acréscimo de 19 trabalhadores face ao ano

¹ Expurgados do valor das indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto Google.

anterior, contribuindo para o reforço do quadro de pessoal a integração em 24 de abril de 2019 de 23 trabalhadores no âmbito do PREVPAP;

Em consonância com o reforço do quadro de efetivos, os gastos totais com pessoal corrigidos² do exercício apresentam um aumento relativamente aos apurados em 2018, na ordem de 10,8%, embora reflitam um desvio negativo face ao valor orçamentado de cerca de 1,1%;

A Lusa refere ter sido excecionada parcialmente da obrigação do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, em 2018, devendo nas situações em que não se encontra excecionada utilizar os serviços e movimentar a conta do IGCP. Em 31 de dezembro de 2019, cerca de 92,5% das disponibilidades relativas a depósitos bancários encontram-se nas contas da Lusa junto do IGCP.

V – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o órgão de fiscalização deve aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência de apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do mencionado diploma do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, devendo o respetivo parecer constituir um ponto autónomo do relatório do Conselho Fiscal, de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019, transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do ofício SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020.

Tendo em atenção a análise efetuada e os esclarecimentos obtidos, o Conselho Fiscal é de opinião que a Lusa cumpriu este preceito nos termos do Relatório de Governo Societário de 2019 do qual consta informação atual e completa sobre aquelas matérias, traduzindo a observância do modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os dados que lhe servem de suporte naquela data.

² Deduzido do valor das indemnizações pagas por rescisão e do impacto da reposição dos direitos previstos em IRCT.

VI - PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2019 da Lusa não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 19 de março de 2020.

O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio)

Vogal



(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus)

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (abreviadamente designada por Lusa ou Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 11 471 104 euros e um total de capital próprio de 5 138 522 euros, incluindo um resultado líquido de 655 042 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- conluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2020

Susana Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração

ATAS

Folha 19

Ata número quatrocentos e cinquenta (450)

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Nicolau Fernando Ramos dos Santos, da Vice-Presidente, Senhora Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo, e dos Vogais, Senhora Dra. Denise Mendes da Costa Silva Pires e Senhor Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

Estiveram presentes na reunião o Diretor de Áreas de Suporte, Dr. Joaquim Carreira e a Diretora-Adjunta de Áreas de Suporte, Dra. Cátia Araújo.

A reunião do Conselho de Administração teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Relatório e Contas do exercício de 2019.

Ponto dois: Relatório de Governo Societário de 2019.

Ponto três: Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Lusa.

Ponto quatro: Plano e Relatório de Prevenção de Corrupção de 2019.

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019.

No ponto dois da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário relativo a 2019.

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres na Lusa para o triénio 2020-2022.

Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2019, bem como o Relatório de Execução do referido Plano de 2019.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.

- Nicolau Fernando Ramos dos Santos

- Maria João Dias Pessoa de Araújo

- Denise Mendes da Costa Silva Pires

- Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

ATAS

Ata número quatrocentos e cinquenta e dois (452)

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte, pelas dezassete horas, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Nicolau Fernando Ramos dos Santos e, através de “conference call”, participaram na reunião a Vice-Presidente, Senhora Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo, e os Vogais, Senhora Dra. Denise Mendes da Costa Silva Pires e Senhor Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte:

Ponto único: Aprovação do Relatório e Contas de 2019.

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração (CA) aprovou, por unanimidade, a nova versão do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019, cuja versão inicial fora aprovada na reunião do CA realizada em 3 de março de 2020. Esta nova versão do Relatório e Contas contempla as alterações decorrentes das instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2019, recebidas por correio eletrónico no dia 11 de março de 2020.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.

- Nicolau Fernando Ramos dos Santos

- Maria João Dias Pessoa de Araújo

-

- Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

Joaquim Carreira

De: Denise Mendes Costa (GMG/sj) <denise.m.costa@globalmediagroup.pt>
Enviado: 24 de março de 2020 12:14
Para: Joaquim Carreira
Assunto: RE: Aprovação de acta 452 e Relatório e Contas por email

Bom dia

Dou o meu acordo ao teor da deliberação, solicitando que esta declaração seja considerada como assinatura formal, concedida através de meios telemáticos.

Com os melhores cumprimentos,

Denise Mendes da Costa

Directora Jurídica/Secretária-Geral

Direcção Jurídica/Secretaria Geral

Rua Tomás da Fonseca, torre E, 7.º piso 1600-209 Lisboa

t +351 213187500 (Ext. +351 213187301) | f +351 213187368

denise.m.costa@globalmediagroup.pt

www.globalmediagroup.pt



Global Media
GROUP

ATENÇÃO : Esta mensagem é para exclusiva utilização pelo destinatário e poderá conter informação reservada ou confidencial. Qualquer revisão, uso, quebra de sigilo ou distribuição do conteúdo ou informações desta mensagem não é permitida, a não ser que explicitamente autorizada pelo emissor. Se não é nenhum dos destinatários mencionados, agradecemos que contacte o remetente por resposta a este email e destrua todas as cópias da mensagem original. Muito obrigado.

NOTICE : This email message is for the sole use of the intended recipient(s) and may contain confidential and privileged information. Any unauthorized review, use, disclosure or distribution is prohibited. If you are not the intended recipient, please contact the sender by reply email and destroy all copies of the original message. Thank you.

De: Joaquim Carreira [mailto:jpcarreira@lusa.pt]
Enviada: terça-feira, 24 de março de 2020 11:57
Para: Denise Mendes Costa (GMG/sj)
Assunto: Aprovação de acta 452 e Relatório e Contas por email

Denise,

Conforme falámos junto envio minuta da carta para ser colocada em mail, caso concorde, e para enviar ao PCA. Em anexo segue também a acta respectiva.

Cumprimentos,
Joaquim

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho De Administração
da Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Dr. Nicolau Fernando Ramos dos Santos,

Eu, Denise Mendes da Costa da Silva Pires, Vogal não Executiva do Conselho de Administração da Lusa, nomeada em 21 de março 2018 para o mandato 2018/2020, venho por este meio e para os devidos efeitos declarar que concordo com o teor da ata do Conselho de Administração nº 452, de 13 de março 2020, cujo ponto único é a aprovação do Relatório Contas de 2019, bem como com o relatório de gestão e demonstrações financeiras do exercício de 2019.

Dado estar retida em casa, em isolamento devido à pandemia de COVID-19, e não ter disponibilidade operacional de proceder à assinatura dos documentos supra mencionados, solicito que esta declaração seja considerada como assinatura formal.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa 16 de março 2020

Denise Mendes da Costa da Silva Pires
Vogal do Conselho de Administração da Lusa

JOAQUIM CARREIRA
Director Áreas Suporte
COO



LUSA 

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL
Rua Dr. João Couto, Lote C · 1500-236 Lisboa
T [+351] 217 116 770 TM [+351] 93 615 8720
www.lusa.pt